



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

MIRELLA COSTA BARBOSA

**TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL SOB A ÓTICA DECOLONIAL: UM
OUTRO MODO DE VER O CENTRO HISTÓRICO DE PORTO SEGURO (BAHIA -
BRASIL)**

Linha de Pesquisa: Turismo e Desenvolvimento Regional



Natal – RN

2025

MIRELLA COSTA BARBOSA

**TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL SOB A ÓTICA DECOLONIAL: UM
OUTRO MODO DE VER O CENTRO HISTÓRICO DE PORTO SEGURO (BAHIA -
BRASIL)**

Linha de Pesquisa: Turismo e
Desenvolvimento Regional.

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Turismo da
Universidade Federal do Rio Grande do
Norte, como requisito para obtenção do
título de mestre em Turismo.

Orientadora: Prof.^a Maria Lúcia Bastos
Alves, Dra.

Coorientador: Prof. Almir Félix Batista de
Oliveira, Dr.

Natal – RN

2025

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Barbosa, Mirella Costa.

Turismo e patrimônio cultural sob a ótica decolonial: um outro modo de ver o centro histórico de Porto Seguro (Bahia-Brasil) / Mirella Costa Barbosa. - 2025.

195f.: il.

Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Turismo. Natal, 2025.

Orientação: Profa. Dra. Maria Lúcia Bastos Alves.

Coorientação: Prof. Dr. Almir Félix Batista de Oliveira.

1. Turismo - Dissertação. 2. Patrimônio cultural - Dissertação. 3. Decolonialidade - Dissertação. 4. Porto Seguro (BA) - Dissertação. 5. Centro histórico - Dissertação. I. Alves, Maria Lúcia Bastos. II. Oliveira, Almir Félix Batista de. III. Título.

RN/UF/CCSA

CDU 338.48-6/8

MIRELLA COSTA BARBOSA

**TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL SOB A ÓTICA DECOLONIAL: UM
OUTRO MODO DE VER O CENTRO HISTÓRICO DE PORTO SEGURO (BAHIA -
BRASIL)**

Dissertação apresentada ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na área de Concentração de Turismo e Desenvolvimento Regional do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre em Turismo.

Aprovada pela banca examinadora:

Natal (RN), 14 de fevereiro de 2025

Maria Lúcia Bastos Alves, Dra.
(Orientadora - Presidente da banca)

Almir Felix Batista de Oliveira, Dr.
(Coorientador - Examinador interno)

Janio Roque Barros de Castro, Dr.
(Examinador externo à instituição)

Marcelo da Silva Taveira, Dr.
(Examinador externo ao programa)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, a todos os Santos e a tudo que me rege e me guarda. E a todos os que fizeram e fazem parte dessa jornada. Gratidão aos colegas, amigos, família e professores do PPGTUR.

Aos meus professores de graduação, em especial às professoras Silvia Sousa e Deise Barreto e ao professor Jackson de Souza, os quais, desde o início, têm me ajudado nessa caminhada. Minha imensa e eterna gratidão aos meus orientadores Maria Lúcia e Almir Félix, que fizeram a diferença na minha vida pessoal, profissional e acadêmica. E foram essenciais para a construção conjunta desta dissertação.

Gratidão aos meus pais por todo o apoio e a parceria ao longo dessa caminhada, e aos meus amigos Henrique Rodrigues e Jean Ferreira, pela parceria de vida e acadêmica. Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos - Código de Financiamento 001 - essencial para a realização deste trabalho e pela permanência no programa.

RESUMO

Os estudos sobre a vertente decolonial têm sido o epicentro dos debates acadêmicos desde o final da década de 1990. A decolonialidade emerge como um movimento epistêmico que propõe a desconstrução de narrativas coloniais, a superação e ruptura da lógica hegemônica, valorização de saberes, tradições locais, indígenas e afro-brasileiras, fomentando relações igualitárias entre grupos subalternos. Notadamente marcada por narrativas e elementos coloniais, Porto Seguro é uma cidade localizada no Estado da Bahia que, por vezes, tem o seu contexto histórico reduzido à invasão do Brasil. No campo do turismo, Chambers e Buzinde (2015) foram pioneiras sobre a teoria decolonial aplicada aos estudos na área. Desde então, têm crescido as produções acadêmicas nesse sentido. O objetivo desta pesquisa é compreender as percepções e práticas turísticas dos gestores e agentes do turismo locais no Centro Histórico de Porto Seguro, analisadas sob a perspectiva decolonial. A pesquisa se configura como um estudo de caso, a fim de investigar a relação entre o turismo, o patrimônio cultural e a vertente decolonial. Caracteriza-se como uma pesquisa do tipo exploratória, pois busca compreender um tema ainda pouco estudado sob a perspectiva abordada, possibilitando expandir as discussões e o conhecimento sobre a temática. Além disso, possui um caráter descritivo, de abordagem qualitativa. Registra e detalha as características e práticas associadas ao patrimônio e sua relação com o turismo. Nesta dissertação, adotou-se uma perspectiva crítica ao questionar as estruturas de poder e as desigualdades presentes na gestão e na valorização do patrimônio cultural. Fundamentado nos escritos teóricos da vertente decolonial, este estudo se dedica a examinar como as narrativas hegemônicas contribuem para a subalternização de fazeres, saberes e culturas locais, propondo reflexões e caminhos para um outro modo de ver o turismo e o patrimônio. A coleta de dados ocorreu por meio de pesquisa documental, buscando as informações nos *sites* e redes oficiais da Prefeitura Municipal de Porto Seguro e em documentos institucionais, como o Plano Diretor Municipal, o Plano Nacional de Cultura (PNC), o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) e o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PTDSS). Este estudo também abrangeu entrevistas semiestruturadas, que complementaram as observações participantes. Os dados coletados foram estudados a partir da Análise de Conteúdo (AC) e da Análise do Discurso (AD). Os resultados evidenciaram os silenciamentos e a subalternização do patrimônio cultural da cidade e a ausência efetiva de diálogo entre os gestores e os agentes do turismo local, manifestada pela divergência entre os discursos e as práticas adotadas. Constatou-se, ainda, que promover o turismo pela ótica decolonial é um desafio complexo e contínuo, o qual demanda, antes de tudo, a compreensão teórica do conceito, trabalhando o contexto pedagógico e posteriormente o turístico e mercadológico. Ademais, existem entraves políticos, uma vez que essa questão ainda não se configura como uma pauta de discussão prioritária para os gestores no âmbito municipal ou estadual. Observou-se que, apesar dos esforços individuais incipientes vistos nesta pesquisa, as ações vinculadas às características da vertente decolonial são fragmentadas e limitadas, indicando que existe um processo longo e permanente a ser desenvolvido, que carece da integração e participação dos gestores e agentes do turismo.

Palavras-chave: Turismo; Patrimônio Cultural; Decolonialidade; Porto Seguro; Centro Histórico.

ABSTRACT

Decolonial studies have been at the epicenter of academic debates since the late 1990s. Decoloniality emerges as an epistemic movement that proposes deconstructing colonial narratives, overcoming and breaking with hegemonic logic, valuing local, indigenous and Afro-Brazilian knowledge and traditions, and fostering egalitarian relations between subaltern groups. Notably marked by colonial narratives and elements, Porto Seguro is a city located in the state of Bahia that sometimes has its historical context reduced to the invasion of Brazil. In the field of tourism, Chambers and Buzinde (2015) pioneered decolonial theory applied to studies in the area. Since then, there has been an increase in academic production along these lines. The aim of this research is to understand the tourism perceptions and practices of local tourism managers and agents in the Historic Center of Porto Seguro, analyzed from a decolonial perspective. The research is configured as a case study in order to investigate the relationship between tourism, cultural heritage and the decolonial approach. It is characterized as exploratory research, as it seeks to understand a topic that has not yet been studied from this perspective, making it possible to expand discussions and knowledge on the subject. It is also descriptive in nature, with a qualitative approach. It records and details the characteristics and practices associated with heritage and its relationship with tourism. This dissertation adopts a critical perspective by questioning the power structures and inequalities present in the management and valorization of cultural heritage. Based on the theoretical writings of the decolonial strand, this study is dedicated to examining how hegemonic narratives contribute to the subalternization of local practices, knowledge and cultures, proposing reflections and paths towards another way of looking at tourism and heritage. Data was collected through documentary research, looking for information on the official websites and networks of Porto Seguro City Hall and in institutional documents such as the Municipal Master Plan, the National Culture Plan (PNC), the Integrated Sustainable Tourism Development Plan (PDITS) and the Territorial Plan for Sustainable and Solidarity Development (PTDSS). This study also included semi-structured interviews, which complemented the participant observations. The data collected was studied using Content Analysis (CA) and Discourse Analysis (DA). The results showed the silencing and subordination of the city's cultural heritage and the effective lack of dialogue between managers and local tourism agents, manifested by the divergence between the discourses and practices adopted. It was also found that promoting tourism from a decolonial perspective is a complex and ongoing challenge, which requires, first and foremost, a theoretical understanding of the concept, working in the pedagogical context and then in the tourism and marketing context. In addition, there are political obstacles, since this issue is not yet a priority for discussion by managers at municipal or state level. It was observed that, despite the incipient individual efforts seen in this research, the actions linked to the characteristics of the decolonial approach are fragmented and limited, indicating that there is a long and permanent process to be developed, which lacks the integration and participation of tourism managers and agents.

Keyword: Tourism; Cultural Heritage; Decoloniality; Porto Seguro; Historic Center.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento.

BNB: Banco do Nordeste.

CNRC: Centro Nacional de Referência Cultural.

COMBRATUR: Comissão Brasileira de Turismo.

CNTUR: Conselho Nacional de Turismo.

CONCIDADE/PS: Conselho Cidade de Porto Seguro.

CEDETER: Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial.

DIP: Departamento de Imprensa e Propaganda.

DPHAN: Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

EMBRATUR: Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo.

FNPM: Fundação Nacional Pró-Memória.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICOMOS: Conselho Internacional dos Monumento e Sítios.

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

IURAM: Instituto de Urbanismo e Administração Municipal.

LGBTQIAPN+: Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, queer, intersexo, assexuais, pansexuais, não binário.

MTur: Ministério do Turismo.

ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

OMT: Organização Mundial do Turismo.

PIB: Produto Interno Bruto.

PNC: Plano Nacional de Cultura.

PTDSS: Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário.

PDITS: Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável.

PRODETUR/NE: Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste.

PRT: Programa de Regionalização do Turismo.

PT: Partido dos Trabalhadores.

SENAC: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

SEPLAN: Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia.

SIPAC: Sistema de Informações do Patrimônio Cultural da Bahia.

SPHAN: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

UFSB: Universidade Federal do Sul da Bahia.

UNEb: Universidade do Estado da Bahia.

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Transformação conceitual do patrimônio.....	18
Quadro 2: Teses e dissertações associadas ao turismo e à decolonialidade.....	24
Quadro 3: Participantes da pesquisa.....	28
Quadro 4: Matriz analítica da pesquisa: apontamentos didáticos.....	34
Quadro 5: Colonialidade do poder, do saber e do ser.....	42
Quadro 6: Responsáveis pelo processo de turistificação.....	109
Quadro 7: Fragmentos dos conteúdos dos PDITS.....	116
Quadro 8: Análise das narrativas: elementos e evidências decoloniais.....	152

LISTA DE FIGURAS E FOTOS

Figura 1: Nuvem de palavras-chave sobre o pensamento decolonial	52
Figura 2: Conceitos e ideias sobre turismo.....	55
Figura 3: Tipologias patrimoniais.....	69
Figura 4: Lambada (1992)	86
Figura 5: Antiga vila de Porto Seguro às margens do Rio Buranhém.....	102
Figura 6: Delimitação da área do Centro Histórico.....	103
Figura 7: Matéria do Jornal da Bahia.....	107
Figura 8: <i>Instagram</i> da Secretaria Municipal de Turismo.....	118
Figura 9: Publicação do “aniversário do Brasil” (2024)	120
Figura 10: Publicação do “aniversário do Brasil” (2021)	120
Figura 11: Publicação sobre a Cidade Histórica (2022)	121
Figura 12: <i>Site</i> oficial da Secretaria Municipal de Turismo.....	121
Figura 13: <i>Site</i> oficial da Secretaria Municipal de Turismo.....	122
Figura 14: Experiências turísticas.....	149
Foto 1: Casa de Câmara e Cadeia.....	73
Foto 2: Conjunto de casarios na Cidade Baixa – Passarela da Cultura.....	76
Foto 3: Restaurantes e conveniências na Passarela da Cultura.....	76
Foto 4: Lojas na Passarela da Cultura.....	77
Foto 5: Lojas de roupas e artesanato na Passarela da Cultura.....	78
Foto 6: Lojas de roupas e artesanato na Passarela da Cultura.....	79
Foto 7: Feira na festa de Nossa Senhora da Pena.....	81
Foto 8: Celebração de São Cosme e Damião.....	82
Foto 9: Caruru – Centro Histórico.....	83
Foto 10: Cucumbi dos escravos (1979)	84
Foto 11: Pôr do sol no <i>Deck</i> Tarifa de Porto Seguro.....	88
Foto 12: Barraca de <i>drink</i>	89
Foto 13: Praça Índia Inaiá.....	91
Foto 14: Praça da Bandeira.....	92
Foto 15: Praça do Relógio.....	93
Foto 16: Estátua de Pedro Álvares Cabral.....	95

Foto 17: Grupo de turista acompanhado pela guia.....	105
Foto 18: Estacionamento do Centro Histórico.....	124
Foto 19: Grupo de turistas em janeiro de 2024.....	124
Foto 20: Casa de Câmara e Cadeia, atual Museu de Porto Seguro.....	125
Foto 21: Capela de São Benedito.....	126
Foto 22: Igreja da Misericórdia e Museu de Arte Sacra.....	126
Foto 23: Capela de São Benedito aberta para visitaço.....	127
Foto 24: Degustação de acarajé.....	128
Foto 25: Igreja Nossa Senhora da Pena aberta para visitaço.....	128
Foto 26: Grupo de Capoeira Arte Brasil.....	129
Foto 27: Grupo de Capoeira Gunga IÊ.....	129
Foto 28: Apresentação de Samba de Roda.....	131
Foto 29: Missa na Capela de São Benedito.....	131
Foto 30: Lavagem da escadaria e cortejo.....	132
Foto 31: Exposição de Arte – Mestres da Bahia.....	133
Foto 32: Festival Viva Luiz.....	134
Foto 33: <i>City tour</i> em grupo.....	135
Foto 34: <i>City tour</i> em grupo – degustação.....	137
Foto 35: <i>City tour</i> privativo.....	138
Foto 36: Artesanato local.....	138
Foto 37: Missa na Igreja Nossa Senhora da Pena.....	140

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização dos Territórios de Identidade da Costa do Descobrimento e Extremo Sul.....	16
Mapa 2: Porto Seguro (Bahia) - Diferentes formas de uso e ocupação do território municipal.....	17
Mapa 3: Composição da área de Porto Seguro.....	20

Sumário

SEÇÃO 1 – INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Contextualização do problema.....	17
1.2 Justificativa.....	23
1.3 Objetivos do Estudo	25
1.3.1 Objetivo central	25
1.3.2 Objetivos específicos.....	25
1.4 Estrutura da dissertação.....	25
SEÇÃO 2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
2.1 Tipo e abordagem de Pesquisa.....	27
2.2 Participantes da pesquisa.....	28
2.3 Técnica de coleta de dados.....	31
2.4 Análise dos dados.....	32
SEÇÃO 3 - COLONIALIDADE, DECOLONIALIDADE E TURISMO	36
3.1 A colonialidade e seus desdobramentos	36
3.2 Um breve giro pelas fases pós-coloniais	42
3.3 Turismo: pensamento e prática decolonial	47
SEÇÃO 4 - TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL.....	53
4.1 Turismo: o contexto histórico do fenômeno.....	53
4.2 Patrimônio Cultural: origens e percursos.....	57
4.3 Patrimônio Cultural no contexto brasileiro.....	61
SEÇÃO 5 – PATRIMÔNIO COLONIAL, CULTURA LOCAL E DIVERSIDADE CULTURAL	73
5.1 O patrimônio cultural de Porto Seguro no enquadramento colonial e decolonial.....	73
5.2 Do passado ao presente: explorando o conceito de Centro Histórico.....	96
5.3 Centro Histórico como atrativo turístico	98
5.4 Centro Histórico de Porto Seguro: entre passado e presente.....	101
5.5 Os desdobramentos da atividade turística: o processo de turistificação em Porto Seguro.....	106

5.6 Instrumentos institucionais do planejamento e a gestão do patrimônio cultural.	110
5.6.1 <i>Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) e o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PTDSS)</i>	115
5.6.2 <i>Materiais de promoção turística e redes sociais</i>	117
SEÇÃO 6 - ANÁLISE DAS NARRATIVAS DECOLONIAIS NO TURISMO E NO PATRIMÔNIO CULTURAL DE PORTO SEGURO	123
6.1 Descrição empírica - diários de campo.....	123
6.2 <i>City tour</i> - roteiro em grupo.....	134
6.2.1 <i>City tour – roteiro privativo</i>	137
6.3 - As narrativas das entrevistas: características de Porto Seguro como destino turístico.....	142
6.3.2 - <i>Análise das narrativas: elementos decoloniais nas práticas turísticas</i>	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
REFERÊNCIAS	160
APÊNDICES	179
ANEXOS	189

SEÇÃO 1 – INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural é uma construção social, econômica, hegemônica e colonizada que desempenha um papel fundamental na preservação da identidade e memória de uma sociedade, refletindo a herança de suas raízes e tradições. Contudo, essa construção historicamente privilegiou narrativas e valores eurocêntricos, em detrimento de outras formas de conhecimento e expressões culturais (Amaral, 2015).

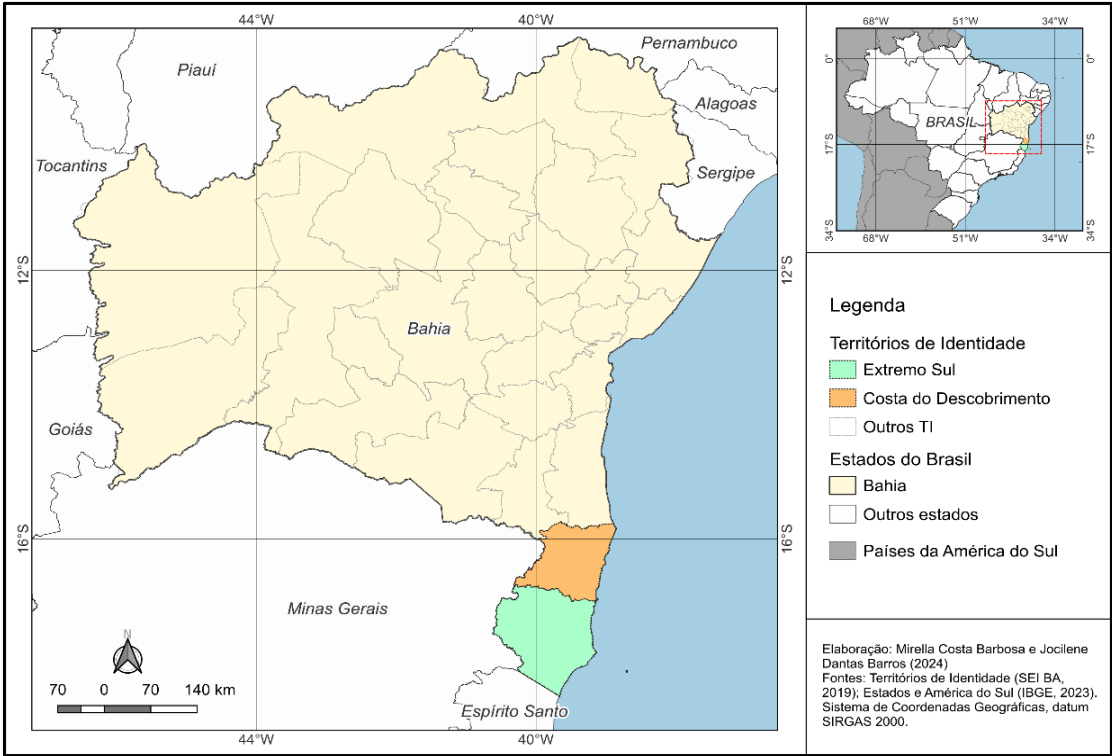
Nesse contexto, o movimento decolonial emerge na atualidade como um paradigma crítico que desafia e redefine as formas de ser, pensar e fazer (Mignolo, 2017b). Essa abordagem contribui para ressignificar o modo como o patrimônio cultural foi concebido e valorizado, promovendo o reconhecimento de múltiplas vozes e histórias que compõem a sociedade. Afinal, tratar de patrimônio é tratar do direito à memória e da inclusão de sujeitos silenciados (Chuva, 2020).

A relação entre patrimônio e decolonialidade tem sido tema de discussões acadêmicas e de práticas atuais. Nas últimas décadas, essa temática também se destacou nas pesquisas em Turismo (Pinheiro & Sousa, 2024). Assim, foi possível identificar, a partir de consultas nas plataformas de dados acadêmicos como: *scielo*, *scopus*, e no periódico *Annals of Tourism Research*, uma variedade de publicações que abordam os temas Turismo e Decolonialidade. Verificou-se uma produção significativa de textos qualitativos, como os estudos de Chambers e Buzinde (2015); Cardoso e Bonfim (2022); França e Malta (2021). Outra observação é que as temáticas perpassam pelas discussões do patrimônio cultural e pela ótica do lazer, do turismo rural, de base comunitária e do afro-turismo.

Neste estudo, a investigação se direciona ao Centro Histórico de Porto Seguro, situado no Território de Identidade (TI) da Costa do Descobrimento, no Estado da Bahia, para compreender o Patrimônio Cultural na perspectiva decolonial. Segundo o Sistema de Informações do Patrimônio Cultural da Bahia – SIPAC (2012), esse território faz limite com os TIs Litoral Sul, Médio Sudoeste, Extremo Sul, além de fazer divisa com o Estado de Minas Gerais e o Oceano Atlântico. A referida delimitação está de acordo com o programa de Regionalização dos Territórios de Identidade, elaborado pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN) pela Lei n.º 10.705, de 14 de novembro de 2007 (Bahia, s.d.).

Mapa 1 -

Localização dos Territórios de Identidade da Costa do Descobrimento e Extremo Sul.



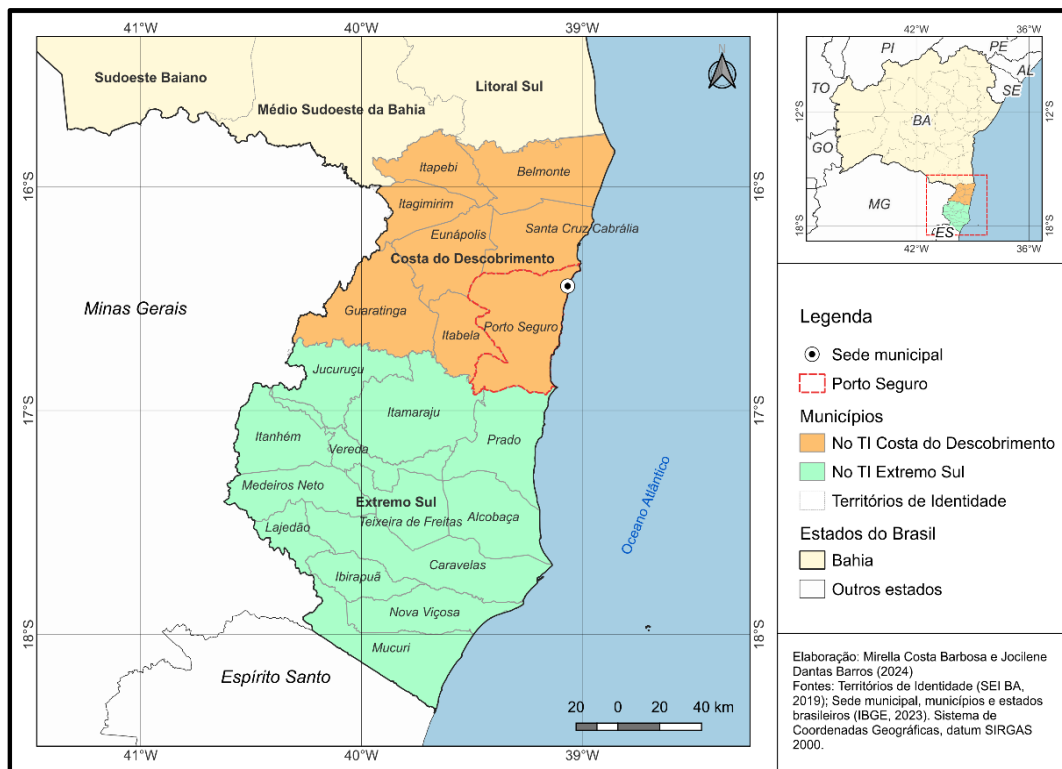
Fonte: Elaborado por Mirella Costa Barbosa e Jocilene Dantas Barros (2024).

Inicialmente, o município fazia parte do Território Extremo Sul. No entanto, após a aprovação da Resolução n.º 05 do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER), em 19 de maio de 2011, foi criada a nova unidade de Território de Identidade Costa do Descobrimento, resultando no desmembramento do TI Extremo Sul (Flores, 2014). Esse programa de Regionalização coaduna-se com a proposta do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), criado em 2004 pelo Ministério do Turismo (MTur), com o objetivo de descentralizar a oferta turística (Brasil, 2017; Souza & Serra, 2024) e fortalecer a gestão e a promoção do Turismo no território nacional, bem como das ações do MTur nos Estados, Regiões e Municípios, mesmo aqueles que não possuem vocação direta para o turismo, por meio da elaboração de regiões turísticas.

É válido ressaltar que a Regionalização dos Territórios de Identidade e o Programa de Regionalização do Turismo consideram diferentes aspectos e critérios. O Zoneamento Turístico do MTur destaca a necessidade de possuir uma instância de Governança Regional, como um conselho municipal ativo, fórum, comitê ou associação responsável pela gestão (Brasil, 2024). Em contrapartida, a Regionalização dos TIs proposta pela SEPLAN leva em conta questões como identidade cultural, proximidade geográfica e características ambientais.

Mapa 2 –

Porto Seguro (Bahia) - Diferentes formas de uso e ocupação do território municipal.



Fonte: Elaborado por Mirella Costa Barbosa e Jocilene Dantas Barros (2024).

1.1 Contextualização do problema

A palavra patrimônio deriva do latim *patrimonium*, que consiste na composição das palavras *pater* (pai) e *monium*, que evoca a concepção de algo que é transmitido para alguém. Ao longo dos anos, o termo se expandiu para além dos bens materiais herdados. Hoje, o conceito abrange tanto os bens materiais como os imateriais, de valor histórico, cultural, artístico, arquitetônico, natural e social (IPHAN, 2012).

A evolução conceitual do patrimônio remonta à Europa, marcada por uma série de eventos que influenciaram a compreensão atual, bem como as práticas de valorização, preservação e proteção associadas a ele. Autores como Brito (2018), Choay (2001) e Sant'Anna (2017), destacam alguns dos principais marcos acerca das transformações conceituais do patrimônio, exposto no quadro 1.

Quadro 1 -

Transformação conceitual do patrimônio.

Período	Momento de cada período	Associação da concepção de cada período
O Período do Renascimento – entre os séculos XIV- XVI	Redescoberta da Antiguidade Clássica, valorização das artes, da ciência, interesse pela arquitetura e pelos edifícios.	Nascimento do conceito de monumento histórico na Roma. Patrimônio ligado a obras de arte, arquitetura e ciência.
O Iluminismo – século XVIII	Valorização da razão, do conhecimento e do patrimônio enquanto herança intelectual.	Ainda associado à ideia monumentalista, porém ampliando seu entendimento, refletindo a valorização de saberes e práticas culturais.
A Revolução Francesa – Século XVIII.	Transformação e agitação social e política com foco na igualdade e na cidadania.	Patrimônio público, representativo da herança e identidade nacional dos cidadãos franceses.
Estado-Nações e Nacionalismo – Século XIX.	Consolidação dos Estados-nações e a busca por uma identidade cultural e nacional comum.	Patrimônio como símbolo histórico e de identidade nacional.
Momento pós-Guerras Mundiais – Século XX.	Momento de reflexão sobre a devastação e a necessidade de preservar a memória social, coletiva e identitária.	Patrimônio como meio de reconstrução cultural e social. Ampliação do conceito, incorporando a diversidade cultural dos saberes e tradições populares.

Nota. Elaborado por Barbosa (2024) com base em Brito (2018), Choay (2001), Sant’Anna (2017) e Soares e Souza (2014).

Na conjuntura europeia do século XIV, houve um notável crescimento do interesse por obras de arte, aspectos arquitetônicos e antiguidades, o que promoveu mudanças significativas na valorização das tradições, símbolos históricos e identidade nacionalista depois das duas grandes Guerras Mundiais (1914 a 1918 e 1939 a 1945). Em decorrência, vários países europeus, como França e Itália, promulgaram leis visando à proteção de monumentos históricos e sítios arqueológicos.

Destaca-se a contribuição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para o estímulo à preservação de bens culturais e naturais tidos como representativos e significativos para a humanidade. Como órgão de cooperação internacional no campo da preservação cultural e ambiental, a UNESCO trabalha em estreita colaboração com nações de todo o mundo, fornecendo diretrizes e recursos para a conservação do patrimônio cultural e natural e proteção dos recursos históricos para as gerações futuras.

No Brasil, as discussões e o processo de valorização do patrimônio cultural e histórico timidamente experimentaram um crescimento notável ao longo dos anos. Durante o século XX, o país começou a adotar medidas mais rígidas para proteger e preservar seu patrimônio,

inspiradas e influenciadas pelas tendências europeias; a partir das décadas de 1930 e 1940, durante o período do Estado Novo (1937-1945), adotou medidas significativas para a preservação de seu patrimônio cultural e histórico, presentes nas culturas indígenas, africanas e europeias. Ainda, foi estabelecido o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), então conhecido como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), para a proteção e valorização das tradições e histórias, preservação de bens culturais e naturais representativos, como o caso de cidades históricas, parques nacionais e manifestações culturais tradicionais.

Na região Nordeste¹, o patrimônio configura-se como rico e diversificado, com edifícios, monumentos, sítios de valor histórico, artístico e cultural, os quais remontam ao período colonial, sendo uma das primeiras áreas exploradas e colonizadas pelos portugueses. Assim também se caracteriza o patrimônio cultural da Bahia, o qual reflete a história e a identidade do Estado.

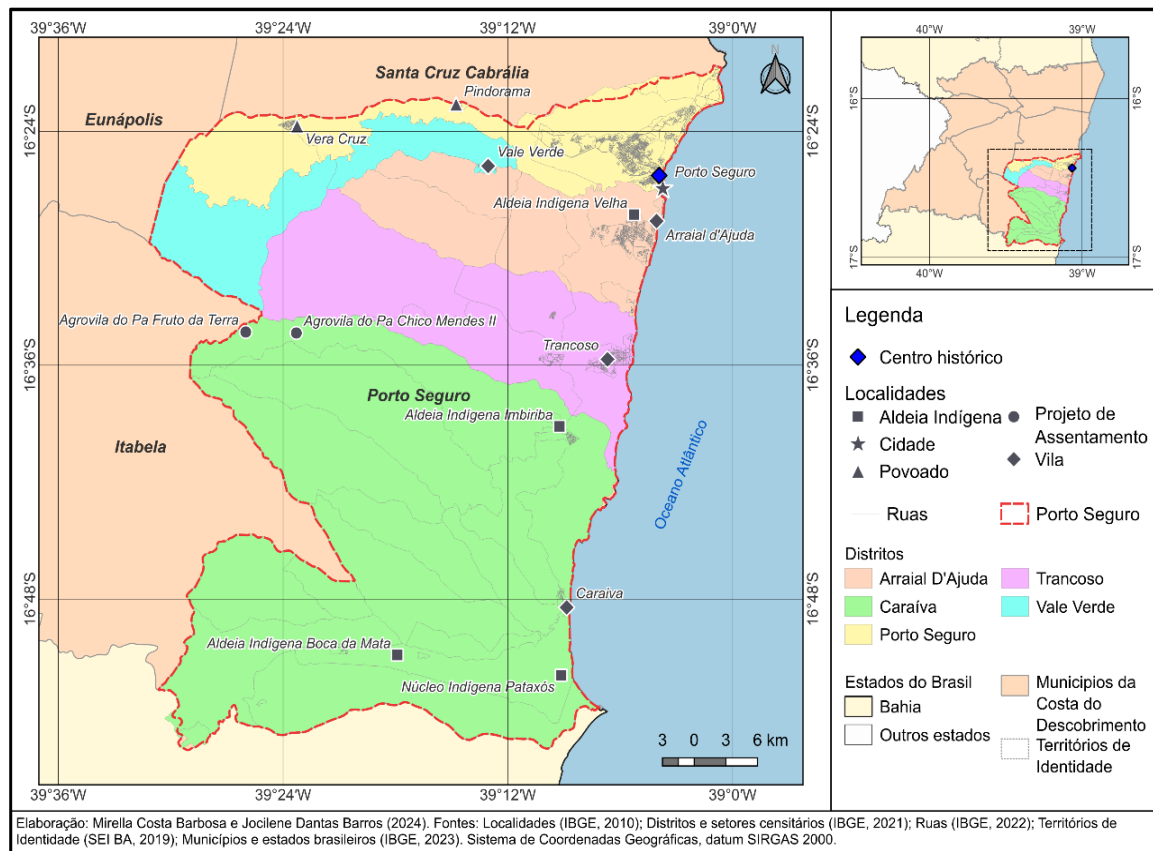
A Bahia foi um dos primeiros locais em que os colonizadores portugueses impuseram a sua invasão, e até os dias atuais possui resquícios desse período que ao longo dos séculos vivenciou a presença indígena, a invasão e a colonização portuguesa e as tradições e manifestações culturais de matrizes africanas trazidas pelos escravizados. Acontecimentos que deixaram marcas arquitetônicas nos edifícios e casarios, nas tradições e nas manifestações culturais. Essas discussões deram origem à noção de patrimônio pelo Estado, diálogo iniciado logo nos primeiros anos do século XX, momentos que marcaram as reformas urbanas em Salvador, capital da Bahia.

A história de Porto Seguro remonta ao período da colonização do Brasil em 1500. Situada a cerca de 700 km de Salvador, capital do Estado, possui uma população urbana estimada em 168.326 habitantes, distribuída entre a sede do município e os distritos de Arraial D'Ajuda, Caraíva, Trancoso e Vale Verde, além dos povoados de Vera Cruz e Pindorama, sendo a população rural de 50.379 habitantes (IBGE, 2022; Carvalho & Santos, 2022).

¹ A região Nordeste do Brasil está localizada no leste do território e possui 1.554.257,000 km² de extensão territorial. É o terceiro maior complexo regional do país, correspondendo a 18% da área total do país. A região é composta por nove estados: Alagoas (AL), Bahia (BA), Ceará (CE), Maranhão (MA), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Piauí (PI), Sergipe (SE) e Rio Grande do Norte (RN). Ver em: https://arbocontrol.unb.br/?page_id=1205.

Mapa 3 -

Composição da área de Porto Seguro.



Fonte: Elaborado por Mirella Costa Barbosa e Jocilene Dantas Barros (2024).

O município integra a Zona Turística da Costa de Descobrimento² e é classificado como categoria³ A no Mapa do Turismo Brasileiro. A nomenclatura “Costa do Descobrimento” reforça um discurso colonial enraizado que sugere que a história só começa a partir da invasão dos colonizadores. Essa perspectiva desconsidera a presença dos povos indígenas que já habitavam a região há milênios. Segundo Dias e Gomes (2021), a “descoberta” foi fetichizada

² O Mapa do Turismo Brasileiro, ferramenta do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), foi criado com o objetivo de descentralizar e impulsionar o desenvolvimento do Turismo nas diferentes regiões do país, permitindo identificar e classificar as Zonas Turísticas, que são áreas que compartilham características históricas, culturais, geográficas e atrativos semelhantes (Brasil, 2017; Souza & Serra, 2024). Ver em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=82&Itemid=262. E em: Souza, A. C., & Serra, M. A. (2024). O processo de configuração do território turístico baiano de 2004 A 2019. *Revista Econômica Do Nordeste*, 55(1), 119-138. <https://doi.org/10.61673/ren.2024.1464>.

³ Para otimizar a distribuição de recursos econômicos aos municípios que constam no Mapa do Turismo Brasileiro, o Ministério do Turismo criou o instrumento de Categorização dos municípios das regiões turísticas. A Categorização permite a tomada de decisões e implementação de políticas mais acertadas conforme a realidade de cada município. Os municípios de categoria “A” são aqueles que possuem maior desempenho turístico no país, desde o fluxo nacional e internacional até a infraestrutura adequada (Brasil, 2017). Ver em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=82&Itemid=262.

para potencializar a região como atrativo turístico, em especial Porto Seguro. Em virtude da conexão com esse momento da história, assim como por seus aspectos culturais e naturais, tornou-se área de interesse histórico e turístico.

Durante o período colonial, a região ganhou importância estratégica, considerada um “porto seguro” para as embarcações que intensificaram o processo de exploração das novas terras (des) conhecidas. Nesse período, foi uma das principais cidades do Brasil, um grande centro administrativo e comercial (Barbosa, Alves & Oliveira, 2024).

Hoje, o local é um destino consolidado que atrai visitantes de várias partes do mundo (Bispo, 2019). No ano de 2023, os indicadores de desempenho de turismo demonstraram uma tendência de crescimento. Com relação ao volume turístico, em 2022 foi registrado pouco mais de 1,1 milhão de desembarques no destino. Já em 2023, esse número aumentou para 2,2 milhões de desembarques. Os turistas domésticos são provenientes das regiões Sudeste, Sul, Centro-Oeste e áreas adjacentes, enquanto os internacionais incluem Argentina, Paraguai, Uruguai, além de americanos e europeus (Prefeitura Municipal de Porto Seguro, 2023). Percebe-se que, ao mesmo tempo, a influência da turistificação⁴ afetou os aspectos sociais, ambientais, econômicos e culturais da população local.

Esse acontecimento ocasionou a marginalização das culturas indígenas, espetacularização da cultura local, alteração do espaço e das paisagens e a falta de pertencimento da população. Ademais, houve uma desconexão com a noção de cidadania e identidade cultural (Soares, 2016; Bispo, 2019), pois, muito embora a promoção do turismo na cidade tenha sido inicialmente vinculada ao Turismo Cultural, a cultura local ainda é subvalorizada pelos gestores responsáveis pelas políticas públicas desse território (Oliveira & Cancela, 2020). Isto porque, as estratégias de planejamento e desenvolvimento turístico costumam focar aspectos comerciais da cultura e das tradições, em vez de promover ações de valorização autênticas.

Para analisar o contexto histórico e social, faz-se necessário compreender de forma crítica o discurso hegemônico das classes dominantes, cuja representação é permeada por uma ideologia eurocêntrica que marginaliza e subalterniza outras culturas e grupos étnicos (Fonseca, 2021). A disseminação desse discurso mantém estruturas de poder que historicamente desfavorecem comunidades originárias. Essa visão não apenas molda as narrativas históricas,

⁴ Para Almeida Filho (2014, p.19), a turistificação é “o processo de implementação da infraestrutura turística em lugares com potencial turístico, ou seja, é a apropriação desse espaço, bem como a sua transformação, para atender aos interesses das pessoas de outras localidades que praticam o turismo”.

mas também influencia comportamentos atuais, perpetuando estereótipos pejorativos sobre os indígenas e seus modos de vida. Exemplos disso incluem as formas caricatas como costumam ser retratados, a maneira como são taxados de preguiçosos e a ideia de que não deveriam possuir bens como carros ou celulares. No contexto afro-brasileiro, há a associação de religiões de matriz africana, como o Candomblé e Umbanda com as práticas místicas ou diabólicas, além da hipersexualização de homens e mulheres negras, evidenciado a forma como dançarinos de algumas barracas de praia frequentemente são expostos como atrações de entretenimento. Ademais, persiste a limitação da visão da cultura afro-brasileira ao passado escravocrata.

Na medida em que a expansão do Turismo pode levar consigo uma série de benefícios para as localidades onde ocorre, como desenvolvimento econômico, geração de emprego e renda, além da valorização do lugar (Malta, 2018; Lopes, Tinôco & Araújo, 2012), é importante reconhecer que ela também pode desencadear conflitos sociais, culturais, naturais, econômicos, políticos e simbólicos. Nesse cenário, o discurso turístico, acentuado pelo colonialismo e pelas visões ocidentais de modernidade, perpetua narrativas coloniais e fortalecem uma visão hegemônica e seletiva da história, ocultando os povos indígenas, bem como seus interesses (Grimwood, 2014).

Em Porto Seguro, observa-se a dificuldade de manter a identidade cultural diante da globalização e à influência do turismo. Corroborando tal afirmação, Cerqueira-Neto, Pinheiro e Cunha (p. 257, 2020) afirmam que “a relação com a identidade local se torna cada vez mais frágil”. O turismo, embora possa gerar oportunidades econômicas, muitas vezes resulta na comercialização de tradições locais, dissipando práticas culturais. Por exemplo, é comum encontrar indígenas comercializando artesanato ou adaptando aspectos de sua cultura, como apresentações de danças, para atender ao turismo e às expectativas dos turistas, deixando de lado o seu real significado (Cerqueira-Neto, Cunha & Pinheiro, 2020).

Diante das complexas dinâmicas relacionadas à preservação cultural em um contexto globalizado, surge a necessidade de discutir uma abordagem decolonial para analisar como o patrimônio cultural é caracterizado e valorizado no contexto do Centro Histórico de Porto Seguro. Os Centros Históricos são considerados territórios de valor paisagístico, arquitetônico e cultural, espaços de preservação, onde o presente e o passado se encontram, e abrigam os edifícios pioneiros que marcam as transformações urbanas das localidades em que estão inseridos.

Esta pesquisa, que se propõe a discutir perspectivas decoloniais do Patrimônio Cultural e do Turismo, tem por objetivo considerar novas possibilidades de interpretações do Centro Histórico de Porto Seguro, além de abordagens tradicionais e coloniais, que até então

predominam nas narrativas. Nesse sentido, consideram-se alternativas como a valorização da identidade, memória e diversidade cultural local. Partindo desse pressuposto, a questão de pesquisa fundamenta-se a na seguinte indagação: como se caracterizam as percepções e práticas turísticas dos gestores e agentes do turismo local no Centro Histórico de Porto Seguro - Bahia, quando analisadas sob a perspectiva decolonial?

1.2 Justificativa

A motivação para esta pesquisa surge a partir da experiência pessoal da pesquisadora enquanto moradora do município de Porto Seguro. A observação atenta das dinâmicas que moldam as transformações urbanas, sociais e culturais e a relação íntima com o espaço despertou o interesse em explorar o patrimônio cultural sob a ótica decolonial.

Surge do desejo de abordar o Turismo para além da sua convencional associação como uma atividade econômica que, em teoria, gera emprego e renda para as localidades onde se desenvolve. Busca-se explorar o Turismo sob novas perspectivas, contemplando-o como um fenômeno sociocultural. Reconhece-se que ele desempenha um papel fundamental no processo de construção, desconstrução e reconstrução de ideias e narrativas sobre a sociedade, o patrimônio, e como lidamos com os aspectos históricos, culturais e sociais do passado.

Justifica-se ainda pela identificação com a temática desde a graduação, momento em que foi apresentada a pesquisa intitulada “Educação patrimonial sob a perspectiva decolonial do Patrimônio Material do Centro Histórico de Porto Seguro”, orientada pela professora Silvia Sousa, na Universidade do Estado da Bahia, *campus* XVIII, e pela necessidade de saber e explorar mais a respeito. Durante esse período, discussões, questionamentos e debates, especialmente nas disciplinas de “Turismo e Patrimônio Cultural” e “Patrimônio Histórico da Bahia: artes, políticas culturais”, geraram uma inquietação a ponto de continuar o desdobramento da pesquisa no mestrado, com novos enfoques.

Espera-se que a pesquisa possa trazer contribuições para a comunidade na tentativa de promover uma valorização maior do patrimônio cultural do Centro Histórico de Porto Seguro. Ademais, incentivar os moradores a se envolver e a visitar mais o local, por meio de novos olhares, e estimular os turistas a adotar novas formas de visitação, incentivando-os a se engajar de forma mais direta com a história e a cultura local, do ponto de vista decolonial. De igual modo, contribuir para aprimorar a gestão do patrimônio, promover uma abordagem mais inclusiva e participativa, garantindo, assim, a preservação e manutenção adequada do patrimônio.

Do ponto de vista acadêmico-científico, a pesquisa aborda conceitos que têm sido explorados com crescente ênfase. Contudo, ainda são poucas as teses e dissertações sobre o tema na área do Turismo, conforme é possível visualizar no quadro 2. Para obter melhor dimensão, foram realizadas buscas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a partir das palavras-chave: turismo decolonial, turismo e decolonialidade, turismo e patrimônio decolonial.

Quadro 2 -

Teses e dissertações associadas ao turismo e à decolonialidade.

Ano	Autor	Título	Tipo	Instituição	Área
2022	Coelho, E. De Á.	O Turismo é colonizador. Bases comunitárias para um turismo libertador – experiências decoloniais na Amazônia Brasileira e na Savana Africana.	T	UFMG	Geografia
2022	Martins, J. L. De O.	Turismo de base comunitária à luz do pensamento decolonial.	D	UFF	Turismo
2023	Nunes, T. G.	Por um turismo decolonial: reflexões antropológicas a partir da turistificação da Ilha do Combu/PA.	T	UFPA	Antropologia
2022	Pimentel, S.M.	Turismo e patrimônio: percepções de moradores de Pinhais/PR em interface com suas identidades e memórias.	D	UFPR	Turismo

Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) (2024).

Diante do exposto, esta pesquisa pode contribuir para a divulgação de novos dados e informações, além de possibilitar a expansão do conhecimento teórico e prático no campo do turismo. Além disso, em face do atual foco de debates políticos e sociais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a presente pesquisa contribui para a ODS 11, parágrafo 4, que busca “fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo”⁵.

⁵ Retirado do site Nações Unidas Brasil. Ver em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11>.

1.3 Objetivos do Estudo

1.3.1 Objetivo central

Compreender as percepções e práticas turísticas dos gestores e agentes do turismo local no Centro Histórico de Porto Seguro, analisadas sob a perspectiva decolonial.

1.3.2 Objetivos específicos

Para executar a pesquisa, foram estabelecidos quatro objetivos específicos, os quais buscam:

a) Analisar os elementos do patrimônio cultural, tanto materiais quanto imateriais, e sua representação em conteúdo de promoção turística, como redes sociais, além dos marcos físicos do colonialismo e seu reflexo nas expressões identitárias locais.

b) Examinar o conteúdo dos documentos institucionais, como o Plano Diretor Municipal, o Plano Nacional de Cultura, o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável e o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário, em relação às perspectivas decoloniais, com foco nas implicações para o turismo e o patrimônio cultural;

c) Identificar, nas narrativas dos gestores municipais e dos agentes locais do turismo que ocupam os papéis de moradores e empresários, elementos e/ou evidências decoloniais presentes nas práticas turísticas atuais;

d) Demonstrar a importância da decolonialidade como ressignificação do valor do patrimônio cultural de Porto Seguro - BA.

1.4 Estrutura da dissertação

Esta dissertação está estruturada em seis seções. A primeira consiste na Introdução, a qual contextualiza o leitor sobre a problemática, a questão norteadora da pesquisa, a justificativa e os objetivos.

A segunda seção apresenta os procedimentos metodológicos, onde são mostrados a caracterização do estudo, os participantes envolvidos, os instrumentos e as técnicas utilizadas para a análise dos dados obtidos. A terceira seção, denominada “Colonialidade, decolonialidade e turismo”, aborda a interseção entre o fenômeno do turismo e o movimento decolonial, bem

como seus desdobramentos, contextualizando os significados, o surgimento histórico e o seu processo evolutivo.

A seção quatro discute sobre “Turismo e Patrimônio Cultural”, abordando conceitos, histórico e o percurso no Brasil e no mundo. Posteriormente, intitulada de “Patrimônio Colonial, cultura local e diversidade cultural”, a quinta seção destaca o patrimônio cultural de Porto Seguro no enquadramento colonial e decolonial, explorando a complexidade e a riqueza dos aspectos culturais locais.

Por fim, a sexta corresponde aos resultados e à discussão, seguido das Considerações Finais, onde serão apresentados os principais achados da pesquisa, as limitações do estudo, bem como possíveis sugestões para pesquisa posteriores.

SEÇÃO 2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção apresenta o desenho das abordagens metodológicas utilizadas para o desenvolvimento e alcance dos objetivos propostos nesta pesquisa.

2.1 Tipo e abordagem de Pesquisa

A pesquisa tem como objeto de estudo o Centro Histórico da cidade de Porto Seguro, possibilitando assim a análise por meio de um estudo de caso. Para Gil (2002), este tipo de estudo de caso consiste em uma análise profunda de objetos, de modo que possibilita um conhecimento amplo e detalhado. Neste contexto, o objetivo do estudo de caso é tornar a pesquisa mais específica e contextualizada, proporcionando uma compreensão sobre como a ótica decolonial é entendida e aplicada no cenário turístico e cultural do Centro Histórico. Para atender aos objetivos da pesquisa, optou-se por empregar uma abordagem qualitativa. De acordo com Trivños (1987, p.132), a pesquisa qualitativa busca por:

[...] uma espécie de representatividade do grupo maior dos sujeitos que participarão no estudo. Porém, não é, em geral, a preocupação dela a quantificação da amostragem. E, ao invés da aleatoriedade, decide intencionalmente, considerando uma série de condições (sujeitos que sejam essenciais, segundo o ponto de vista do investigador, para o esclarecimento do assunto em foco; facilidade para se encontrar com as pessoas; tempo do indivíduo para as entrevistas, etc.).

O estudo caracteriza-se como descritivo, crítico e exploratório. As pesquisas exploratórias buscam investigar e explorar cenários e possibilidades ainda não descobertos. Segundo Gil (2002, p.41), as pesquisas exploratórias “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas de torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. Diante disso, a hipótese desta pesquisa é a de que a ótica decolonial pode apresentar um olhar novo e diferenciado do patrimônio, com perspectiva de ressignificação e ampliação do valor do turismo local.

O caráter descritivo se dá pelo mapeamento das características do turismo e do patrimônio cultural no Centro Histórico de Porto Seguro, além de oferecer um retrato detalhado do cenário atual. Gil (2002, p.28), afirma que o objetivo de pesquisas e estudos de cunho

descritivo é “a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

2.2 Participantes da pesquisa

Realizaram-se entrevistas semiestruturadas – total de 10 – com representantes-chave, agentes endógenos e exógenos no turismo. Os participantes envolvidos neste estudo foram divididos entre: gestor do Centro Histórico; 4 guias de turismo local cadastrados no sindicato; superintendente da Secretaria Municipal de Turismo; superintendente da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Patrimônio Histórico; coordenadora do curso de guia de turismo do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); agência de receptivo local, que também assume o papel de morador; Cacique Pataxó, líder da Aldeia Pataxó de Coroa Vermelha. É válido destacar que, em relação aos superintendentes municipais, a ideia inicial era realizar as entrevistas com os secretários de cada órgão, no entanto, devido à falta de disponibilidade, não foi possível.

Os entrevistados foram selecionados por meio da técnica de amostragem não probabilística por julgamento. De acordo com Dencker (2001), a técnica permite ao pesquisador escolher a amostra que considera ser a mais adequada para auxiliá-lo no estudo. Assim, de acordo com os objetivos de pesquisa, julgou-se condizente a participação dos referidos participantes, dado a *expertise* e o envolvimento direto com o planejamento, organização e operação do turismo no município e região ou por ser influenciado por ele.

Quadro - 3

Participantes da pesquisa.

Atores	Codificação	Data da entrevista	Justificativa de seleção
Gestor do Centro Histórico	6	05/03/2024	Devido ao seu papel importante diante da gestão do Centro Histórico e à possibilidade de fornecer informações pertinentes sobre as dinâmicas do local, os desafios de gestão e a realidade cotidiana.

Guias de turismo	1, 4, 7 e 10	12/04/2024 28/03/2024 26/04/2024 27/10/2024	Papel relevante desses agentes como intermediários entre o turismo, o patrimônio e os visitantes. Segundo Velasco (2016), o turismo é um fenômeno dinâmico, e por isso são necessários informações atualizadas e conhecimentos que possam ser aplicados por diversos agentes e atores do setor. Desse modo, as entrevistas com estes profissionais permitem compreender de forma mais aprofundada as dinâmicas do turismo local e entender como as suas percepções e práticas influenciam e moldam as experiências dos visitantes e a relação com o patrimônio cultural.
Superintendente da Secretaria Municipal de Turismo	2	01/03/2024	Devido ao seu papel na gestão do turismo local, permitindo uma visão abrangente sobre as políticas e práticas implementadas, verificando como o turismo é direcionado e até que ponto são incorporadas perspectivas decoloniais na valorização e preservação cultural.
Superintendente da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Patrimônio Histórico	3	02/03/2024	Entender até que ponto são incorporadas perspectivas decoloniais na valorização e preservação cultural.
Coordenadora do curso de guia de turismo do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)	5	07/03/2024	Devido à influência exercida na formação de guias de turismo local. E para compreender como os princípios e práticas da vertente decolonial são ou

			podem ser incorporadas na capacitação profissional.
Agência de receptivo local	8	19/10/2024	Por ser um agente direto na prestação de serviço, é relevante entender como – e se – as práticas decoloniais influenciam suas operações e abordagens.
Cacique Pataxó, líder comunitário	9	22/02/2024	Compreender as perspectivas da comunidade Pataxó em relação ao turismo no que concerne à valorização e à proteção do patrimônio cultural e sua história sob a ótica decolonial.

Fonte: Dados do estudo, elaborado por Barbosa (2024).

Como critério de participação dos guias, foi estabelecido um recorte temporal para delimitar o perfil e facilitar a seleção. Os guias deveriam cumprir requisitos específicos, como: estar cadastrado no sindicato da categoria, possuir licença emitida pelo Ministério do Turismo e, além disso, se enquadrar no recorte temporal definido que abrangeu a década de 1990 até os anos 2000, e de 2000 até o momento. A escolha fundamentou-se por diversos fatores. O período escolhido refere-se a uma época de importantes transformações no contexto social, político, econômico e, sobretudo, turístico do município. Desse modo, o recorte possibilitou diferentes visões e vivências da atividade por parte dos guias, e também de narrativas.

Com base nos critérios definidos, a participação ocorreu de forma voluntária. A organização para contatar previamente os possíveis participantes iniciou-se no final do mês de janeiro por meio de mensagens e *e-mails* explicativos sobre a pesquisa, o objetivo das entrevistas e como seria o processo. Além disso, a pesquisadora se deslocou pessoalmente a alguns locais, como as secretarias de cultura e turismo e ao SENAC, para conversar com os gestores e verificar quem eram as pessoas envolvidas, bem como se haviam sido modificadas ou não.

Devido à alta temporada do turismo na cidade, muitos dos possíveis participantes não responderam às tentativas de contato ou o fizeram depois de alguns dias. As respostas recebidas incluíram algumas positivas e outras negativas. A maioria dos interessados em participar

solicitou que o contato fosse retomado depois do período de Carnaval, pois seria o momento mais adequado para dedicarem atenção à proposta de entrevista para a pesquisa.

Algumas respostas negativas foram em função da falta de disponibilidade de tempo, enquanto outras simplesmente alegaram desinteresse. Entretanto, houve situações em que, apesar da resposta negativa, as pessoas sugeriram o contato de conhecidos que se enquadravam nos critérios estabelecidos. Diante desse cenário, buscou-se a adaptação às condições e demandas das pessoas que demonstraram real interesse em participar, aguardando o momento oportuno para retomar os contatos e marcar as entrevistas.

2.3 Técnica de coleta de dados

Os procedimentos técnicos para a coleta de dados envolveram a utilização de pesquisa bibliográfica, documental, observações participantes e entrevistas semiestruturadas (Apêndices A, B, C, D, E, F e G). Para compor a fundamentação teórica sobre os temas relacionados, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, a partir da qual foram feitas leituras de livros, de artigos a partir de consultas nas bases de dados *Scielo*, *Scopus* e *Annals of Tourism Research*, de teses e dissertações na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e em *sites* dos órgãos oficiais do IPHAN, do Ministério do Turismo e da Prefeitura Municipal de Porto Seguro.

Realizou-se o levantamento de informações e documentos para fundamentar a análise crítica das abordagens dos conteúdos dos documentos institucionais, como o Plano Diretor Municipal, o Plano Nacional de Cultura (PNC), o Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDTIS) e o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PTDSS). Também foi utilizado o inventário do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), de 1988. Este documento consiste em um inventário de proteção do acervo cultural, monumentos e sítios do litoral sul da Bahia e permitiu analisar as fotografias antigas do acervo do IPHAN, plantas dos museus, igrejas e casarios, bem como a delimitação das áreas dos sítios históricos. Além disso, utilizou-se do acervo de reportagens e matérias do *Jornal do Sol*, da década de 1990, um dos mais antigos e tradicionais da cidade, tendo presenciado as transformações ocorridas na região ao longo de todos esses anos.

Foram realizadas visitas na área do estudo para as observações *in loco*. A observação participante consiste na inserção do pesquisador em contextos ou grupos observados, “tornando-se parte dele e interagindo com os sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar” em determinada situação (Queiroz et al., 2007, p.278). Nesse sentido, a observação participante durante a pesquisa de campo teve como foco a rotina de

atividades dos turistas, dos guias e dos trabalhadores locais, bem como o comportamento deles em geral e a execução do *city tour*, momento em que a pesquisadora realizou visitas ao Centro Histórico.

As visitas e observações ocorreram em janeiro de 2024, aproveitando-se da alta temporada de verão e feriados, finalizando em janeiro de 2025, e foram realizadas de maneira semanal, em dois turnos: período da manhã e da tarde. Os registros das observações foram produzidos por meio de um diário de campo, instrumento utilizado para registro do trabalho de campo feito dia a dia (Brazão, 2007). Para as visitas *in loco*, também foi desenvolvido um roteiro sistemático de investigações referentes à organização, limpeza e segurança do espaço; mobilidade; observação dos bens patrimoniais (igrejas e museus); se estavam abertos; se havia manutenção constante; se as pessoas visitavam e interagiam entre si; e a ocorrência de eventos durante o período de observação. Posteriormente, todas as informações obtidas durante o período foram organizadas e descritas nos resultados do estudo.

As entrevistas semiestruturadas deram suporte e complementaram as observações com informações adicionais. Nessa técnica, o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido, com perguntas predeterminadas, obtendo informações mais precisas, observando e avaliando a situação, a conduta e a atitude do entrevistado diante das perguntas (Marconi & Lakatos, 2017). O roteiro de entrevista buscou compreender, a partir da perspectiva decolonial, como se caracterizam as percepções e práticas turísticas dos gestores e agentes do turismo local no Centro Histórico. Dessa forma, foram elaboradas perguntas específicas, de acordo com os participantes da pesquisa e suas ocupações. Parte das entrevistas foi conduzida de forma *on-line*, por meio do aplicativo *Google Meet*. Para tanto, foram organizadas data e hora para a chamada virtual. Já as presenciais foram realizadas nos locais de trabalho de cada participante, previamente agendadas. Cada entrevista durou entre 50 minutos e 1 hora. Posteriormente, as informações obtidas foram organizadas, transcritas, ordenadas e analisadas.

2.4 Análise dos dados

Para analisar os dados desta pesquisa, optou-se por duas técnicas: Análise de Conteúdo (AC) e Análise do Discurso (AD). Recorreu-se à AC para explorar, interpretar e examinar os documentos institucionais; para analisar os elementos materiais e imateriais do patrimônio cultural e os materiais de promoção turística. “Essa técnica possibilita a descrição do conteúdo manifesto e latente das comunicações” (Gil, 2002, p.89).

A análise se desenvolveu em quatro fases: pré-análise, na qual foi realizada a seleção e a escolha dos documentos alinhados aos objetivos de pesquisa. A segunda correspondeu à exploração do material, envolvendo leituras e a organização dos fragmentos dos conteúdos dos documentos utilizados. A terceira etapa consistiu na análise e interpretação dos significados, valores e símbolos dos elementos materiais e imateriais, explorando como eles refletem e expressam a identidade cultural local. Por fim, a quarta fase compreendeu o tratamento, a inferência e a interpretação dos dados (Bardin, 2011).

Para aprofundar e examinar o entendimento sobre as práticas turísticas e a sua relação com as perspectivas da vertente decolonial, utilizou-se da Análise do Discurso (AD). Como o próprio nome indica, a AD “não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso” (Orlandi, 2009, p.15). Segundo Foucault, o discurso é “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; (...) é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência” (Foucault, 2008, p.132-133). O discurso, portanto, não consiste somente naquilo que está posto, não é a ordenação e organização das palavras, tampouco é o que se materializa. É, na verdade, aquilo que se constrói a partir do contexto histórico, social e pelo modo de pensar.

Assim, o principal objetivo da Análise do Discurso é mostrar a relação entre a linguagem, a história e a sociedade através dos efeitos de sentido (Orlandi, 2009). Diante disso, foram examinadas as falas dos gestores e agentes locais do turismo, com o fito de identificar indícios decoloniais nas práticas e estratégias adotadas no planejamento e desenvolvimento do turismo. A análise buscou elementos que pudessem revelar uma mudança de paradigma nas práticas turísticas, a fim de conectar-se com a valorização e a resignificação cultural. Uma vez realizadas as entrevistas, elas foram transcritas e organizadas para as ações de codificação e categorização. Para tais ações, depois de codificadas por ordem de realização (E1, E2...), foram trabalhados temas, frases e palavras-chave associados à decolonialidade, com base nos escritos de autores que compõem o Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), os quais disseminaram os principais conceitos sobre a decolonialidade.

Conforme as entrevistas, foram agrupados os trechos que mais se relacionavam aos objetivos da pesquisa. Verificaram-se os trechos que demonstraram resistência ou desafio às estruturas coloniais de poder, incluindo discursos que reivindicaram a autonomia cultural, defenderam a valorização do conhecimento e tradições locais e promoveram outras perspectivas para o turismo, tendo como base a decolonialidade. Foram analisadas as perspectivas de conhecimento e a narrativa local, com foco nas referências ao conhecimento, às práticas e

saberes tradicionais e ao contexto no qual foram proferidas: percepções sobre as formas de conhecimento, cultura e histórias marginalizadas, bem como as valorizadas. Por fim, foram observadas expressões e falas que indicaram a desconstrução e ressignificação de narrativas hegemônicas, como, por exemplo, a questão do Descobrimento e a colonização portuguesa.

Para facilitar a compreensão dos procedimentos adotados para o alcance dos objetivos, elaborou-se um quadro (4) metodológico, o qual apresenta uma síntese dos procedimentos.

Quadro 4 -

Matriz analítica da pesquisa: apontamentos didáticos.

Problema da pesquisa	Objetivo central	Método	Técnicas de coleta de dados	Análise dos dados
Como se caracterizam as percepções e práticas turísticas dos gestores e agentes do turismo local no Centro Histórico de Porto Seguro-Bahia, quando analisadas sob a perspectiva decolonial?	Compreender as percepções e práticas turísticas dos gestores e agentes do turismo local no Centro Histórico de Porto Seguro, analisadas sob a perspectiva decolonial.	Exploratório Descritivo Crítico Qualitativo Bibliográfico Documental Estudo de caso	Entrevistas semiestruturadas Observação participante	Análise de Conteúdo Análise do Discurso
Objetivos específicos			Técnicas de coleta	Análise dos dados

a) analisar os elementos do patrimônio cultural, tanto materiais quanto imateriais e sua representação em materiais de promoção turística, como redes sociais, além dos marcos físicos do colonialismo e seu reflexo na identidade cultural local.	Pesquisa documental Pesquisa bibliográfica Pesquisa de campo	Análise de Conteúdo
b) examinar os conteúdos dos documentos institucionais, como o Plano Diretor Municipal, o Plano Nacional de Cultura, o Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável e o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário, identificando e analisando as abordagens dessas diretrizes em relação às perspectivas decoloniais, com foco nas implicações para o turismo e o patrimônio cultural.	Pesquisa documental	Análise de Conteúdo
c) analisar, nas narrativas dos gestores municipais e dos agentes locais do turismo que ocupam os papéis de moradores e empresários, elementos e/ou evidências decoloniais presentes nas práticas turísticas atuais;	Entrevistas semiestruturadas	Análise do Discurso
d) demonstrar o valor e a importância da decolonialidade como ressignificação do valor do patrimônio cultural de Porto Seguro-BA.	Pesquisa bibliográfica Entrevistas semiestruturadas	Análise de Conteúdo

Fonte: Dados do estudo, elaborado por Barbosa (2024).

SEÇÃO 3 - COLONIALIDADE, DECOLONIALIDADE E TURISMO

3.1 A colonialidade e seus desdobramentos

Para compreender o conceito de colonialidade, é necessário, antes de tudo, descortinar os seus desdobramentos desde o processo de colonização, para então diferenciar o colonialismo de colonialidade. O período histórico em que acontece o processo de colonização no Brasil inicia-se com a invasão dos portugueses no território brasileiro em 1500 e vai até a proclamação da Independência do país em 1822 (Carrara, 2020). Durante esse período, o país encontrava-se subjugado e sujeito à exploração pela Coroa Portuguesa, que impôs seu domínio sobre o território, a população e todos os saberes e conhecimentos existentes.

Assim como Portugal, as tropas coloniais de países como Bélgica, França, Holanda, Espanha e Inglaterra se lançaram ao mundo e iniciaram o processo de invasão na América, Ásia, África e Oceania (Porto-Gonçalves, 2005). Como forma de dominação, os colonizadores passaram a impor sua forma de organização social, política, cultural e econômica sobre os povos colonizados. Maia e Melo (2020) afirmam que, durante o período de colonização, houve uma apropriação e exploração dos recursos materiais e econômicos das regiões colonizadas, ao mesmo tempo que parte dos aspectos, origens e costumes dos povos nativos foram invisibilizados e apagados.

No decorrer da história, ficou registrada a morte de milhares de indivíduos que lutaram contra a colonização diante da imposição do colonialismo. Porto-Gonçalves (2005) destaca que, ao longo dos séculos, houve a tentativa de emancipação dos povos colonizados e o embate contra o colonialismo. A partir disso, ocorre a Independência estadunidense dos ingleses, a Revolução do Haiti, com a expulsão dos franceses e demais movimentos no decorrer do século XIX e XX das demais colônias. Contudo, o que é possível perceber em todo esse processo é que, apesar da expulsão das tropas coloniais de seus territórios, não houve um ponto final. O colonialismo deixou um rastro de destruição: a colonialidade.

Nesse sentido, destaca-se a distinção entre o colonialismo e a colonialidade. O colonialismo:

[...]. Refere-se estritamente a uma estrutura de dominação e exploração, na qual o controle da autoridade política, dos recursos de produção e de trabalho de uma determinada população é detido por outra com uma identidade diferente, e cuja sede se

encontra, além disso, em outra jurisdição territorial [...] (Quijano, 2014, p.285, tradução nossa).

O conceito de colonialidade foi introduzido por Aníbal Quijano no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, tornando-se base central para as discussões do Projeto Modernidade/Colonialidade. Quijano (2007) critica e questiona a modernidade, destacando a sua natureza eurocêntrica. Para o autor, o desenvolvimento do capitalismo global está ligado à colonização das Américas, ocorrida a partir do final do século XVI. E sugere, inclusive, que a colonização forneceu bases para a consolidação da modernidade. Além disso, argumenta que a modernidade não apenas emergiu em paralelo à colonialidade, na verdade, foi construída sobre ela.

Mignolo (2017a) endossa a compreensão de que o conceito de modernidade é complexo, uma vez que constrói a civilização ocidental ao enaltece-la, ao passo que esconde seu lado mais sombrio: a colonialidade. Entende-se a modernidade como um fenômeno controverso, contraditório e cheio de lacunas que geram dúvidas a respeito. Embora coisas positivas viessem para a formação da sociedade atual, a colonialidade se firma como o seu pior legado. Afinal, “não há modernidade sem colonialidade” (Mignolo, 2017a, p.2).

A colonialidade, portanto, representa a continuidade das relações de poder estabelecidas durante o período colonial, mesmo depois do fim formal do colonialismo. Essas relações continuam a sustentar a exploração e opressão dos povos colonizados. A colonialidade mostrou-se, ao longo dos últimos quinhentos anos, mais profunda e duradoura que o colonialismo (Quijano, 2014, p.285, tradução nossa), e expandindo-se para outros campos: a colonialidade do poder, do saber e do ser. Tais conceitos se manifestam em aspectos culturais, sociais, subjetivos e moldam a maneira como os indivíduos se relacionam e entendem o mundo.

A colonialidade do poder engloba uma visão que ultrapassa a herança do período colonial e incorpora elementos que permeiam as estruturas sociais e políticas da população mundial de acordo com a ideia de raça e gênero (Quijano, 2007). Refere-se, portanto, às formas modernas de exploração e de dominação. O autor afirma que o poder atrelado à colonialidade é:

[...]. O espaço e uma malha de relações sociais de exploração/dominação/conflito articuladas, basicamente, em função e em torno da disputa pelo controle dos seguintes meios de existência social: 1) o trabalho e os seus produtos; 2) dependente do anterior, a ‘natureza’ e os seus recursos de produção; 3) o sexo, os seus produtos e a reprodução

da espécie; 4) a subjetividade e os seus produtos, materiais e intersubjetivos, incluindo o conhecimento; 5) a autoridade e os seus instrumentos, de coerção em particular, para assegurar a reprodução desse padrão de relações sociais e regular as suas mudanças (Quijano, 2007, p.96, tradução nossa).

Para o autor, a colonialidade do poder remete à formação de um poder mundial capitalista, moderno, colonial e eurocentrado. O impacto das estruturas de poder colonial sobre as dinâmicas sociais perdura na atualidade, refletindo-se em desigualdades econômicas, sociais, discriminação racial e subalternização de conhecimentos, saberes e culturas. Alves et al., (2020) afirma que o processo colonial atuou como instrumento de coerção e sobretudo de subalternização. Como exemplo prático da influência da colonialidade, é possível observar como o legado do período colonial se manifesta de diversas formas atualmente. Em Porto Seguro, a influência colonial deixou marcas na estrutura social e cultural da região e nas subjetividades dos indivíduos, uma tarefa complexa e de difícil negociação para o pensamento contra-colonial. Para demonstrar esse impacto:

[...] Reconhecida nacional e internacionalmente por seu valor histórico, a região sofre com uma simplificação de sua própria história, que somente é retratada frente ao episódio imortalizado pela historiografia tradicional como “Descobrimento” (Cancela, 2012, p.22).

A simplificação histórica contribui para distorcer a verdadeira complexidade da história da região, afetando também o contexto turístico local, uma vez que o fato de Porto Seguro fazer parte da Zona turística denominada “Costa do Descobrimento” reforça a narrativa colonial e restrita da história local. Diante do contexto, ainda segundo Cancela (2012, p.22), o patrimônio histórico da região “se difunde em imagens e marcas estigmatizadas, acríticas e atemporais, sobretudo vinculadas à Portugal, Pedro Álvares Cabral, à Primeira Missa e aos índios do descobrimento”. Ou seja, a forma apresentada reflete uma visão simplificada e estereotipada do que foi a colonização e de como se perpetua em diferentes aspectos, como na arquitetura, cultura e economia do município.

Diante da explanação sobre a colonialidade do poder, faz-se necessário explorar as outras dimensões críticas do legado colonial: a colonialidade do saber e a colonialidade do ser. Do mesmo modo que as estruturas de poder colonial moldaram e influenciaram as relações

sociais e políticas, a colonialidade do saber mostra como os sistemas de conhecimento foram construídos e perpetuados sob o pensamento colonial. Nesse ponto, Mignolo infere que:

A modernidade/colonialidade ou, se quiserem, a constituição e história do sistema-mundo moderno/colonial, é ao mesmo tempo uma estrutura na qual a dependência histórico-estrutural, como uma estrutura de domínio, é a face visível da colonialidade do poder. Essa dependência histórico-estrutural não é apenas econômica ou política; acima de tudo, é epistêmica (Mignolo, p.212, 2020).

Portanto, as entranhas do poder da colonialidade, de forma estrutural e sistêmica, influenciaram e influenciam o saber epistêmico. A epistemologia refere-se ao estudo do conhecimento, que “estuda a origem do conhecimento e seu desenvolvimento, ampliando a reflexão para a validade” (Panosso Netto & Nechar, p.123, 2014).

A colonialidade do saber remete à ruptura dos saberes locais, pois o legado epistemológico deixado pela colonização resultou na tentativa de um apagamento e afastamento dos indivíduos de seus conhecimentos ancestrais e tradicionais. O apagamento implica a ausência de reconhecimento, supressão e esquecimento de saberes e identidades locais, que são ignorados em favor de uma narrativa colonial, visão de mundo e epistemologia homogênea, desvalorizando e suprimindo os saberes e formas de conhecimento das culturas nativas. Sobre isso, Porto-Gonçalves afirma que:

A Colonialidade do Saber nos revela, ainda, que, para além do legado de desigualdade e injustiça sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, já assinalados pela teoria da dependência e outras, há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias (Porto-Gonçalves, p.3, 2005).

Essa estrutura influenciou as formas de produção de conhecimento e impôs o pensamento europeu como padrão normativo a ser seguido. Pressupõe-se que o saber científico-teórico seja o único legítimo no âmbito acadêmico. E em outros espaços de construção, o debate ainda é pelo viés eurocentrado. O sociólogo Boaventura de Sousa Santos propõe o combate às epistemologias dominantes que tanto se consolidaram pelos desdobramentos do capitalismo e colonialismo e defende a valorização dos saberes locais, regionais e tradicionais (Santos &

Meneses, 2009). Para isso, o autor apresenta o conceito metafórico de “epistemologias do Sul”. Ao que se refere como:

[...] O Sul é aqui concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo. Esta concepção do Sul sobrepõe-se em parte com o Sul geográfico, o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu e que, com exceção da Austrália e da Nova Zelândia, não atingiram níveis de desenvolvimento econômico semelhantes ao do Norte global (Europa e América do Norte) (Santos & Meneses 2009, p.12-13).

Além de valorizar os saberes tradicionais e regionais, a epistemologia do Sul reconhece que o colonialismo não se limitou apenas às práticas de dominação territorial, social, cultural e econômica. Santos e Meneses (2009) afirmam que houve também uma dominação epistemológica, provando uma relação desigual de saber-poder que resultou na supressão de muitas formas de conhecimento próprias dos povos e nações colonizadas. Essa valorização do saber originário e reconhecimento de saberes plurais é denominada pelo autor denomina de “ecologia dos saberes”.

Quanto ao processo de invisibilidade e marginalização dos saberes e culturas da América Latina, ou seja, dos povos não ocidentalizados que foram subalternizados, Santos & Meneses (2009) cunharam o termo “epistemicídio”. Constatou-se que os conhecimentos de origem popular indígena e negra sofreram e sofrem epistemicídio, pois grande parte da produção de conhecimento dos povos nativos foi exterminada.

Constatou-se que as práticas de dominação e exploração impostas pelo colonialismo manifestam-se para além da dimensão sociopolítica. Visto que, de certa forma, entender essas forças do poder-saber infere nas formas de ser e existir dos sujeitos, assim, denominado de colonialidade do ser. Esse conceito se concentra nas dimensões existenciais e identitárias dos indivíduos e grupos sociais. O termo surgiu a partir de conversas de um grupo, criado após as ideias de Dussel (1994) e Quijano (2007) em relação à modernidade e o poder ligado à herança colonial. Foi inicialmente pensado por Mignolo (2003), porém foi Maldonado-Torres (2009) o responsável por se dedicar ao desenvolvimento do conceito, que de início não foi bem aceito entre os estudiosos do grupo (Ballestrin, 2013).

Maldonado-Torres (2009) afirma que a Colonialidade do Ser sugere que:

[...] o Ser, de certa maneira, contraria a nossa própria existência. [...] refere-se ao processo pelo qual o senso comum e a tradição são marcados por dinâmicas de poder de caráter preferencial: discriminam pessoas e tomam por alvo determinadas comunidades (Maldonado-Torres, 2009, p.365-363).

Observa-se que a colonialidade do ser aborda como as ideias e práticas coloniais moldam as subjetividades individuais e coletivas, e, por vezes, sustenta hierarquias e discriminações com base em características como raça, gênero, classe social e etnia. Restrepo e Rojas argumentam que:

De modo geral, podemos afirmar que a colonialidade do ser se refere à dimensão ontológica da colonialidade do poder, ou seja, a experiência vivida do sistema mundial moderno/colonial no qual certas populações são inferiorizadas por meio da desumanização total ou parcial, enquanto outras aparecem como a própria expressão da humanidade (Restrepo & Rojas, 2010, p.156, tradução nossa).

O conceito ainda se mantém na atualidade, principalmente em tempos da globalização. Do ponto de vista político e econômico, a colonialidade do ser se relaciona com o capitalismo, já que ambos são partes do sistema mundial moderno/colonial. Destaca-se como “um padrão de poder global de relações de dominação, exploração e conflito em torno do trabalho, da natureza, do sexo, da subjetividade e da autenticidade, no centro da emergência e reprodução do sistema capitalista” (Restrepo & Rojas, 2010, p.155, tradução nossa). As colonialidades do poder, do saber e do ser são delineadas na tentativa de impor um padrão estrutural eurocentrado, o qual sustenta o sistema capitalista.

O filósofo Maldonado-Torres observa o processo histórico e epistemológico da colonialidade do ser e destaca como a influência da colonialidade se perpetua nas dinâmicas do cotidiano. Para compreender o surgimento do conceito, Maldonado-Torres (2007, p.130 *apud* Restrepo & Rojas, 2010, p.158, tradução nossa), salienta que surgiu em resposta “[...] à necessidade de esclarecer a questão sobre os efeitos da colonialidade na experiência vivida, e não apenas nas mentes dos sujeitos subalternos”. O conceito não apenas se refere ao apagamento da subjetividade do ser, mas como a influência do período colonial condiciona a maneira como os “seres” são percebidos no mundo e como se veem.

As estruturas coloniais forjaram as identidades e a existência dos seres, como forma de controle das subjetividades humanas. Sobre isso, Mignolo (2008) enfatiza a importância de

emancipar-se das estruturas de dominação impostas pela modernidade colonial, que subalternizaram e silenciaram as epistemologias locais, e reconhece a pluralidade de narrativas e experiência dos povos.

A interseccionalidade entre colonialidade do poder, do saber e do ser demonstra como a herança colonial e as estruturas eurocêntricas deixaram resquícios da violência presentes em inúmeros aspectos da vida cotidiana. Percebe-se isso nas subalternizações étnicas e culturais, na linguagem, no conhecimento teórico e científico e na forma de existência do ser. E o que se fez ao longo da história na tentativa de se desprender dessas amarras? Superar e desconstruir o legado colonial são processos complexos e contínuos, entretanto, no decorrer do século XX, alguns caminhos com a finalidade de superar tal processo tem sido traçado. Nesse sentido, o pensamento decolonial se apresenta como uma alternativa de confluência para o enfrentamento da colonialidade.

O quadro 5 auxilia a recapitular e sintetizar os conceitos desenvolvidos referentes à colonialidade do poder, do saber e do ser, assim como os autores utilizados:

Quadro 5 -
Colonialidade do poder, do saber e do ser.

Conceito	Ideia Central	Autor
Colonialidade do Poder	A noção de colonialidade do poder refere-se à persistência das estruturas de dominação e exploração estabelecidas durante a era colonial e sua influência contínua na sociedade atual, especialmente em relação às questões de raça e gênero.	Quijano (2007).
Colonialidade do Saber	Destaca que o conhecimento científico produzido e disseminado é eurocêntrico e deslegitima o conhecimento não ocidental.	Porto-Gonçalves (2005); Mignolo (2020); Santos e Meneses (2009).
Colonialidade do Ser	A ideia da colonialidade do ser enfatiza como as identidades são construídas em relação às hierarquias coloniais, resultando em epistemologias e ontologias específicas que perpetuam a opressão da subjetividade do ser.	Mignolo (2008); Restrepo e Rojas (2010); Maldonado-Torres (2007;2009).

Fonte: Dados da pesquisa (2024), elaborado com base em Martins (2022).

3.2 Um breve giro pelas fases pós-coloniais

Na América Latina, o pensamento decolonial começou a ser discutido a partir da criação do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) no fim dos 1990, com base em reflexões críticas

no que tange os impérios da coroa espanhola, portuguesa e a conquista das Américas, reunindo análises econômicas, históricas, sociológicas e filosóficas (Boukhris & Peyvel, 2019). Constituído por pesquisadores latino-americanos, o grupo iniciou um movimento epistemológico importante para a renovação crítica das ciências sociais na América Latina no século XXI. Segundo Ballestrin (2013, p.97), a reflexão do grupo:

[...] foi sendo paulatinamente estruturado por vários seminários, diálogos paralelos e publicações. Ainda no ano de 1998, um importante encontro apoiado pela CLACSO e realizado na Universidad Central de Venezuela, reuniu pela primeira vez Edgardo Lander, Arturo Escobar, Walter Dignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano e Fernando Coronil.

O grupo foi responsável pela introdução do conceito ‘decolonial’ na América Latina. Em conjunto, os referidos autores lançaram, nos anos 2000, o livro *La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*, um dos trabalhos mais importantes do coletivo. O projeto (M/C) relaciona-se com os estudos pós-coloniais. Santos (2008, p.18) comenta que o pós-colonialismo se refere a um conjunto de correntes teóricas e analíticas:

[...] com forte implantação nos estudos culturais, mas hoje presentes em todas as ciências sociais, que têm em comum darem primazia teórica e política às relações desiguais entre o Norte e o Sul na explicação ou na compreensão do mundo contemporâneo.

A gênese histórica das discussões contra o colonialismo e as propostas decoloniais foram discutidas internacionalmente na Conferência de Bandung, na Indonésia, em 1955, na qual se reuniram representantes de 29 países da Ásia e África (Mignolo, 2017b). A Conferência foi pioneira em tratar de assuntos inéditos à época, recebidos como temas polêmicos, pois no centro do debate estavam as questões do colonialismo, do imperialismo e do racismo. O objetivo central, de acordo com Mignolo (2017b), era estabelecer os fundamentos e uma visão compartilhados de um futuro que se distanciasse tanto do capitalismo quanto do comunismo. Além disso, discutiu-se como o colonialismo oprimia e marginalizava as tradições e culturas dos países participantes. Foi a primeira vez que africanos e asiáticos puderam externar internacionalmente questões sobre seu povo.

A Conferência ocorreu no contexto da Guerra Fria e no início do processo de descolonização dos países africanos e asiáticos. Nesse cenário, fortalecer os aspectos políticos, econômicos e culturais dessas nações tornou-se fundamental. A conferência introduziu a “descolonialidade” como uma alternativa independente (Mignolo, 2017b). Os países não alinhados nem aos Estados Unidos, nem à União Soviética buscavam promover seu desenvolvimento econômico, melhorar as condições básicas de vida e resistir às forças do colonialismo.

Durante a Conferência, verificou-se que o caminho para o entendimento entre as nações seria desenvolver propostas para a cooperação econômica, a cooperação cultural e apoio aos direitos humanos e a autodeterminação (The Ministry of Foreign Affairs, 1955). Por fim, foram acordados alguns princípios fundamentais como parte dos esforços dos países participantes para afirmar sua independência e buscar uma nova ordem mundial baseada na cooperação, igualdade e respeito mútuo, sob os seguintes princípios:

1. Respeito aos direitos fundamentais e aos direitos humanos, de acordo com a Carta da ONU;
2. Respeito à soberania e integridade territorial de todas as nações;
3. Reconhecimento da igualdade de todas as raças e de todas as nações, sejam elas grandes ou pequenas;
4. Não intervenção e não ingerência nos assuntos internos de outros países;
5. Respeito pelo direito de cada nação defender-se, individual e coletivamente, de acordo com a Carta da ONU;
6. Abstenção do uso de arranjos de defesa coletiva destinados a servir aos interesses de algumas das grandes potências e de um país exercer pressões sobre outros;
7. Abstenção de um ato ou ameaça de agressão, ou do emprego da força, contra a integridade territorial ou a independência política de outro país;
8. Solução de todos os conflitos e/ou disputas internacionais por meios pacíficos, de acordo com a Carta da ONU;
9. Estímulo aos interesses mútuos de cooperação;
10. Respeito à justiça e às obrigações internacionais (The Ministry of Foreign Affairs, 1955, p. 7, tradução nossa).

A Conferência de Bandung foi o princípio de transformações geopolíticas e sociais. Para Dos Reis e Resende (2019), foi um marco importante para fortalecer as vozes dos países do

Terceiro Mundo. Destacar a Conferência de Bandung e incorporá-la ao diálogo são necessários, visto que ela contribui para a compreensão do contexto histórico inicial das discussões sobre o colonialismo e a para a busca de propostas para combater os seus efeitos.

Para nortear a pauta pós-colonial que culmina, posteriormente, no pensamento decolonial, Ballestrin (2017) criou uma linha temporal dos acontecimentos que levaram às discussões coloniais e decoloniais divididas em 3 fases: a primeira fase é a anticolonial, a segunda, pós-colonial ou canônico e, por fim, a terceira fase, a decolonial. A primeira fase representa o movimento de luta da África e Ásia contra as estruturas de poder colonial dos anos 1950-1960. Thobias (2020) afirma que os principais autores dessa corrente são figuras como Aimé Cesárie, Albert Memmi⁶ e Frantz Fanon⁷. Embora com abordagens distintas, os autores se manifestam criticamente contra o colonialismo e a exploração da identidade e da negritude. Sobretudo, destacam os efeitos do colonialismo sobre os povos colonizados, explorando o processo violento e de desumanização sobre eles.

A fase pós-colonial ou canônica, de acordo com Toledo (2021), desponta no final dos anos 1970, influenciada pela formação do Grupo de Estudos Subalternos indianos, com destaque para Edward Said⁸, Gayatri Spivak e Homi Bhabha⁹. Aimé Cesárie foi um dos principais intelectuais da luta anticolonial, introduziu o conceito de “negritude”, que busca valorizar a identidade cultural africana e resistir à opressão colonial (Vitorino, 2021). Edward Said é conhecido por seu pensamento “Orientalismo”, de 1978, no qual ele analisa como o Ocidente construiu uma visão distorcida e exótica do Oriente, perpetuando relações de dominação e subalternidade. Segundo o autor, “a relação entre o Ocidente e o Oriente é uma relação de poder, de dominação, de graus variados de uma complexa hegemonia” (Said, p.17, 1990).

Gayatri Spivak é conhecida por suas reflexões, no ensaio “Pode o subalterno falar? ”, publicado em 1985, onde questiona as representações ocidentais do “Outro” e investiga as complexidades da voz e da agência dos subalternos dentro do sistema colonial (Pereira, 2022). Essa visão do “outro” surge para justificar práticas coloniais e imperialistas, influenciando as representações culturais e sociais. Homi Bhabha, por sua vez, contribuiu para o entendimento

⁶Ver *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador* (1957).

⁷ Ver *Os condenados da terra* (1961).

⁸ Ver *Orientalismo: o Oriente como invenção do ocidente* (1990).

⁹ Ver: *The Location of Culture* (1994).

do “hibridismo cultural” e da identidade. Ele argumenta que as identidades não são fixas, mas sim construídas e moldadas por meio de processos de interação e intercâmbio cultural, enfatizando a complexidade da identidade não ocidental e como as experiências coloniais e pós-coloniais moldam a subjetividade do ser (Bhabha, 1998). Os referidos autores contribuíram significativamente para a compreensão das dinâmicas estruturais de poder e identidade de acordo com cada realidade e contexto.

Para encerrar esse giro de fases, é finalmente chegada a fase “decolonial”, com a criação do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), especificamente em 1998, conforme apontado por Ballestrin (2017). O movimento decolonial na América Latina problematiza criticamente as questões relativas ao colonialismo, à modernidade e seus efeitos, assim como o eurocentrismo. Aníbal Quijano, Walter D. Mignolo, Nelson Maldonado-Torres, Catherine Walsh, Santiago Castro-Gómez, Eduardo Restrepo, são alguns dos principais autores que dialogam sobre a decolonialidade e dos estudos pós-coloniais na América Latina (Ballestrin, 2013). À sua maneira, cada um desses pensadores explorou questões relacionadas à violência epistêmica sob a influência do colonialismo, raça e gênero, bem como à formação das estruturas do capitalismo global.

Compreender essas três fases norteia o entendimento sobre as especificidades do movimento em cada esfera, até chegar ao interesse desse estudo, o pensamento decolonial no contexto da América Latina, especialmente no Brasil. Isto posto, será apresentado o contexto do pensamento decolonial e como é aplicado em áreas diversas. Faz-se necessário enfatizar que, para Mignolo (2003), os estudos decoloniais se distinguem da proposta *descolonial* da África e da Ásia, bem como do pós-colonialismo. Para o autor, o pensamento decolonial não é, de forma alguma, uma fase ou continuação do pós-colonialismo. Visto que, enquanto os estudos pós-coloniais se concentram nas consequências políticas e culturais do colonialismo, a vertente decolonial tem como foco ir além desse modo, questionando as estruturas de poder hegemônicas e desafiando as formas de conhecimento dominantes.

Embora semelhantes em alguns pontos, como na questão de superação do poder colonial, as propostas diferem conforme a especificidade de cada contexto. Neste texto, utilizou-se da diferenciação proposta por Ballestrin (2017) para situar o leitor quanto às etapas e o contexto de cada uma das correntes de pensamentos, possibilitando chegar ao pensamento decolonial.

3.3 Turismo: pensamento e prática decolonial

Face ao exposto anteriormente, os estudos referentes ao movimento decolonial se formalizaram como uma resposta crítica aos legados persistentes do colonialismo e à hegemonia do pensamento eurocêntrico no mundo. Essa abordagem teórica se caracteriza como um “movimento que luta contra os efeitos que persistem do passado colonial na América do Sul” (Raposo et al., 2021, p.6), decorrentes do processo de colonização e da persistência da colonialidade no contexto de vivência cotidiana.

A formalização dos estudos decoloniais envolveu a produção de uma extensa literatura acadêmica, bem como a organização de conferências, seminários, simpósios e redes de colaboração entre pesquisadores da corrente desde 1990 (De Paula, 2021). Essas articulações contribuíram para consolidar a decolonialidade como área de estudo, desenvolvendo seus objetivos teóricos, metodologias e conceitos-chave, como a colonialidade, colonialidade do poder, do saber e do ser. Epistemologias do Sul, epistemicídio e pensamento fronteiriço.

Os estudos decoloniais têm sido incorporados em programas acadêmicos de diferentes universidades, colaborando para os estudos das ciências sociais e políticas. Disciplinas como sociologia, antropologia, literatura e filosofia, incorporam igualmente o conceito em suas discussões. E, embora debatido de forma incipiente no Brasil, ao longo dos últimos anos têm sido discutidos em diversos campos do conhecimento. É possível identificar os efeitos decoloniais nas pesquisas atuais e discussões acerca de temas variados, incluindo sua relação com a educação, turismo, direito e estudos epistêmicos.

Segundo Fonseca (2021), logo depois que os pesquisadores do Grupo Modernidade/Colonialidade se dedicaram a compreender o nexo entre a modernidade e a colonialidade, passaram a sistematizar ações para o enfrentamento e superação dos efeitos da colonialidade através dos projetos decoloniais. Os pesquisadores propuseram uma reflexão acerca de vários âmbitos e vertentes, desde a produção científica até as estruturas institucionais e sociais que perpetuam relações de poder desiguais e questionam as narrativas dominantes. Assim,

[...] o grupo compartilha noções, raciocínios e conceitos que lhe conferem uma identidade e um vocabulário próprio, contribuindo para a renovação analítica e utópica das ciências sociais latino-americanas do século XXI (Ballestrin, 2013, p.99).

O conceito aponta para um processo de desconstrução de padrões coloniais e incorporação de narrativas próprias. Boukhris e Peyvel (2019) entendem que o campo dos estudos decoloniais demonstra a complexidade da interação entre a economia, as relações de poder colonial, as relações de raça, de gênero e classe, e como essas interações se manifestam no mundo.

Nesse sentido, o diálogo proposto aqui se sustenta nas ideias de alguns autores seminais do Grupo Modernidade/Colonialidade, bem como em artigos e publicações que discutem sobre a temática. A ideia é propor uma discussão teórica sobre o conceito e observar o seu desenvolvimento do ponto de vista prático. Durante o processo de pesquisa e leitura, notou-se que a literatura não tem um consenso sobre a grafia, de modo que alguns autores escrevem “descolonial” e outros optam por “decolonial”. E, ao traduzir alguns textos, percebeu-se que não houve alteração do contexto das ideias em alguns casos, entretanto, conforme sinalizou Mignolo (2003), é preciso distinguir a proposta decolonial latino-americana.

A ativista social Catherine Walsh, aborda de maneira diferente e minuciosa a diferença de grafia. Pode-se dizer que a decolonialidade emerge como uma resposta contrária à colonialidade. Busca, de forma crítica, superar as influências e os legados da herança colonial. Nesse contexto, destaca:

Suprimir o “s” e nomear “decolonial” não significa promover um anglicismo. Pelo contrário, é marcar uma distinção com o significado em castelhano do “des”. Não podemos simplesmente desarmar, desfazer ou reverter o colonial; ou seja, passar de um momento colonial a um não colonial, como se fosse possível que seus padrões e marcas deixassem de existir. A intenção é mesmo assinalar e provocar um posicionamento – uma postura e atitude contínua – de transgredir, intervir, emergir e influenciar. O decolonial denota, então, um caminho de luta contínua no qual podemos identificar, tornar visíveis e incentivar “lugares” de exterioridade e construções alternativas (Walsh, 2009, p.14-15, tradução nossa).

Percebe-se que o termo ‘descolonial’ implica entendimentos distintos para Mignolo e Walsh. Enquanto para o primeiro a grafia é útil para diferenciar as propostas da África e da Ásia, assim como os estudos do pós-colonialismo, conforme já citado, Walsh pontua que a supressão do ‘s’ se refere à inexistência ou ao apagamento da colonialidade. Partindo desse pressuposto, este estudo compreende as duas explicações. Todavia, considera que a decolonialidade propõe uma reflexão a partir do contexto colonial, sem excluir a influência do

passado, uma vez que não é possível desfazer esse período da história, tampouco os impactos causados por ele. Em vez disso, tem em vista propor novas maneiras de ver e vivenciar a realidade. Assim, para efeito deste estudo, adota-se a grafia **decolonial**.

Para Mignolo (2017b), o pensamento ou epistemologia “fronteiriça”, que leva à opção decolonial, está se tornando uma forma de ser, pensar e fazer da sociedade. A epistemologia fronteiriça indica uma forma de conhecimento que desafia as fronteiras epistêmicas impostas pelo pensamento ocidental moderno e que se dedica a criar novas formas de conhecimento que considerem a diversidade de perspectivas e experiências, condicionando ao pensar e fazer decolonial. Ainda na perspectiva do autor, a decolonialidade demanda da sociedade uma “desobediência epistêmica”, termo utilizado por ele para descrever a forma de desafiar as estruturas epistêmicas impostas pelo pensamento ocidental moderno.

O objetivo, ao citar a obra “Desafios Decoloniais Hoje”, de Walter Mignolo, foi incorporar reflexões à perspectiva sobre a decolonialidade, com foco em explorar novos paradigmas e abordagens para o turismo. A partir da ótica decolonial, abre-se espaço para repensar e reconstruir os modos tradicionais de fazer turismo, em busca de agregar e promover a diversidade de saberes, vozes e experiências historicamente subalternizadas. Os textos foram importantes, pois o autor discorre sobre vários pontos provocativos. Mignolo (2017b) afirma que a opção decolonial vai além do âmbito do conhecimento acadêmico, e se torna uma opção, uma escolha de vida, uma abordagem que permeia não apenas as reflexões intelectuais ou acadêmicas, como também as ações e práticas diárias.

Na mesma perspectiva, Walsh assume uma postura crítica, decolonial e pedagógica, fundamentada em seu compromisso social e político. A autora parte do princípio de que “é possível transformar e criar condições mais justas, e a partir da aceitação assumir a responsabilidade de acompanhar, apoiar e promover os processos de luta decolonial, promovendo transformações nos campos sociais, político, epistêmico e de vida” (Walsh, 2009, p.16, tradução nossa).

Assim como Mignolo, Walsh acredita que a decolonialidade pressupõe a resignificação do modo de viver. Ao que cabe acrescentar práticas de consumo, de quem e o que é consumido, o que supõe assumir uma percepção sobre as formas de produção de conhecimento, de saber e de fazer, e apontar para a interculturalidade, ou seja, “a necessidade de desenvolver interações que reconheçam e enfrentem assimetrias sociais, culturais, políticas, econômicas e institucionais” (Walsh, 2009, p.233, tradução nossa).

A interculturalidade e a decolonialidade se associam nas práticas políticas e sociais, com foco no diálogo entre as diferentes culturas. É preciso romper e desafiar a colonialidade, assim

como (re)conhecer e valorizar a diversidade cultural dos povos subalternos – indígenas, afrodescentes, mulheres – em oposição à imposição das estruturas hegemônicas. Desse modo, no entendimento da autora Walsh, a decolonialidade é:

Para além da resistência, a decolonialidade propõe uma postura ofensiva de intervenção, transgressão e construção. Uma ofensiva que possibilita e torna visíveis, de um lado, as concepções, práticas e modos de ser, estar, pensar e viver de natureza decolonial atualmente existentes [...] (Walsh, 2009, p.234, tradução nossa).

Entende-se que a questão referente ao pensamento decolonial exige um compromisso crítico e constante de trabalho de (re)construção sobre o que pode ser feito para que, enquanto sociedade, seja possível reconhecer, incorporar e valorizar as tradições, o conhecimento e as práticas locais que se distanciam da lógica eurocêntrica. É um projeto amplo, que vai para além de pensar apenas como uma opção à colonialidade.

Para os referidos autores, é preciso pensar em uma definição ampla de decolonialidade, que perpassa pelos processos de luta e resistência das populações afrodiáspóricas caribenha, norte-americana, africana e em especial a população negra do Brasil. Entendem a decolonialidade enquanto projeto acadêmico-político que auxilia a pensar em estratégias para transformar a realidade (Bernadino-Costa, Maldonado-Torres & Grosfoguel, 2018).

O pensamento decolonial é um projeto acadêmico-político que tem trilhado seu caminho para além dos muros acadêmicos e se tornado uma realidade, ainda que a passos lentos e de modo incipiente. No Brasil, é possível identificar na prática que a influência decolonial tem se feito presente. A filósofa Djamila Ribeiro, que dialoga sobre o feminismo negro, assim como Conceição Evaristo, autora responsável por criar o termo “*escrevivência*” (escrever + vivência), o qual se refere a um modelo de escrita baseada na experiência vivida pela população negra, especialmente mulheres negras (Martins, 2023). Também a cientista social e política Luciana Ballestrin, que discute o pós-colonialismo e a intersecção entre decolonialidade e feminismo.

Segundo Everingham, Peters e Higgins-Desbiolles (2021), a ligação entre turismo e decolonialidade surgiu nas últimas décadas e tornou-se foco dos estudos críticos do turismo no século XXI. Os estudos críticos no turismo alcançaram um significativo crescimento nas produções a partir dos anos 2000 (Fazito, 2012), os quais contribuíram e continua a contribuir para um entendimento ampliado sobre o turismo enquanto objeto de estudo social e cultural na atualidade.

Não se pode negar o passado colonial do turismo, cujos reflexos se fazem notar atualmente, e na maneira como esse fenômeno se desenvolve. O turismo continua a reproduzir dinâmicas e narrativas coloniais e imperiais, privilegiando determinados grupos ou narrativas em detrimento de outros (Rosas, 2023). A decolonialidade é um diálogo possível com as questões do turismo, em específico, na forma de compreender o Turismo de Base Comunitária, o Etnoturismo e o Afroturismo, os quais têm se configurado como protagonistas nesse campo, incorporando narrativas locais, promovendo a valorização de culturas lidas como subalternas e contando suas histórias diante de seu próprio ponto de vista e vivências.

Chambers e Buzinde (2015) publicaram o primeiro artigo relacionando o turismo ao pensamento decolonial. O texto das autoras tem uma perspectiva crítica de abordagem em relação à importância do enfoque decolonial para o turismo, baseado nos conceitos do Grupo M/C. Acreditam que, a partir do giro decolonial, é possível proporcionar outras formas de pensar, ser e saber sobre o turismo. E é dessa forma que caminha a presente dissertação.

O estudo de Porsani et al., (2024), também parte dessa premissa de pensar a decolonialidade por meio do turismo. Os autores concebem que o etnoturismo pode funcionar enquanto instrumento decolonial – como o exemplo das práticas na Reserva da Jaqueira, em Porto Seguro – pois, entendem a importância da comunidade enquanto protagonista de sua própria história, contando suas próprias narrativas de resistência ao poder colonial. Segundo os autores:

As narrativas na Jaqueira ilustram como o turismo indígena está sendo fundamental para a resistência Pataxó, ou, usando um vocabulário decolonial, para sua luta para desvincular, religar e reexistir em meio à expansão do capitalismo global. Assim, o envolvimento no turismo indígena permitiu-lhes, em nível coletivo, recusar a posição subordinada e expressar abertamente os seus pontos de vista, negando as narrativas coloniais (Porsani et al., 2024, p.6, tradução nossa).

O etnoturismo denota as possibilidades de pensar e fazer turismo de outra forma que a das práticas e lógicas da colonialidade. Constata-se, por meio dos exemplos citados, que as abordagens decoloniais para o turismo podem ajudar a desconstruir narrativas coloniais no turismo e valorizar os conhecimentos e outras práticas que empoderem as comunidades locais. A seguir, a figura (1) exibe uma nuvem de palavras-chave sobre o pensamento decolonial que auxiliam a compreensão do conceito e dão base para as discussões:

SEÇÃO 4 - TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL

4.1 Turismo: o contexto histórico do fenômeno

Na história da humanidade, as viagens, os deslocamentos, as migrações e as peregrinações religiosas sempre existiram, no entanto, não devem ser considerados formas de turismo. Sua origem é fundamentada nas mudanças econômicas e sociais incentivadas pela Revolução Industrial e pela ascensão do capitalismo (Souza, 2023). No início do século XX, a redução da jornada trabalhista e o descanso remunerado foram fatores determinantes para o crescimento do turismo, assim como o surgimento do sistema ferroviário e do barco a vapor, os quais contribuíram para a expansão da atividade e consequentemente das viagens internacionais (Lickorish & Jenkins, 2000).

O crescimento acelerado durante esse período despertou o interesse de estudiosos e intelectuais da época, que buscavam compreender e analisar seus impactos sociais, culturais e econômicos. Depois das Guerras Mundiais, o setor turístico passou por um período de renascimento. Os avanços tecnológicos, o crescimento econômico, o desenvolvimento da aviação comercial e o surgimento de agências e operadoras de turismo contribuíram para a ampliação do turismo moderno, tornando-o uma grande tendência (Panosso Netto, 2013; Oliveira, F., 2019).

Na década de 1960, os governos dos países do Terceiro Mundo¹⁰, como Brasil e México, reconheceram o crescente potencial lucrativo impulsionado pelo fluxo de viajantes e perceberam uma oportunidade promissora para impulsionar suas economias locais por meio da atividade turística. Compreenderam que seus recursos naturais, especialmente as paisagens e o clima favorável, poderiam ser atrativos potenciais (Oliveira, F., 2019). Desse modo, investiram em iniciativas para promover seus destinos turísticos, em busca de capitalizar essa crescente tendência global e impulsionar o desenvolvimento econômico por meio da atividade.

No Brasil, o período inicial foi marcado por influências políticas e econômicas que remontam a década de 1930, época do Governo Vargas, momento em que a preocupação com a atividade turística estava vinculada à propaganda e ao patrimônio do país, visando atrair investimentos, assim como visitantes de diversas localidades (Vianna, 2018). O patrimônio cultural foi utilizado como instrumento para propagar a ideologia nacionalista. Santos Filho (2008) destaca que o turismo foi entendido como meio de levar uma imagem positiva de Getúlio

¹⁰ Divisão do mundo na década de 1960 no cenário de Guerra Fria. Países de Terceiro Mundo eram considerados os capitalistas ou emergentes.

Vargas para o exterior. Nesse contexto, foram elaboradas algumas medidas legais para o setor turístico, tais como a criação da Divisão do Turismo em 1939, órgão vinculado ao Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, responsável por organizar os materiais de divulgação turística (Lopes & Panosso Netto, 2021).

Com o passar do tempo, o desenvolvimento do setor estagnou. Santos e Lima (2018) confirmam que permaneceu dessa forma até que, em 1956, foi formada uma Comissão Parlamentar de Inquérito. O objetivo da Comissão era estudar os problemas de turismo no Brasil. Além disso, outro fato relevante foi a organização da Comissão Brasileira de Turismo – Combratur, em 1958. Sua responsabilidade era coordenar as atividades propostas para desenvolver a atividade turística. Em decorrência disso, os serviços turísticos começaram a se estruturar melhor com a criação de uma política nacional voltada ao setor. Em 18 de novembro de 1966, foi criada a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo – Embratur, por meio do Decreto-Lei n.º 55, do presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, dando origem também ao Conselho Nacional de Turismo (Embratur, 2021).

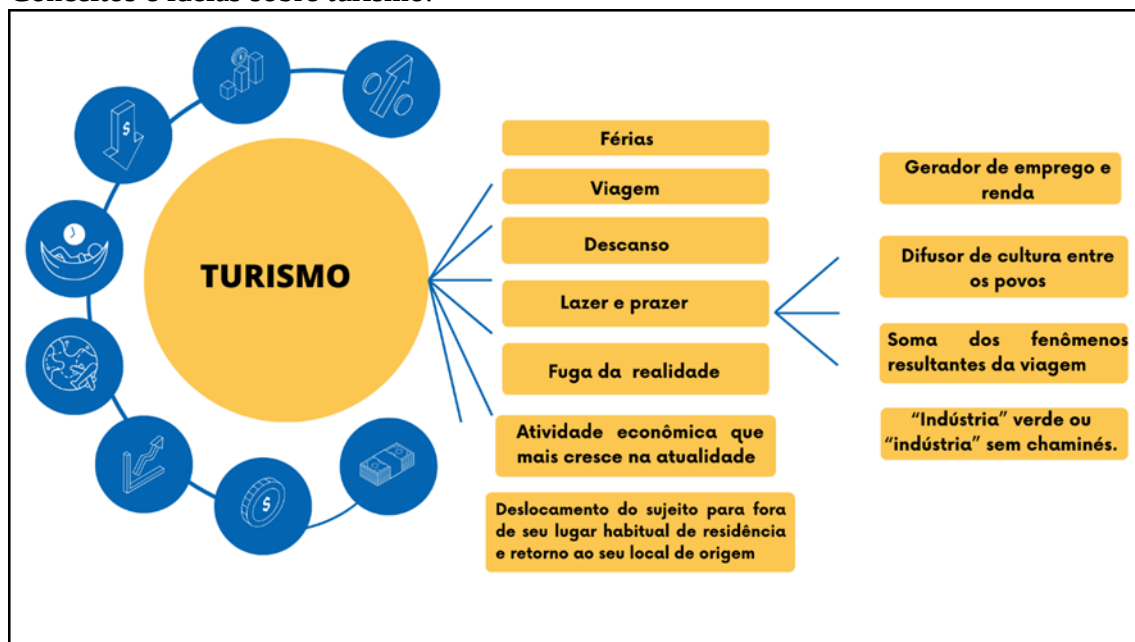
Nos anos de 1960, diante da ênfase atribuída pelo governo de Castelo Branco à industrialização como meio de estimular o crescimento econômico na época, a atividade turística passou a ser vista como forte potencial para impulsionar a economia brasileira. À medida que o turismo despontava como uma fonte promissora de crescimento econômico, o Brasil vivenciou seu auge econômico, conhecido como o ‘milagre econômico brasileiro’ (Müller, et al., 2011). Durante esse período, a economia do país obteve um crescimento acelerado, progresso que favoreceu a chegada de mais investimentos, tanto nacional quanto estrangeiro. O período também marcou o surgimento dos primeiros cursos de turismo no país, fatores que simbolizaram uma era de otimismo para o desenvolvimento efetivo do setor.

O Brasil começava a sentir os primeiros sinais de desaceleração econômica depois do período do ‘milagre econômico’, intensificando-se ao longo dos anos 1980, à proporção que o país enfrentava desafios econômicos e políticos crescentes, resultado de uma crise, em que provocou uma estagnação no Produto Interno Bruto – PIB (Vargas & Silva Felipe, 2015). O final da década de 1980 foi marcado por uma sucessão de eventos transformadores, incluindo a transição para a democracia e a adoção de políticas de estabilização econômica. Os anos 2000 representou um marco muito importante no campo das políticas públicas de turismo. Em 2003, no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi criado o Ministério do Turismo – Mtur, pasta que coordena e promove ações para o desenvolvimento do setor. Ao longo do tempo, o turismo enfrentou uma série de mudanças, que vão desde crises econômicas e sanitárias até

momentos de retomada e renovação. Além disso, destacam-se a emergência de novas abordagens e formas de ativação do setor.

O termo “turismo” tornou-se amplamente conhecido e incorporado no vocabulário do dia a dia. No cotidiano, é comum que a palavra se faça presente, por meio das mídias sociais, propagandas ou vivência pessoal. Mesmo que leigamente, percebe-se haver, ao menos, uma noção do significado da terminologia no imaginário das pessoas. Existem diversos conceitos e ideias sobre o turismo. Conforme Panosso Netto (2013), os mais encontrados são associados às atividades econômicas:

Figura 2 -
Conceitos e ideias sobre turismo.



Nota. Adaptado pela autora a partir de Panosso Netto, A. (2013). O que é turismo (p.10).

Como estabelece o referido autor, dependendo do contexto aplicado, essas definições podem ser limitadas (Panosso Netto, 2013). De modo geral, percebe-se que é comum estabelecer um viés associado à economia. Essa associação é comum e geralmente enfatizada por gestores e agentes do turismo, os quais buscam destacar a geração de emprego e renda, sem levar em conta possíveis pontos negativos e problemáticas que tal atividade enviesada pode causar nas localidades, como, por exemplo, impactos ao meio ambiente, à infraestrutura e à cultura local.

No decorrer da sua trajetória, a Organização Mundial do Turismo (OMT), instituição internacional dedicada à discussão de temas do setor, formulou um conceito universal e consensual, todavia, por um tempo, limitou o turismo ao viés economicista e restrito à ideia de

turista e viagem. Em 1937, foi estabelecido o primeiro conceito de turismo, o qual associava a ideia de turista internacional. Assim, turismo era considerado como “toda pessoa que viaja, por um período de 24 horas ou mais, para um país diferente daquele de sua residência habitual” (Pakman, 2014, p.8).

Em 1963, um novo conceito foi apresentado em Roma durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Turismo e as Viagens Internacionais. Turismo ficou compreendido como “atividade desenvolvida por uma pessoa que visita um país diferente daquele de sua residência habitual, com fins distintos do de exercer uma ocupação remunerada, e por um período de tempo de pelo menos 24 horas” (Pakman, 2014, p.9). Com a criação da OMT, o conceito foi reformulado novamente em 1991 e 1999, com objetivo de facilitar a coleta de dados e de informações na área:

O turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadias em lugares diferentes de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, tendo em vista lazer, negócios ou outros motivos (OMT, 2001, p.38).

O novo conceito ampliou um pouco mais a percepção sobre a atividade, mas ainda considerando os aspectos econômicos e reforçando o critério do deslocamento diferente do local de residência, a motivação da viagem turística e a sua duração. Nota-se que, com o passar dos anos, o conceito foi se modificando e se adequando conforme a realidade e os desdobramentos do sistema turístico.

Em 2008, em Publicação das Recomendações Internacionais para Estatísticas do Turismo, foi apresentada a definição que melhor foi aceita, porém, ainda não é tão difundida quanto à de 1999. A versão mais atual passou por algumas incorporações e descreve atualmente o turismo da seguinte forma:

O turismo é um fenômeno social, cultural e econômico, que envolve a movimentação de pessoas [...] para fora do seu ambiente habitual por um período inferior a um ano, para qualquer finalidade que não seja o emprego por uma entidade residente no local visitado [...] (Naciones Unidas, 2008, p.1, tradução nossa).

Ao longo do processo evolutivo, a ideia de turismo modificou-se de maneira significativa, refletindo uma compreensão mais ampla e abrangente do fenômeno. Enquanto o

foco anterior era predominante nos aspectos econômicos do turismo, o conceito de 2008 reconhece-o como um fenômeno social, cultural e econômico. Destaca-se não apenas o movimento de pessoas fora de seu ambiente habitual, mas também a diversidade de motivações dessas viagens. Os visitantes, que podem ser turistas ou excursionistas, residentes ou não residentes, são considerados como figuras centrais do turismo, envolvendo-se em uma variedade de atividades durante suas estadias nos locais visitados.

Com base no exposto, o turismo é um fenômeno complexo, que não deve ser limitado à visão econômica. Ele é muito mais do que apenas uma atividade que, em teoria, gera emprego e renda. Trata-se de um fenômeno sociocultural com um papel importante no processo constante de construir, desconstruir e reconstruir ideias e narrativas sobre a sociedade, o patrimônio e a maneira de como lidar com os aspectos históricos, culturais e sociais do passado. O pensamento de Moesch (2002) corrobora o papel desafiador e complexo que o fenômeno turístico desempenha ao afirmar que ele é:

Uma combinação complexa de inter-relacionamento entre produção e serviços, em cuja composição integra-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais (Moesch, 2002, p.9)

De maneira geral, acredita-se que o turismo se apresenta como uma porta ampla, passível de analisar e compreender a sociedade em sua totalidade, influenciando direta e indiretamente a dinâmica social e cultural onde ocorre. Embora as pesquisas na área geralmente adotem uma perspectiva positivista, enfatizando principalmente sua importância econômica, este estudo opta por uma abordagem que explore outras facetas do turismo e compreenda sua relação com o patrimônio cultural sob uma perspectiva decolonial.

4.2 Patrimônio Cultural: origens e percursos

A palavra “patrimônio” é familiar no cotidiano e apresenta uma variedade de significados que se alteram segundo o contexto e as circunstâncias. Por exemplo, desde a infância, ao assistir às partidas de futebol, era comum ouvir o narrador utilizar a expressão “jogando contra o próprio patrimônio”, referindo-se a um jogador que marca um gol contra sua própria equipe, prejudicando seu patrimônio. Muitos indivíduos consideram suas casas, carros ou empreendimentos familiares como parte desse patrimônio, destinado a ser transmitido para

as futuras gerações. Observa-se uma dicotomia entre o patrimônio como algo individual e/ou coletivo. Evidencia-se, também, a relação do patrimônio como uma herança deixada para alguém, o que exemplifica a complexidade e a diversidade de significados associados a essa palavra, conforme será discutido a seguir.

Ao se referir ao patrimônio como algo individual, Funari e Pellegrini (2006) evidenciam que o conceito surgiu como algo privado, pertencente à aristocracia romana. Os autores complementam que, durante a Idade Média, período que compreende o século V ao século XV, é atribuído ao patrimônio um caráter simbólico e coletivo pela influência da igreja, e se consolida pelo culto aos santos e valorização de relíquias. É diante desse cenário que as Catedrais emergem como protagonistas, mas mantêm o seu caráter aristocrático, conforme é possível observar:

Em tais sociedades, ele não era algo público e compartilhado, mas privado e aristocrático, na forma de coleções de antiguidades, como no famoso caso do imenso acervo dos papas que, hoje, está no museu do Vaticano (Funari & Pellegrini, 2006, p.27).

A chegada do Renascimento, movimento cultural originado na Itália, no século XIV e que se estendeu até o século XVI e abrangendo toda a Europa trouxe consigo uma grande mudança de perspectiva, caracterizada pela valorização da cultura e contemplação de obras de arte e impulsionada pelo interesse pela herança clássica greco-romana (Teixeira, 2014). Esse período representou a redescoberta da Antiguidade Clássica e desencadeou um renovado interesse pela arquitetura e pelos edifícios que, até os dias atuais, continuam a ser ícones de patrimônio.

No que tange às criações arquitetônicas dessa época, pode-se afirmar que não apenas definiram o cenário urbano, mas também inspiraram um apreço duradouro pelo patrimônio cultural, visto como uma parte essencial da identidade de um país. Depois da renascença italiana, o movimento Iluminista buscava não apenas a melhoria do conhecimento e da educação, mas também uma mudança nas estruturas políticas, sociais e econômicas, sobretudo na memória e identidade nacional dos franceses.

O movimento patrimonial iniciou-se na Itália e se espalhou pela França durante os séculos XVIII e XIX, no cenário de Revolução Francesa. Nesse momento houve incipientes tentativas de cultivar um senso de proteção em relação ao patrimônio nacional coletivo, ou seja, tais tentativas começaram a surgir de maneira tímida (Pezzi, 2020). A Revolução trouxe consigo

agitação social, políticas mais radicais e a destruição de diversos símbolos nacionais associados à monarquia e à igreja.

A gênese do patrimônio cultural está associada aos monumentos históricos. Choay (2011) argumenta que o monumento histórico não deriva de uma criação intencional, contudo, trata-se de um conjunto de edifícios ou estruturas preexistentes devido à sua relevância histórica e ao valor estético. Assim, para impedir que os atos de vandalismo cometidos contra objetos associados às instituições da igreja e da aristocracia resultassem na perda de monumentos históricos, obras de artes, edifícios e demais objetos de relíquia, começaram a surgir os primeiros esforços de proteção e conservação do patrimônio histórico.

Para isso, foi criada em 1790 a Comissão dos Monumentos. Os edifícios religiosos medievais e os castelos passaram a ser objetos de estudo e proteção pela comissão. De acordo com Brito (2018), no século XIX, após a Revolução Francesa, ocorreram os primeiros movimentos legais no campo da preservação dos monumentos históricos franceses, apoiados em bases jurídicas e institucionais. A partir desse momento, o Estado assumiu a responsabilidade de proteger os monumentos que representavam a identidade nacional francesa.

O movimento buscava promover um nacionalismo que contribuísse para a consolidação dos estados nacionais na Europa (Silva, 2020). Na França, o nacionalismo político predominava, enfatizando a importância da identidade nacional e do orgulho do próprio país, principalmente no que diz respeito às questões patrimoniais, tornando os franceses referência não apenas para as nações europeias, mas também para o Brasil posteriormente.

O surgimento do Estado Nacional foi responsável por promover transformações radicais no conceito de patrimônio (Funari & Pellegrini, 2006). Em meio às transformações ocorridas com a intervenção do Estado na preservação dos bens culturais, reconhece-se o valor histórico e artístico desses bens, conferindo um caráter social e coletivo à nação francesa. Conforme salienta Fonseca (2005, p.55):

Foi preciso, portanto, que a noção de monumento – no seu sentido moderno – fosse formulada, enquanto monumento histórico e artístico, para que a noção de patrimônio se convertesse em categoria socialmente definida, regulamentada e delimitada, e adquirisse o sentido de herança coletiva especificamente cultural.

Os bens culturais adquiriram um novo significado para a sociedade francesa, transformando-se em símbolos nacionais. Em 1830, em resposta à necessidade de ampliar as técnicas de preservação, foi criado o primeiro cargo de Inspetor Geral de Monumentos

Históricos, encarregado de inventariar os bens culturais e diagnosticar os que estavam em perigo (Rocha, 2012). Durante esse período, destacou-se a mobilização dos franceses para salvaguardar seu patrimônio, o que resultou na implementação de diretrizes políticas, as quais incluíam desde a proteção legal dos monumentos, com a criação da Lei de Proteção dos Monumentos Histórico em 1913 (Corá, 2014), até a popularização dos museus, possibilitando ao público uma maior proximidade com obras de arte da época.

Mesmo diante de toda a articulação referente à preservação dos bens culturais, alguns desafios ainda persistiam. Em outros países, como na Inglaterra, fatores externos contribuíam para a depredação e destruição de centros urbanos e edifícios (Rocha, 2012). O rápido crescimento e a modernização das cidades, resultantes da Revolução Industrial também representavam obstáculos para a preservação do patrimônio cultural, como bem comenta Choay (2001, p.127):

O advento da era industrial como processo de transformação – mas também de degradação – do meio ambiente contribuiu (...) para inverter a hierarquia dos valores atribuídos aos monumentos históricos e privilegiar, pela primeira vez, os valores da sensibilidade, principalmente estéticos. (...) Como processo irremediável, a industrialização do mundo contribuiu, por um lado, para generalizar e acelerar o estabelecimento de leis visando à proteção do monumento histórico e, por outro, para fazer da restauração uma disciplina integral, que acompanha os progressos da história da arte.

É possível observar que, ao mesmo tempo que ocorre a degradação, a industrialização, em contrapartida, impulsiona a criação de políticas de preservação e institucionalização de leis para a proteção dos bens culturais. Por mais que a degradação dos monumentos perdurasse durante um tempo, sobressaía a vontade de preservar, pois a sociedade começou a perceber o patrimônio a partir de outra perspectiva, passando a ter receio de perder o passado histórico.

Outro marco importante é o período posterior às Guerras Mundiais no século XX. A partir das duas grandes Guerras (1914-1918 e 1939-1945), houve um aumento na preocupação e conscientização sobre a importância e a necessidade de proteger o patrimônio cultural (Vianna, 2018). Tais fatores levaram à promulgação de mais leis para salvaguardar os monumentos históricos, sítios arqueológicos e áreas urbanas, a exemplo da lei de 1930, referente à noção de sítios naturais protegidos, que ampliou a salvaguarda do patrimônio natural francês. Essas mudanças conduziram a uma ampliação do entendimento acerca do patrimônio.

No decorrer do século XX, em meio aos constantes desafios para a preservação, segundo Oliveira (2018), ocorreram várias iniciativas de reuniões e conferências organizadas por líderes, especialistas e representantes de entidades dedicadas à proteção do patrimônio cultural, a exemplo do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios – ICOMOS¹¹. As reuniões resultaram em cartas patrimoniais, convenções, conferências internacionais e recomendações estabelecidas e a serem seguidas pelos Estados-membros, visando à preservação, restauração e conservação do patrimônio cultural. As cartas alertavam os riscos para a conservação dos monumentos históricos e a qualidade de vida da população.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) também desempenhou um papel importante no que se refere à proteção dos bens culturais. É a partir da sua criação que se concretiza a proteção internacional dos bens, sob recomendações para implementar um conjunto de leis nacionais baseado nos parâmetros de proteção internacional. A atuação da UNESCO favoreceu a ampliação e estruturação de práticas patrimoniais em 1972, durante uma convenção de proteção ao patrimônio mundial, natural e cultural, a qual caracterizou o patrimônio cultural universal como: monumentos, conjuntos de edifícios e sítios arqueológicos de valor excepcional do ponto de vista da história da arte e da ciência (Melo, 2015).

Observa-se progresso no que diz respeito ao patrimônio, tanto em termos de propostas de intervenção para sua proteção quanto na mudança de percepção da sociedade em relação a ele, à medida que gradualmente foi reconhecida a importância de sua preservação e valorização.

4.3 Patrimônio Cultural no contexto brasileiro

No Brasil, o patrimônio vivenciou uma série de mudanças, tanto no campo conceitual quanto no legal. O processo de institucionalização política do patrimônio, juntamente com suas respectivas práticas, surgiu durante o regime autoritário do Estado Novo (1937-1945), época, norteada para a construção de uma ideia de nação (Corá, 2014). Anterior a esse processo, a Semana de Arte Moderna de 1922, assim como os artistas da época consagraram a ideia da criação de um órgão dedicado à preservação do patrimônio histórico e artístico do país.

¹¹ Trata-se de uma organização internacional não governamental dedicada à conservação, proteção e uso do patrimônio, bem como à valorização de monumentos, sítios urbanos, naturais e rurais, paisagens e o patrimônio imaterial. Foi fundada em 1965, durante o II Congresso Internacional dos Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, realizada em Veneza, Itália. Informações obtidas através do *site* ICOMOS Brasil (<https://www.icomos.org.br/sobre>).

Os modernistas brasileiros tiveram grande influência no processo de transformação cultural do país e na valorização da diversidade cultural, conforme apontado por Corá (2014). Suas contribuições à cultura e à identidade nacional ajudaram a criar uma base para futuros esforços nesse aspecto. A pedido do então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, o modernista Mário de Andrade redigiu o anteprojeto de lei para a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. No documento:

[...] caberia ao Serviço do Patrimônio determinar e organizar o tombamento, sugerir a conservação e defesa, determinar a conservação e restauração, sugerir aquisição e fazer os serviços de publicidade necessários para a propagação e conhecimento do patrimônio artístico nacional (Calabre, 2017, p.35).

No entanto, o projeto pensado para a construção do patrimônio histórico e artístico nacional pouco atendia ou representava a sociedade e sua cultura popular, de modo que atendia apenas aos interesses dos intelectuais da época. Era um projeto extremamente amplo e não havia recursos humanos e financeiros suficientes para colocá-lo em prática na época (Calabre, 2017). O jornalista e editor-chefe que se sensibilizou com o movimento modernista, Rodrigo Melo Franco de Andrade, enfrentou desafios para articular-se e superar a burocracia, além das limitações orçamentárias, a fim de concretizar um projeto para a implementação de um novo órgão até então. Esses desafios moldaram o início das discussões sobre o patrimônio no Brasil, no entanto, não impediram que as políticas relacionadas a ele avançassem, embora a passos curtos.

A partir do golpe de Estado de 1937, uma nova dinâmica política emergiu com a chegada do Estado Novo. Em 1937, em resposta a um novo cenário cultural, foi criado oficialmente o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Esta instituição tem a responsabilidade de definir o que constitui o patrimônio brasileiro, classificá-lo, salvaguardá-lo e geri-lo. Além disso, o IPHAN se dedica à criação de símbolos e práticas de manutenção que refletem a concretude da identidade nacional brasileira (Ribeiro, p.77, 2013). O primeiro diretor do instituto foi Rodrigo Melo Franco de Andrade, que permaneceu no cargo durante 30 anos. Para iniciar os trabalhos, contou com uma variedade de profissionais, como juristas, engenheiros, historiadores, arquitetos, literatos e mestres de obras (Calabre, 2017).

É importante destacar a forte presença e atuação de arquitetos no campo de atuação técnica em relação à preservação e restauro do patrimônio, não só no Brasil, mas no mundo,

desde que surgiu o entendimento e os estudos sobre patrimônio. Contudo, Pedrazani (2022) recorda que, muito embora diante de uma conjuntura autoritária, o SPHAN conseguiu desenvolver o trabalho para as políticas culturais no país, sempre contando com intelectuais da época.

No mesmo ano, em 30 de novembro de 1937, foi promulgado o Decreto-Lei n.º 25/37, introduzindo o conceito de tombamento como um instrumento legal, destinado a salvaguardar tanto bens móveis quanto imóveis. A principal finalidade desse decreto era impedir a demolição de edifícios públicos considerados peças fundamentais para a preservação da memória nacional. O decreto estabeleceu como patrimônio artístico nacional no:

Art. I: [...] conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu exponencial valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (Brasil, 1937).

O decreto significou um marco relevante na política de salvaguarda do patrimônio nacional, a qual passou por um processo de reestruturação para atender às demandas do patrimônio histórico e artístico nacional. Pela Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, era necessário que o diretor do SPHAN, os diretores de museus nacionais e membros nomeados pelo presidente da República participassem de um Conselho Consultivo. Além disso, essa mesma lei estabeleceu a criação do Museu Nacional de Belas Artes, destinado a abrigar obras de arte pertencentes ao patrimônio federal (Andrade, 2023). Ficou definido também que os museus federais já existentes deveriam colaborar com as atividades do SPHAN.

Para melhor organizar e conduzir as ações do órgão, o Decreto-lei n.º 25 previa que os bens culturais deveriam ser inscritos em quatro Livros do Tombo: o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; do Tombo Histórico; das Belas Artes e das Artes Aplicadas (Brasil, 1937). Apesar disso, instituir políticas públicas para o patrimônio, além de novo, era complicado. Havia grande resistência, tanto da iniciativa privada, que mantinha responsabilidade sob alguns bens quanto das esferas públicas. Calabre (2017, p. 42) aponta que “os órgãos não queriam abrir mão da sua autonomia sobre alterações, negociações ou mesmo venda do patrimônio edificado”.

Durante aquele período, as ações de preservação privilegiavam os monumentos. Sobre isso, Teixeira (2014) comenta que os próprios dirigentes do SPHAN definiam o que seria tombado ou não. Eram priorizados os remanescentes do período colonial e “europeizado”, bem

como os bens culturais que pertenciam à elite brasileira. Os monumentos arquitetônicos se solidificaram como representantes de uma identidade nacional. Apesar de priorizar a proteção dos bens de “pedra e cal”, o Decreto-Lei n.º 25/1937 também mencionou a preservação de sítios e conjuntos paisagísticos, porém sua valorização estava diretamente vinculada à sua excepcionalidade (Araújo, 2021). A década de 1930 para o Brasil representou um período de grandes transformações políticas, econômicas, sociais e culturais, e cada vez mais o patrimônio nacional recebia notoriedade.

Nessa mesma década, a publicação das Cartas Patrimoniais definia as formas adequadas para a proteção dos bens patrimoniais. A Carta de Atenas, primeira a ser publicada, era um reflexo da questão essencialmente associada aos monumentos e edificações. Pontuava normas para a conservação das edificações e suas características históricas e artísticas, bem como sua originalidade (Salcedo, 2019). A partir do avanço no campo dos estudos voltados para o patrimônio e uma significativa mudança de entendimento sobre ele, as cartas publicadas posteriormente passaram a incluir os centros e conjuntos históricos, assim como a diversidade cultural e social, considerando a diversidade das localidades.

A partir da década de 1960, as políticas de preservação do patrimônio em nível mundial foram marcadas por algumas mudanças sobre seu entendimento e noção (Leal, 2016). A promulgação da Carta de Veneza também contribuiu para a expansão da noção do patrimônio. Segundo Araújo (2021), passou-se a reconhecer e incluir não apenas obras de artes e monumentos grandiosos, como também elementos mais modestos e sítios de valor histórico. Identifica-se uma abordagem mais abrangente e inclusiva no que diz respeito à proteção e conservação dos bens patrimoniais, tanto no Brasil quanto no mundo.

O cenário brasileiro na década de 1960 era outro. Uma nova dinâmica política, econômica e social emergiu, impulsionando a industrialização, iniciada na década de 1950, e a urbanização. O desafio em relação ao patrimônio cultural havia transcendido à sua gestão, o obstáculo agora estava relacionado ao seu desenvolvimento diante da pressão urbana e econômica (Azevedo, 2017). Tais fatores contribuíram para que a Diretoria enfrentasse algumas complicações internas. Cabe destacar a mudança de denominação de SPHAN para Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) desde 1946.

Em 1967, surge uma figura importante à frente da direção do DPHAN, Renato Soeiro. Sob o comando do diretor, o patrimônio adquiriu dimensão internacional, visto que ele passou a trabalhar mais próximo da Unesco, participando de reuniões, conferências e eventos na França, por exemplo (Saporetti, 2017). Em alguns encontros eram discutidos o papel da

educação na questão do patrimônio, além disso, a necessidade de criação de cursos e iniciativas de capacitação.

A partir da década de 1970, sob a administração de Renato Soeiro, houve uma expansão do patrimônio cultural e uma reestruturação administrativa e financeira do então IPHAN (Azevedo, 2017). Ainda segundo o autor, o projeto de gestão do referido diretor “[...] propõe uma ampla campanha de conscientização cidadã do que representava o patrimônio como valor cultural, de identidade e como gerador de riqueza” (Azevedo, 2017, p.47). Houve uma ampliação das perspectivas de preservação dos bens culturais no Brasil, reconhecendo sua abrangência política, cultural e social, e representando a diversidade do país e de seus povos (Fonseca, 2000). Se anteriormente o foco estava nos monumentos restritos à elite, naquele momento passou-se a considerar a amplitude do patrimônio, refletindo a pluralidade e a riqueza cultural da nação.

Ainda na década de 1970, foram analisadas as possibilidades de integração entre a preservação do patrimônio e o fomento da atividade turística e recuperação dos recursos naturais. Dessa forma, para restaurar e preservar os bens patrimoniais e, de igual modo, estimular o turismo e o comércio em áreas históricas e culturais, sobretudo na região Nordeste, o governo federal em 1973 implantou o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas (Funari & Pelegrini, 2006). A iniciativa representou uma nova abordagem na relação entre a preservação do patrimônio e o desenvolvimento turístico, assim como desencadeou reflexões sobre o papel do Estado na promoção e conservação da identidade cultural nacional.

Em decorrência dos avanços, as décadas de 1970 e 1980 registraram mudanças significativas que influenciaram a criação de ações associadas à gestão cultural. O *designer* gráfico brasileiro, Aloísio Magalhães, inspirou a reforma das políticas de patrimônio que começaram a ser adotadas também por estados e municípios. Assim:

Os bens culturais passaram a ser entendidos não apenas como “documentos de identidade da nação”, mas, inclusive, como indicadores para um desenvolvimento harmonioso. Foi dada ênfase especial a uma “área de que o Patrimônio não estava cuidando. Ou seja: o bem cultural móvel, as atividades do povo, as atividades artesanais, os hábitos culturais da comunidade”. A experiência acumulada pelo Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC, integrado em 1979 à Fundação Nacional Pró-memória – FNPM, na preparação de inventários e documentação sobre esses bens, contribuiu decisivamente para a concepção mais abrangente do patrimônio cultural expressa na Constituição Federal de 1988 (Fonseca, 2007, p.71).

Embora a autora destaque a atuação de Aloísio Magalhães, conforme apontado, é pertinente ressaltar a atuação e direção de Renato Soeiro, por ser inegável a sua contribuição para a ampliação do novo panorama no campo das políticas patrimoniais do Brasil. Observou-se que os avanços contribuíram para a expansão da concepção sobre os bens culturais e as novas formas de uso e gestão do patrimônio. Esse período sinalizou o processo de ampliação do conceito de patrimônio histórico-cultural diante do cenário em que vivia o país.

Ao assumir a diretoria do IPHAN em 1979, considerado como “fase moderna”, Aloísio Magalhães promoveu uma reconfiguração do Instituto a partir de ideias acentuadas na cultura (Anastasskis, 2017). Foi um período de renovação das políticas culturais do país e de reconhecimento da diversidade étnica, religiosa e dos saberes populares. As políticas de patrimônio cultural haviam assumido novos rumos, o discurso era valorizar a cultura popular para além da “pedra e cal”. Dentre as renovações, destacou-se a recuperação dos modos de viver de comunidades indígenas, a restauração de mercados e espaços populares, como o tombamento do Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, primeiro terreiro tombado do Brasil (Barroso, 2020).

Com o passar do tempo e as transformações na dinâmica cultural brasileira, o patrimônio passou a ser visto sob um novo enfoque. Mas, afinal, qual é o conceito de patrimônio? Fonseca (2012, p.5) sugere que:

Patrimônio é tudo o que criamos, valorizamos e queremos preservar: são os monumentos e obras de arte, e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, fazeres e falares. Tudo enfim que produzimos com as mãos, as ideias e a fantasia.

Defini-lo é sempre muito complexo e dinâmico. De modo geral e, diga-se de passagem, consensual, o patrimônio é a herança do passado. Metaforicamente, pode-se dizer que ele é uma janela para o passado e uma base para o futuro. A partir desse entendimento, para a construção desta dissertação, considera-se a noção ampliada de patrimônio e suas modificações influenciadas pela transformação histórica, política e social. Compreende-se que o patrimônio consiste em bens, lugares, tradições e abrange uma variedade de elementos, incluindo monumentos, edificações, sítios arqueológicos, objetos, manifestações e práticas culturais.

A partir dos estudos mencionados, o patrimônio abrange o ambiente construído pelas sociedades humanas, é uma expressão do legado edificado por seres humanos e classificado em

diversas categorias, como patrimônio construído, arquitetônico, monumental, urbano e paisagístico. Os referidos elementos corroboram a construção da noção do patrimônio, evidenciando a sua pluralidade de concepções (Choay, 2011). A pluralidade conceitual acompanhou os processos de evolução dos estudos e pesquisas no campo do patrimônio e da cultura. Chuva (2012) ratifica que:

A noção de patrimônio cultural – categoria-chave para a orientação das políticas públicas de preservação cultural – é historicamente constituída e tem se transformado no tempo. No Brasil, as singularidades da trajetória de formação do campo de patrimônio levaram a uma configuração dicotômica dessa categoria, dividida entre material e imaterial (Chuva, 2012, p.147).

No que concerne a essa dicotomia, Chuva (2012) comenta que é uma divisão “artificial” e desigual no tocante à distribuição de recursos. Compreender o patrimônio é transcender a concepção reducionista que o limita às categorias de material e imaterial. É necessário reconhecer sua diversidade de significados e expressões. Um dos marcos significativos para a ampliação da noção de patrimônio e de consagração da diversidade cultural do Brasil ocorreu com a redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988, que renunciou os resquícios de autoritarismo do Governo Militar (Coelho, 2013). O artigo 216 define que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I – As formas de expressão;
- II – Os modos de criar, fazer e viver;
- III – As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV – As obras, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V – Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, representou um significativo avanço no campo do patrimônio. Foi um momento que marcou a nova articulação das práticas de

preservação, introduzindo um conceito de proteção cultural muito mais próximo ao encontrado nas Cartas patrimoniais internacionais. Além disso, estabeleceu que a responsabilidade de promover e proteger o patrimônio brasileiro não recai apenas sobre o poder público, mas também sobre a comunidade (Coelho, 2013), que pode fazê-lo por meio de inventários, registros em livros, tombamento e outras formas de preservação disponíveis. Em meio a tantas transformações, é importante destacar que muitos desses bens hoje protegidos e considerados como patrimônio cultural “sequer seriam considerados passíveis de qualquer tipo de proteção algumas décadas atrás” (Castriota, 2011). O passar dos anos das políticas patrimoniais foram de altos e baixos. A política neoliberal que se instalou nos anos 1990 trouxe momentos conturbados, falta de investimento e recursos, desmonte de órgãos, como a Fundação Nacional Pró-Memória (Chuva, 2017).

Os anos 2000, com o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, foi um momento de continuidade e, ao mesmo tempo, de expansão das políticas públicas voltadas para o patrimônio cultural no Brasil. Foi um período marcado pela reestruturação do Ministério da Cultura sob a responsabilidade do ministro Gilberto Gil (2003 - 2008), um marco na política cultural brasileira, e de reestruturação administrativa e organizacional do IPHAN, que se encontrava precário. Apesar das críticas iniciais, a gestão do então ministro foi referência para a ampliação do conceito de cultura e valorização da identidade brasileira. Defendia “a ‘cultura’ além do âmbito restrito de uma suposta ‘classe artística e intelectual’ ou aquela das concepções acadêmicas” (Reis, 2020, p.158). O que leva a crer que a cultura emana do povo e reúne todos os símbolos de cada um.

Além disso, reflete uma perspectiva democrática e participativa sobre o conceito de cultura. É válido aqui considerar a visão de Raymond Williams sobre o conceito de cultura: “cultura é uma experiência ordinária” que está e faz parte da sociedade e permeia a mente dos indivíduos (Williams *apud* Cevalco, 2001). A colocação sugere que a cultura faz parte do cotidiano, está integrada à sociedade e manifesta-se de diversas formas, seja nos modos de vida, nos dialetos, musicalidade, seja nas formas de criar e/ou fazer algo.

A gestão do ministro Gilberto Gil promoveu uma modificação substancial no modo de conduzir políticas culturais no Brasil e apresentou uma nova perspectiva e um desejo manifesto de mudança, de ampliação, democratização do acesso à cultura, bem como das concepções relacionadas a ela (Reis, 2020). O propósito era tornar a cultura acessível a toda a nação e simplificar seus processos burocráticos. Foi evidente sua contribuição para as melhorias das políticas de cultura, desde criação de editais culturais em prol de valorizar e incluir as comunidades, inclusive grupos de minorias como LGBTQIAPN+ e afrodescendentes. O

outrora ministro chamava a atenção também para a importância do patrimônio histórico, bem como da diversidade cultural associada à imaterialidade. Não obstante, é importante ressaltar que ele também reconhecia a relevância da cultura para a economia e o mercado cultural.

Ocorreu uma alteração no termo Patrimônio Histórico e Artístico para Patrimônio Cultural Brasileiro, abrangendo de maneira mais ampla os conhecimentos e práticas culturais populares, o que introduziu um conceito mais democrático à cultura. Isso posto, o diagrama abaixo sintetiza e representa as tipologias e os elementos do Patrimônio Cultural do país.

Figura 3 –

Tipologias patrimoniais.



Nota: Dados do estudo (2024), elaborado com base em Brasil (1988); Chuva (2012) e Fonseca (2012).

Para Chuva (2012, p.152), “a noção de patrimônio cultural tornou-se maleável e ampla, capaz de agregar valores, visões de mundo e ações políticas”. Nesse sentido, o diagrama representa as diversas tipologias do patrimônio brasileiro, destacando a diversidade existente no país. Oliveira (2022) chama a atenção para um aspecto importante em relação à definição do que é ou não patrimônio do ponto de vista oficial e institucionalizado. Na perspectiva do autor, a definição do que constitui o patrimônio pode ser moldada pela comunidade, sem se

restringir às definições oficiais. E, de fato, quando analisadas de forma holística, entende-se que as comunidades têm o poder de compreender aquilo que faz parte e representa sua história, tradição, identidade, memória e valor cultural.

Consoante à concepção de Oliveira (2022), “Narradores de Javé”, filme lançado em 2003, também propõe reflexões e discussões atuais. Na história do filme, uma comunidade do povoado de Javé se reúne para evitar a inundação de seu povoado, Vale do Javé, devido à construção de uma represa. Os personagens Vado e Zaqueu descobrem que a única forma de impedir a inundação é transformar Javé em patrimônio histórico. Para isso, decidem registrar todas as histórias e memórias da comunidade em um dossiê. O personagem Antônio Biá assume a tarefa de coletar e catalogar as histórias, na esperança de garantir a preservação do povoado.

O filme propõe uma reflexão sobre a noção de patrimônio e questiona a quem interessa as questões institucionalizadas, permitindo-nos refletir sobre a crescente importância e amplitude do debate no campo patrimonial na atualidade, para além da materialidade e imaterialidade. Diante do exposto, é possível compreender que o patrimônio cultural constitui os saberes, fazeres e expressões de um povo e representa a história, a memória, a cultura, a identidade e o lugar. Assim, também fortalece a noção de pertencimento de indivíduos a uma sociedade, a um grupo ou a um lugar.

Preservar o patrimônio é assegurar a salvaguarda de uma parte significativa da história e da identidade, tanto individual quanto coletiva, de uma nação. A preservação do patrimônio cultural brasileiro contribuiu para a formação da identidade do país, porém, a defesa e a implementação de políticas públicas de manutenção do patrimônio brasileiro são cada vez mais essenciais. Apesar de momentos de prosperidade da gestão da cultura e do patrimônio – fases em que o Brasil criou e exportou o melhor de sua produção cultural –, os desafios de gestão e promoção de políticas públicas para essa área ainda existem e persistem. Desafios no que concerne à pressão do desenvolvimento urbano e industrial, que pode influenciar áreas históricas e culturais, aos políticos e de gestão, conforme observado ao longo do capítulo, e aos culturais e sociais, incluindo fatores externos, como mudanças climáticas e desastres naturais.

Cultura e patrimônio também podem ser objetos de disputa. Em relação ao patrimônio, Rangel e Amaral (2017) ratificam que ele é marcado por uma contínua disputa política e incessantes transformações. Essas disputas podem surgir por uma variedade de razões, incluindo diferenças de interpretação sobre o que constitui o patrimônio cultural, quem tem o direito de definir e gerenciar o patrimônio, e como ele deve ser preservado e apresentado. O patrimônio é passível de uma série de reflexões e análise, do seu conceito, das suas formas de uso e funções ou dos conflitos inerentes a ele. Diante disso, é possível identificar que o

patrimônio desempenha, para além de sua função associada à história, cultura, memória e identidade, um papel associado às práticas de lazer, entretenimento e uso turístico. Afinal, é possível estabelecer uma relação entre turismo e patrimônio cultural?

O turismo e o patrimônio cultural estão intimamente vinculados de forma complexa e dinâmica. O turismo pode ser uma ferramenta poderosa para a preservação e manutenção do patrimônio, todavia, pode representar uma ameaça se não for gerido de maneira adequada. Como apontado por Köhler (2019), em 1967, as Normas de Quito representaram um marco significativo ao estabelecer uma conexão direta entre a conservação do patrimônio cultural e o desenvolvimento econômico por meio do estímulo ao turismo. Ainda segundo o autor, inúmeras foram as ressalvas sobre o potencial de destruição que o turismo tem sobre o patrimônio.

A mercantilização da cultura e do patrimônio tem sido cada vez mais recorrente e pressupõe uma relação baseada na interpretação, valorização e preservação. No cenário atual, Reis (2019) salienta que as áreas de interesse histórico compõem a imagem turística diante do mercado globalizado. No Brasil, as atividades de interesse relacionadas ao patrimônio cultural se dão por meio do Turismo Cultural.

Melo (2015) afirma que a pós-modernidade trouxe ao turismo a necessidade de proporcionar não somente viagens, como também vivências e experiências sociais, culturais, históricas e particulares. Isso inclui o desejo das pessoas em revisitar o passado, destacando o patrimônio cultural e sua interligação com o turismo moderno. Assim, conferiu-se a patrimônio o caráter mercadológico. Como Bogéa (2019) destaca, a gestão adequada e eficiente do turismo, tanto em relação ao patrimônio quanto aos sítios históricos e culturais, permite a criação de destinos que valorizam a riqueza cultural, proporcionando aos visitantes uma experiência culturalmente enriquecedora.

Para que essa relação seja bem-sucedida e gere benefícios para todas as partes envolvidas, é essencial que gestores locais e federais, governos, iniciativas públicas e privadas, e, evidentemente, a comunidade, estejam em sincronia e trabalhem de maneira conjunta em prol de uma gestão turística sustentável que assegure a preservação e a manutenção dos patrimônios locais. A preservação e promoção do patrimônio cultural de um determinado local podem atrair turistas motivados a conhecer suas riquezas históricas e culturais. Do ponto de vista econômico, para além da possibilidade de contribuir para a economia, também promove o orgulho e o senso de pertencimento da comunidade, auxiliando, assim, a manter vivas tradições e manifestações locais.

As reflexões de Dias (2006) reforçam que o diálogo entre o turismo e o patrimônio pode contribuir para a manutenção da cultura e das tradições locais, de igual modo, viabilizar

o reconhecimento e a preservação do patrimônio cultural, apesar de inúmeros desafios, como a degradação do patrimônio, perda de autenticidade e impactos negativos na qualidade de vida das comunidades locais. É preciso levar em consideração aspectos relacionados à apropriação por parte do turismo, como a capacidade de carga e o processo de proteção e de uso de sítios históricos.

Sem dúvida, existe a possibilidade de o turismo se relacionar ao patrimônio e vice-versa, como de fato já ocorre. Entretanto, superar os desafios de gestão propostos e os conflitos de interesses particulares faz-se necessário para um bom e adequado gerenciamento para tal relação em longo prazo. Então, por mais que ocorra a interdependência entre esses pilares, esta se revela em um diálogo contínuo, moldado por fatores tanto externos quanto internos. Como peças de um quebra-cabeça complexo, o turismo e o patrimônio cultural se entrelaçam em uma dinâmica delicada, influenciada por questões burocráticas, administrativas e pela necessidade imediata de preservação.

SEÇÃO 5 – PATRIMÔNIO COLONIAL, CULTURA LOCAL E DIVERSIDADE CULTURAL

5.1 O patrimônio cultural de Porto Seguro no enquadramento colonial e decolonial

Porto Seguro, assim como outras cidades colonizadas pelos portugueses, apresenta uma divisão urbana entre a parte alta, situada acima do nível do mar, onde se concentravam as funções religiosas e administrativas, e a parte baixa, onde se encontravam as estruturas comerciais e portuárias (Dias & Gomes, 2021). O município carrega um legado colonial que se reflete em seu patrimônio cultural. O padrão colonial presente pode ser observado em sua arquitetura, edificações históricas, igrejas, nomes de ruas e celebrações.

Em 1957, o prefeito da época, Adelar Maria de Andrade, expressou sua preocupação com o estado precário de conservação do patrimônio e solicitou apoio do governo federal (Cancela, 2020). As péssimas condições de conservação do patrimônio podem ser observadas na imagem a seguir, que mostra o prédio da Casa de Câmara e Cadeia, atual Museu de Porto Seguro, construído no século XVIII (Arantes, 2001). O edifício apresentava janelas e portas danificadas e pintura claramente desgastada.

Foto 1 -

Casa de Câmara e Cadeia.



Nota: Antiga Casa de Câmara e Cadeia em 1957. Ver em: IBGE, Enciclopédia dos Municípios.

O apelo do prefeito foi atendido, e o patrimônio local recebeu um reconhecimento que resultou na distribuição de recursos para as intervenções necessárias, em função de sua

deterioração. O pedido de Andrade teve clara conotação política, porém obteve êxito, uma vez que os gestores do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) defendeu o tombamento do conjunto arquitetônico para assegurar a preservação do patrimônio porto-segurense ao tomarem ciência de suas condições precárias. Somente em 1968 a solicitação foi efetivamente atendida (Cancela, 2020), quando o município teve o conjunto arquitetônico e paisagístico da Cidade Alta, atual Cidade Histórica, inscrito no Livro de Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1968 (IPHAN, 2014).

O tombamento abrangeu alguns bens de valor histórico e cultural, sendo eles, o Marco de Posse, o antigo Paço Municipal, onde funcionava a Casa de Câmara e Cadeia, Ruínas do Fortim, Ruínas da Igreja da Glória, a Igreja de Nossa Senhora da Pena, da Misericórdia com o cemitério anexo, Igreja dos Jesuítas e de Nossa Senhora da Ajuda (IPHAN, 2017). Depois do marco do tombamento, o processo de patrimonialização em Porto Seguro foi ampliado. O município todo, e em particular o Monte Pascoal, foi reconhecido como Monumento Nacional por meio do Decreto n.º 72.107, datado de 18 de abril de 1973. O tombamento foi certificado no ano de 2000, momento em que ampliou novamente a área tombada, mantendo sob proteção a costa litorânea do município, que possui cerca de 70 km de extensão (IPHAN, 2014).

Na concepção de Cancela (2020, p. 53), “a atribuição deste título honorífico veio acompanhada de um discurso nacionalista que valorizava a cidade como o berço da nação brasileira. Transformada em *cidade-monumento*”. A narrativa da cidade como berço da nação, “berço do descobrimento” e “terra mãe do Brasil” é frequentemente utilizada por gestores e em campanhas de promoção da localidade. Em março de 2024 a ampliação da área tombada completou 50 anos¹². O patrimônio de Porto Seguro teve suas bases de preservação ancoradas no viés nacionalista, visto que a prioridade de valorização era atribuída aos símbolos que marcaram a origem da nação, referenciados em uma perspectiva eurocêntrica.

Nesse sentido, tudo que não remetia à colonização não poderia ser considerado símbolo patrimonial. Conforme Arantes (2001, p.51), o legado cultural do município “não se esgota na história de seu passado nem nos monumentos que conserva”. E nem deve, visto que o patrimônio local possui ruas antigas que abrigam diversas histórias, como a Rua Marechal Deodoro, igrejas, praças, manifestações culturais, tradições e formas de expressão próprias. De certa forma, existiram esforços do município e da população para ampliar o seu acervo visando

¹² BRASIL. Ministério da Cultura. (2024). Ver em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/ampliacao-da-area-tombada-de-porto-seguro-completa-50-anos>.

reconhecer e valorizar elementos históricos e tradicionais da cultura local, conforme será observado no decorrer do capítulo.

Os casarios coloridos espalhados pela cidade vão além de um charme estético: são testemunhos de uma história complexa e marcos físicos do colonialismo. A Passarela da Cultura, nome dado pela atual gestão Municipal, a antiga Passarela do Descobrimento, popularmente apelidada de Passarela do álcool e as antigas residências foram valorizadas e transformadas para a “fruição turística” (Paes, 2015, p.45). Assim, surgiram restaurantes, lojas, pousadas, barbearias, quiosques e demais estabelecimentos que movimentam a economia local, além da vista para o cais, em frente ao encontro do Rio Buranhém com o mar.

A mudança do nome de “Passarela do Descobrimento” para “Passarela da Cultura” ocorreu em 2022, depois da aprovação do Projeto de Lei n.º 088/2022¹³. Essa alteração reflete uma tentativa de ressignificar o local, valorizar e incentivar a cultura, com o objetivo de destacar aspectos que vão além da ótica comercial do turismo. À luz do conceito de colonialidade do poder (Quijano, 2007), é possível observar como a herança colonial continua a influenciar a maneira como o espaço é percebido pelas pessoas. Durante as visitas de campo, constatou-se uma resistência cultural e identitária em relação à renomeação da Passarela, evidente na manutenção dos nomes populares anteriores e nas percepções populares sobre a transformação do local.

¹³ Bahia (2022). Poder Legislativo. Câmara Municipal de Porto Seguro. *Vereadores aprovam novo nome para a Passarela do Descobrimento*. Ver em: <https://www.cmps.ba.gov.br/vereadores-aprovam-novo-nome-para-a-passarela-do-descobrimento/#:~:text=%E2%80%9320Projeto%20de%20Lei%20N%C2%BA%20088,de%20acordo%20com%20o%20art.>

Foto 2 –

Conjunto de casarios na Cidade Baixa – Passarela da Cultura.



Fonte: Barbosa (2024).

A imagem 2 retrata um conjunto de casarios na Cidade Baixa, nos corredores da Passarela da Cultura. Nas proximidades das casas, é possível encontrar restaurantes de comida baiana, que servem desde frutos do mar, acarajé, tapioca, bem como bebidas locais, até comida italiana, árabe, oriental, portuguesa e libanesa.

Foto 3 –

Restaurantes e conveniências na Passarela da Cultura.



Fonte: Barbosa (2024).

O local ainda possui lojas que comercializam souvenirs que retratam um pouco da cultura e diversidade identitária. Encontram-se roupas, chaveiros com formato de pequenos tambores e berimbaus, utensílios de madeira com o nome de Porto Seguro ou dos distritos gravados, copos e canecas que ilustram frases, nomes e até imagens que retratam praias e atrativos turísticos do município.

Foto 4 –

Lojas na Passarela da Cultura.



Fonte: Barbosa (2024).

É possível encontrar bolsas, camisetas com frases, alguns termos e expressões utilizados, na linguagem baiana e incorporados como mecanismo de propagação de uma baianidade turística extraída do cotidiano popular (Costa & Alves, 2021), como o “lá ele”,

termo sinônimo de “eu não”, “sai fora”, “outra pessoa” (Flaksman, 2018). O “oxente”, que corresponde a uma expressão variável, com uma série de significados, a depender do contexto empregado. O uso dessa palavra pelos baianos geralmente denota surpresa ou espanto com algum fato acontecido (Leite, 2012). E inclui também frases como “fui a Porto Seguro me lembrei de você”, até mesmo símbolos do Olodum, mais comum na capital baiana, porém presente em várias outras cidades da Bahia.

Com base na perspectiva decolonial adotada nesta dissertação, identificaram-se silenciamentos históricos que coexistem com processos de resistência cultural. Nesse contexto, a Passarela da Cultura se configura como um espaço central na construção e consolidação de narrativas e elementos decoloniais. É um local de resistência, de sociabilidade e expressão identitária, evidente na comida, no artesanato e no comércio de demais elementos que refletem a cultura local. Ao mesmo tempo, é um lugar de concorrência, disputas sociopolíticas e de relações de poder que revelam a complexidade de um passado colonial. Vinculada à lógica turística, a Passarela expõe como a colonialidade persiste nas dinâmicas capitalistas atuais.

Foto 5 -

Lojas de roupas e artesanato na Passarela da Cultura.



Fonte: Barbosa (2024).

Foto 6 -

Lojas de roupas e artesanato na Passarela da Cultura.



Fonte: Barbosa (2024).

O patrimônio imaterial de Porto Seguro simboliza a mistura complexa de culturas, costumes, tradições, sabores e valores, resultado da miscigenação cultural forçada ocorrida durante a invasão dos portugueses no período colonial, em contato com os povos indígenas que habitavam a região e posteriormente, com os africanos trazidos como escravizados. Longe de ter sido um fenômeno natural, a mestiçagem foi marcada por violências, exploração e resistência à imposição colonial, foi um “dispositivo de poder” (Tadei, 2002). Diante desse contexto, a mestiçagem cultural pode ser entendida como parte de um projeto colonial de poder, dominação e controle social e racial (Tadei, 2002), no qual as práticas culturais indígenas e negras lutaram e continuam lutando para sobreviver, apesar de séculos de tentativas de seu apagamento e marginalização.

Entre os elementos imateriais do município, destacam-se as rodas de capoeira, uma forma de expressão afro-brasileira que nasceu como forma de resistência, de afirmação cultural e luta por liberdade (Lima, 2021; Silva & De Azevedo, 2023); o Samba de Couro do distrito de Trancoso¹⁴, tradição dos festejos para celebrar São Brás; o Samba indígena Pataxó. Eventos religiosos, entre outros que serão mencionados ao longo desta seção.

O Samba de Couro e o Samba indígena Pataxó¹⁵, são interações etnoterritoriais que expressam a ancestralidade e a conexão com as raízes africanas e indígenas, cujos cantos e ritmos são passados de geração para geração, narrando histórias de resistência, a vida cotidiana e a celebração da natureza e espiritualidade. Em 2022, tais manifestações foram reconhecidas como patrimônio imaterial de Porto Seguro pela Lei Municipal nº 1742/22, de autoria do ex-vereador Vinícius Parracho e sancionada pelo Prefeito Jânio Natal.

Os eventos religiosos em devoção aos Santos Católicos também complementam o patrimônio imaterial. As celebrações religiosas são destaque entre os moradores locais e devotos de várias regiões (Arantes, 2001). A festa de Nossa Senhora da Pena é uma das principais celebrações religiosas da região. Todos os anos, no dia 8 de setembro, homenageia-se a padroeira da cidade. A programação inicia-se desde o dia 29 de agosto, com missas, procissões, queima de fogos e uma feira localizada no estacionamento do Centro Histórico.

¹⁴ Ver em: <https://www.cmps.ba.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/24.02.2022-ATA-DA-SESSAO-ORDINARIA.pdf>.

¹⁵ Ver em: <https://www.cmps.ba.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/24.02.2022-ATA-DA-SESSAO-ORDINARIA.pdf>.

Foto 7 -

Feira na festa de Nossa Senhora da Pena.



Fonte: Barbosa (2024).

Freitas e Brito (2018) enfatizam que a festa da Pena, como é popularmente conhecida, tomou proporções grandiosas, elevando a celebração de condição religiosa à sacro-profana. O aspecto profano da festa é representado pela ascensão da dimensão comercial, visto que comerciantes da região se deslocam para montar suas barracas de roupas e acessórios na popular “feiraguai”¹⁶, localizada na entrada do Centro Histórico, bem como em um parque de diversão no estacionamento. Ademais, comemora-se São Sebastião, com foco nas celebrações do distrito de Caraíva e Trancoso. Nossa Senhora Da Ajuda, no distrito de Arraial d’Ajuda. São João, Santa Bárbara e São Cosme e Damião também são celebrados. Há mais de 30 anos, em homenagem aos Santos Cosme e Damião, fiéis e moradores locais se reúnem na barraca da Dona Regina,

¹⁶ A comunidade apelidou a feira de “feiraguai” devido aos preços acessíveis das roupas e acessórios comercializados e pela baixa qualidade dos produtos.

vendedora de cocadas no Centro Histórico. Além da tradicional distribuição de Caruru¹⁷ e de doces para as crianças, a festa é marcada por cânticos e orações aos Santos.¹⁸

A celebração de Cosme e Damião surgiu “na extensa teia do sincretismo entre o catolicismo e as religiosidades afro-brasileiras – tecida por meio de imposições, resistências, adaptações, reinvenções, mortes e renascimentos” (Prado, 2022, p.2.). O culto é uma celebração sincrética aos Santos, aos Erês, Wunjes e Ibejis¹⁹ (Silva Neto, 2024). Pode-se dizer que essa tradição é um instrumento decolonial, que reflete as marcas de um processo histórico de resistência cultural e desafios ideológicos (Silva Neto, 2024), em que as comunidades afro-brasileiras forjaram maneiras de preservar suas crenças e práticas, mesmo diante das imposições coloniais e religiosas.

Foto - 8

Celebração de São Cosme e Damião.



Fonte: Barbosa (2024).

¹⁷ O caruru remete à religiosidade, tradição, festividade e gastronomia. Segundo Oliveira e Casqueiro (2008, p.58-59), o caruru é um “ritual religioso, ritual festivo de comensalidade, prato emblemático da culinária baiana de origem africana, comida de santo e conjuntos de pratos que, ao lado do caruru, corresponde ao cardápio da refeição dos rituais citados”.

¹⁸ Nota: Retirado do *Instagram* de notícias locais. Porto Seguro Notícias (2024). Ver em: https://www.instagram.com/porto_seguro_noticias/p/DACQEqLsgFw/?img_index=10.

¹⁹ Divindades da mitologia africana.

Foto - 9

Caruru – Centro Histórico.



Fonte: Barbosa (2024).

Na memória da população ficou a celebração e devoção a São Benedito, fato que comprova a presença e participação da população afro-brasileira em Porto Seguro pela devoção ao Santo. De acordo com Moraes Filho (1888), o Cacumbi ou Cucumbi dos escravos era uma congada que reunia negros e negras vestidos de branco, com os rostos pintados de preto, cantarolando toadas africanas e tocando instrumentos. Juntos, passavam pelas casas cantando em homenagem a Nossa Senhora do Rosário e a São Benedito.

Foto 10 -

Cucumbi dos escravos (1979).



Nota: Cucumbi dos escravos, em Porto Seguro, no Centro Histórico. Retirado de: A devoção a São Benedito em Porto Seguro-BA: história, memória e esquecimento (Oliveira & Cancela, 2020).

A celebração em frente à Capela de São Benedito ocorria todo 27 de dezembro e, a partir da década de 1970, observou-se o enfraquecimento da manifestação, culminando em sua perda total logo em seguida. Esse processo não foi natural, pelo contrário, foi consequência das transformações urbanas, sociais, econômicas, além de políticas de modernização e turistificação que priorizaram narrativas eurocêtricas (Oliveira & Cancela, 2020). Pode-se perceber a marginalização das celebrações que refletem as práticas e tradições culturais que se apartam da lógica hegemônica.

Essas dinâmicas se conectam com os conceitos de colonialidade do saber e do ser, que respectivamente, visam deslegitimar saberes tradicionais não ocidentais em favor do conhecimento eurocêntrico (Porto-Gonçalves, 2005); (Mignolo, 2020); (Santos & Meneses, 2009) e revelam como essas identidades são desumanizadas e marginalizadas, perpetuando a exclusão e subalternização (Mignolo, 2008; Restrepo & Rojas, 2010; Maldonado-Torres, 2007; 2009).

Das festas populares, ressalta-se o Carnaval, que se assemelha ao da capital baiana, com os trios elétricos que arrastam os foliões e o São João²⁰, que reúne atrações locais e cantores em destaque no cenário nacional na sede do município e nos distritos. Dos folguedos populares, o Bumba-Meu-Boi, a Dança dos Mouros, Contradança de Fitas, Danças dos Bichos, Pastorinha e Reisado se perderam ao longo do tempo devido às transformações sociais e urbanas e à expansão do turismo, permanecendo apenas na memória daqueles que tiveram a oportunidade de vivenciar essas manifestações (Arantes, 2001). A extinção dessas tradições populares revela uma política colonialista implícita de valorização seletiva do patrimônio cultural, silenciando-as e relegando-as.

Muito embora folguedos, manifestações e danças tenham sido reconhecidos como patrimônios culturais em diversas localidades brasileiras (Ferreira, 2020), na prática, esse reconhecimento não foi suficiente para evitar o enfraquecimento e a invisibilidade dessas manifestações em Porto Seguro. A patrimonialização, por si só, sem o acompanhamento de políticas efetivas de preservação e valorização contínua, é insuficiente para garantir a manutenção dessas manifestações culturais, evidenciando que o reconhecimento formal, porém sem ações concretas, não contribui efetivamente para a real valorização do patrimônio. Hoje, algumas manifestações podem ser vistas em apresentações escolares, em comemoração ao folclore ou em apresentações de grupos de danças locais que se apresentam para os turistas em eventos realizados pela prefeitura da cidade ou meios de hospedagem que os contratam.

O esquecimento e/ou apagamento, consciente ou não, dos elementos e tradições apontados, são integrantes de um processo histórico de apagamento paradoxal, uma vez que permanece na memória coletiva como potencial de resistência à hegemonia cultural. Por sua vez, a perspectiva decolonial revela-se em uma abordagem epistemológica que se propõe resgatar e dar visibilidade a essas práticas como parte do processo de empoderamento cultural e de preservação da diversidade (Mignolo, 2017b). Nesse sentido, o fortalecimento dessas tradições é entendido enquanto uma prática de valorização das epistemologias do Sul Global e uma rejeição às narrativas coloniais que as marginalizam (Santos & Meneses, 2009).

Nesse entorno, a abordagem decolonial e a política sobre o patrimônio cultural podem confluir, abrindo a possibilidade para a valorização de manifestações e tradições culturais antes ocultadas, e também auxiliar para que não sejam fetichizadas, esvaziadas de seu real sentido histórico, perdendo o viés e o potencial decolonial que possuem (Amaral, 2015, p.22).

²⁰ Em 2015, a gestão municipal da época criou o São João Elétrico para expandir a festa junina com base nos moldes mercadológicos. Os idealizadores consideraram-no um produto turístico. Apesar de popularizado dessa forma, a atual gestão não adota mais esse termo.

No que concerne às artes e formas de expressão que preservam a autenticidade brasileira, a lambada²¹ foi um destaque importante no cenário cultural e turístico. Nas décadas de 1980 e 1990, proporcionou um impacto cultural e econômico positivo em Porto Seguro. A dança atraiu visitantes de vários locais que se deslocavam para a cidade em virtude da dança emblemática. Assim, tornou-se um dos principais atrativos culturais imateriais da região.

Figura 4 -
Lambada (1992).



Fonte: Jornal do Sol (1992).

Nesse período, a cidade ficou conhecida como a “capital da lambada”, o que contribuiu para fortalecer a identidade cultural da população (Ramos, 2023). Originalmente do Estado do Pará, a dança se popularizou no município, transformando-se na principal dança que embalava

²¹ A Lambada possui diversos significados, um deles remete a gírias populares do Pará, que significava o ato de açoitar ou dar uma pancada em alguém. Também é conhecida popularmente como gênero musical, surgido em meados dos anos 1970 em Belém do Pará, a partir da mistura de gêneros musicais de origem estrangeira (merengue, cúmbia, zouk, bolero) com o carimbó (Caraveo & Chada, 2024). Fonte: Caraveo, S. C., & Chada, S. (2024). Lambadas das Quebradas Vol. 1: a origem da lambada/guitarrada de Mestre Vieira, no Pará. *OPUS*, 30, 1-29. <https://dx.doi.org/10.20504/opus2024.30.03>.

o verão baiano, juntamente com o axé, compondo o patrimônio cultural local. Devido à sua relevância para a cultura e o desenvolvimento local, a Câmara Municipal aprovou, em 2019, o projeto de lei²² que declara a lambada como patrimônio cultural imaterial de Porto Seguro.

Atualmente, a lambada não tem o mesmo impacto cultural como na década de 1990. Os grupos de dança diminuíram, mas estão sempre na memória popular. No centro da cidade, ainda é possível encontrar ocasionalmente alguns grupos se apresentando de forma independente para os turistas e curiosos que se aproximam. No campo das manifestações e formas de expressões artísticas, a Filarmônica Dois de Julho é uma manifestação tradicional que enriquece a história, a memória e a cultura, presente em diversos eventos oficiais do município e região.

Constata-se que Porto Seguro possui uma marca turística consolidada, estruturada pelas operadoras de turismo em torno das barracas de praia (Carvalho & Santos, 2022), dentre as quais se destacam a estrutura do Axé Moi, Toa Toa e Barramares. Embora não sejam reconhecidas oficialmente como patrimônio, as barracas constituem parte do imaginário de uma parcela de turistas que frequentam o município. Essas estruturas, que se tornaram elementos consolidados na cidade juntamente com a ascensão do turismo, proporcionam uma experiência autêntica que cativa os visitantes. As atrações incluem luau noturno com bandas locais, apresentações de dança, em especial a lambada, bem como apresentadores e dançarinos que se apresentam durante o dia, criando um ambiente animado que se tornou uma das marcas da cidade.

No âmbito dos ofícios e tradições, a carpintaria naval, a carpintaria civil e a pesca são práticas centenárias que resistem e perduram até o momento. O ofício da pesca é um dos mais antigos da região e já foi muito importante para a economia local antes da consolidação do turismo. A atividade abastece famílias e alguns poucos estabelecimentos turísticos da área (Arantes, 2001). Os pescadores se concentram na tarifa municipal, localizada às margens do Rio Buranhém, onde comercializam os peixes e outros frutos da pesca. À tarde, turistas e moradores se reúnem nos bares e restaurantes do entorno. Enquanto se deliciam com os frutos do mar, como lambreta, camarão e peixe, aguardam para apreciar o sol se pôr ao fundo do Rio. Atualmente, a tarifa e a praça estão em processo de reforma pela prefeitura; parte da reforma foi entregue, faltando ainda ser finalizada em definitivo.

²²Ata em que consta a declaração da lambada como patrimônio cultural imaterial de Porto Seguro. https://www.cmps.ba.gov.br/images/atas2019/07_11_2019%20ATA_SESSAO_ORDINARIA.pdf?t=1573729109.

Foto - 11

Pôr do sol no Deck tarifa de Porto Seguro.



Fonte: Barbosa (2024).

Uma bebida muito característica e tradicional, que complementa a diversidade cultural imaterial, denominada “capeta”, é famosa desde a década de 1990 e consiste em uma mistura de guaraná em pó, canela, leite condensado, vodca e gelo, batidos em uma coqueteleira. As barracas que comercializam as bebidas são uma atração à parte, sempre coloridas e com frutas tropicais expostas, os turistas se aproximam para tirar fotos e degustar. Em 1995, o jornal Folha de São Paulo destacava o carnaval de Porto Seguro e o coquetel:

Porto Seguro adota coquetel 'capeta'. Depois da cerveja, a bebida mais pedida no Carnaval deste ano em Porto Seguro é o "Capeta", uma mistura de vodca, guaraná em pó, abacaxi, maçã, gelo e canela. A dose custa R\$ 2,00 nas barracas da "passarela do álcool", no centro (Folha de São Paulo, 1995).

Os famosos *drinks* fizeram com que a antiga Passarela do Descobrimento fosse conhecida popularmente como Passarela do Álcool, devido às diversas barracas enfeitadas e chamativas, como mostra a imagem a seguir.

Foto - 12

Barraca de *drink*.



Fonte: Barbosa (2024).

A história oral compõe o patrimônio cultural por meio das lendas urbanas. Entre elas, destacam-se as lendas da Cova da Moça e da Índia Inaiá. Esta possui uma escultura situada na passarela, na Praça Índia Inaiá, onde os visitantes podem contemplá-la. Segundo a placa informativa no local, a lenda narra a história de uma jovem muito bonita que vivia no litoral norte de Porto Seguro.

Segundo consta, certo dia uma caravela ancorou nas praias e dela desembarcou o capitão-mor Antônio. Os dois se apaixonaram à primeira vista e durante muito tempo viveram juntos, até que um dia o capitão resolveu retornar à Europa, deixando a indígena. Triste e inconformada com a partida do amado, em uma noite de lua cheia lançou-se ao mar, na

esperança de reencontrá-lo e, depois dessa noite, a jovem nunca mais foi vista. A imagem a seguir mostra a praça e a escultura da indígena. Durante a noite, a estrutura que abriga a escultura proporciona um espetáculo de luzes e água, atraindo os olhares dos visitantes, que se aproximam para tirar fotos e ler sobre a história.

Sob essa perspectiva, o hibridismo cultural se manifesta em todos os lugares. Está no cotidiano, língua, culinária, literatura, música e religião (Burke, 2003). Este encontro de diferentes grupos culturais durante e depois do período colonial resultou na fusão e troca de práticas, narrativas e simbologias. Trata-se de um processo híbrido que evidencia aspectos da cultura afro-indígena e que pode ser reinterpretado como parte de uma memória que se opõe às forças coloniais.

Contudo, esse é o único monumento que reverencia uma figura indígena em Porto Seguro e remete a uma história romantizada e ingênua, enquadrada em um regime de memória dominante (Cancela, 2020). A partir dessa ótica, tais aspectos culturais necessitam ser trabalhados junto ao movimento decolonial como forma de contraponto, ressignificando as narrativas sem deixar espaço para o exotismo ou superficialidade. Os processos de contato do mundo ocidental com o mundo oriental foram moldados pelo etnocentrismo e pela violência, assim, faz-se necessário trabalhar para descentralizar as epistemologias dominantes e conectar-se a novas formas de ver e viver o mundo.

Foto 13 -
Praça Índia Inaiá.



Fonte: Barbosa (2024).

Além da Praça da Índia Inaiá, a Passarela da Cultura abriga a Praça Antônio Carlos Magalhães, a Praça Manoel Ribeiro Coelho, que foi advogado e ex-prefeito do município, a Praça da Bandeira e a Praça do Relógio, as quais foram reformadas pela gestão municipal.

Foto 14 -

Praça da Bandeira.



Fonte: Barbosa (2024).

Originalmente conhecida como Praça da Paz, foi apelidada de Praça do Relógio em 1999, depois da instalação de um relógio para marcar a contagem regressiva para a chegada dos anos 2000 e a lembrança dos 500 anos do “descobrimento” do Brasil – um símbolo material do colonialismo. No entanto, posteriormente o relógio foi removido. Em 2015, a praça recebeu um novo relógio, doado pela Embaixada da Suíça como um gesto de agradecimento pela hospitalidade demonstrada à seleção suíça durante a Copa do Mundo no Brasil em 2014.

Apesar de ter sido um presente, o relógio não deixa de simbolizar a imposição de epistemologias eurocêntricas nos símbolos espalhados por Porto Seguro. Os símbolos materiais e imateriais constituem verdadeiras representações de um passado-presente eurocêntrico, em que o cenário de exaltação do relógio suíço é visto como “uma encruzilhada de temporalidades em que os teatros de poder²³ evocam formas ancestrais de dominação para naturalizá-los no corpo e na identidade cultural da cidade” (Pimentel, 2020, p.34).

²³ Teatros de poder refere-se a um conceito, “em que as forças que dominam poderes públicos e privados locais recorrem a remissões do passado colonial e, simultaneamente, promovem rituais cotidianos de novas descobertas do paraíso” (Pimentel, 2020, p.26).

Foto 15 -

Praça do Relógio.



Fonte: Barbosa (2024).

A praça foi revitalizada, e o relógio foi retirado por questões administrativas, sob o argumento de que seria levado para manutenção durante a gestão da ex-prefeita Cláudia Oliveira, todavia, depois de seu mandato, o relógio jamais apareceu (Fonseca, J, 2022). Em seu lugar, foi instalado um símbolo da Polícia Militar e um posto policial. No que se refere à política de proteção de serviço, em Porto Seguro há por volta de cem bens tombados por diferentes órgãos, dentre eles o Governo Estadual, por meio do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (Condephaat), o IPHAN e a administração municipal, por meio de leis específicas²⁴.

Como destacado por Abreu (2015), houve mudanças nos processos de patrimonialização, tornando-o mais dinâmico. O novo cenário deu destaque a segmentos sociais invisibilizados, como as comunidades tradicionais indígenas e os afrodescendentes. As transformações impulsionaram a crescente elaboração de inventários, de listas de bens preservados ou passíveis de preservação. No entanto, apesar de muitas transformações e lutas de grupos sociais em relação à ampliação do patrimônio, com o passar do tempo e com a consolidação do turismo enquanto principal atividade econômica, muitas manifestações representativas da identidade da população foram se perdendo, sobretudo as da população

²⁴ Ver em: <https://portoseguro.ba.gov.br/post/dia-do-patrimonio-historico-porto-seguro-possui-mais-de-cem-bens-historicos-tombados>.

negra, como o samba de roda, o cucumbi dos escravizados, a celebração de São Benedito e os folguedos populares. Tais expressões culturais se conectam pela origem histórica e cultural enraizada na vivência e nas tradições afrodescendentes. Também as comunidades indígenas têm pouca representividade cultural de maneira expressiva no contexto do patrimônio local.

A partir disso, observa-se que a cultura do município é frequentemente relegada a segundo plano. Critica-se a abordagem que faz com que a cultura, em vez de ser prestigiada por seu valor histórico e identitário, seja tratada como um recurso comercial e turístico (Bispo, 2019). O turismo, por sua vez, reforça uma imagem espetacularizada e idealizada do passado colonial, moldada para agradar às expectativas dos turistas, que chegam com uma visão predefinida de “descobrimento”. Conforme sustenta Haesbaert (2021, p. 47) “o turista típico, ao viajar, parece querer apenas corroborar o exotismo de um olhar colonial presente em suas preconceções que, por isso mesmo, são avidamente alimentadas pelas empresas de turismo”.

Esse enfoque resultou no silenciamento de grupos subalternos, como negros e indígenas, e na marginalização de suas contribuições históricas e culturais. O silenciamento dos povos indígenas é simbólico, visto que a cidade possui uma das maiores populações indígena da região Nordeste, com mais de trinta aldeias Pataxó (Cancela, 2020). Entretanto, percebe-se um retrato romantizado e folclorizado, como visto na lenda da Índia Inaiá, além de esteticamente genérico, do ponto de vista do retrato de indígenas de cabelos lisos e pretos, que sobrevivem da pesca e que moram em ocas. O pouco do que é mostrado sobre o patrimônio cultural indígena da região é a representação de uma imagem de figuras do passado que já faleceram e os típicos adereços, como plumas e colares.

Os progressos, as transformações urbanas e o processo de patrimonialização em Porto Seguro se afastaram dos valores sociais e do cotidiano dos moradores, pois priorizam a reafirmação dos marcos históricos coloniais (Cancela, 2020). Percebem-se em toda a cidade os símbolos da colonização presentes nas paisagens, narrativas e configurações urbanas e arquitetônicas que sustentam um discurso tradicional enraizado sobre o “descobrimento”. Este discurso perpetua uma visão eurocêntrica e colonial da história, frequentemente lembrando os invasores como heróis ou “benfeitores”, minimizando os impactos causados por eles (Cerqueira-Neto, Pinheiro & Cunha, 2020; Pimentel, 2020). Isso se reflete na nomenclatura das ruas, como a 22 de abril, data que simboliza a invasão do Brasil, Avenida dos Navegantes, rua Pero Vaz de Caminha e, sem dúvida, um dos maiores marcos físicos do colonialismo: a estátua de Pedro Álvares Cabral, que abre espaço para uma reflexão crítica sobre o processo de memória coletiva.

Tal monumento está localizado no centro da cidade, na entrada, na Praça do Descobrimento, popularmente conhecida como Trevo do Cabral. Inaugurada no dia 22 de abril de 1995, durante a gestão do prefeito João Carlos Mattos de Paula, a estátua está posicionada de modo que, com o dedo indicador, aponta para a cidade (Pimentel, 2020).

Conforme Santos (2006), os movimentos sociais têm a capacidade de atribuir novas funções e formas nas estruturas geográficas, reorganizando o espaço. Nesse contexto, embora imerso em uma lógica colonial, o monumento também desempenha uma importante função social e crítica, visto que é palco de protestos e marchas de movimentos sociais, especialmente dos movimentos indígenas.

Foto 16 -

Estátua de Pedro Álvares Cabral.



Fonte: Barbosa (2024).

Os monumentos por vezes reforçam a narrativa colonial e simplificam a história do município ao contexto do descobrimento, ao mesmo tempo, supervalorizam a presença europeia na região, um reflexo das políticas de patrimonialização que foram estabelecidas durante o Governo Vargas em 1930. Contudo, é oportuno destacar a complexidade cultural que combina aspectos coloniais com as tradições locais, que faz com que o patrimônio de Porto Seguro, assim como a sua história, não possa ser limitado à herança do período colonial.

5.2 Do passado ao presente: explorando o conceito de Centro Histórico

Os Centros Históricos são espaços de relevância cultural, arquitetônica e paisagística, repletos de significados que remontam ao passado. São espaços de interação social e valor turístico (Aragão & Carvalho, 2013; Pourbahador & Brinkhuijsen, 2023), em que o passado se conecta com o presente. No período colonial, esses locais abrigavam casarões, residências de nobres, além disso, era onde funcionava boa parte dos polos administrativos, políticos e financeiros das localidades na época.

O conceito faz parte da memória coletiva de muitas pessoas, pois é comum considerarem como espaços que marcam o início da história das cidades mais antigas. Segundo Meneguello (2005) e Godinho (2017), tal conceito foi estabelecido em meados do XX, no período pós-Segunda Guerra, quando passou a receber atenção entre os arquitetos e urbanistas. Godinho (2017) designa Centro Histórico como uma porção mais antiga de uma cidade, que possui maior relevância histórica, econômica e cultural, destacando a diversidade de possibilidades para esses locais. No entendimento da autora Marina Waisman, “o termo Centro Histórico, correntemente, é aplicado a um assentamento urbano ou a zona específica de uma cidade, que abriga um importante conjunto de monumentos dentro de um tecido urbano coerente e significativo” (Waisman, 2013, p.199).

Dente da relevância histórica e cultural, e como forma de proteção aos episódios decorrentes de vandalismo e destruição, muitos sítios históricos ao redor do mundo foram tombados, preservados e revitalizados. De maneira gradativa, os sítios históricos tornaram-se pauta de discussão relevante, como destacado por Oliveira e Rocca (2020, p. 38):

No campo do patrimônio cultural, a valorização e proteção dos núcleos históricos como artefatos indissolúveis de seus contextos e a necessidade de definir mecanismos de

salvaguarda adquiriu relevância a partir da Carta de Veneza, proposta pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) em 1964.

A Carta de Veneza visa, portanto, garantir a efetiva conservação dos Centros Históricos e uma boa gestão dos núcleos representantes da memória e identidade dos povos, porém foi necessário elaborar um documento com políticas de salvaguarda com medidas técnicas, administrativas e sociais aplicáveis internacionalmente. Desse modo, destaca-se a Conferência Geral da UNESCO, na 19ª reunião realizada em Nairóbi, no Quênia, em 1976. Durante a conferência, foi elaborada a Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea (UNESCO, 1976). A Recomendação considera que:

Os conjuntos históricos fazem parte do cotidiano dos seres humanos, assegurando a presença viva do passado que os moldou [...] os conjuntos históricos têm constituído, através dos tempos, os testemunhos mais tangíveis da riqueza e da diversidade das criações culturais, religiosas e sociais da humanidade [...] considera que, face aos perigos de uniformização e de despersonalização, que frequentemente se manifestam na nossa época, esses testemunhos vivos de épocas passadas ganham importância vital para os homens e para as nações que neles encontram simultaneamente a expressão da sua cultura e um dos fundamentos da sua identidade [...] (UNESCO, 1976, p.1).

Nesse sentido, a Recomendação enfatiza a necessidade de cooperação internacional para a gestão e conservação dos Centros Históricos, considerando a importância desses espaços para a história, visto que constituem a base do patrimônio cultural dos países. Reyes-Aguilar, Rosas-Ferrusca e Pérez-Ramírez (2020) asseveram que, desde o final do século XX, os Centros Históricos adquiriram maior valor nas cidades, especialmente como legado histórico e patrimônio cultural pelas paisagens urbanas-arquitetônicas. São locais que fazem parte do legado da sociedade e possuem valores estéticos, sociais, culturais e econômicos, e representam uma fonte de identidade social. Para Carvalho e Simões (2012, p.210):

Os centros históricos podem ser compreendidos como construções materiais e simbólicas, mutáveis e dinâmicas, compostos por diferentes temporalidades, vozes, histórias e memórias, podendo ser observados elementos de continuidade e descontinuidade. Sendo locais resultantes de relações sociais, as áreas urbanas estão

sempre passando por transformações. Estão inseridas, assim, na própria dinâmica da humanidade.

Os Centros Históricos, portanto, são locais complexos que refletem as transformações sociais e culturais com o passar do tempo. Para Oliveira, S. (2019) é um dos espaços que dá vida à cidade, que mantém as características históricas, culturais e artísticas, fortalecendo o potencial turístico por meio das singularidades locais, e faz parte do composto da oferta turística devido à concentração de atrativos culturais, equipamentos e serviços turísticos que complementam a relevância para o turismo.

5.3 Centro Histórico como atrativo turístico

No contexto da promoção e desenvolvimento do turismo em determinada localidade, os atrativos turísticos representam as bases da oferta turística. Caracteriza-se como atrativo turístico qualquer lugar, objeto ou evento de interesse para o turismo que desperta o desejo de as pessoas viajarem ou deslocarem-se. Esses atrativos podem ser tanto naturais quanto culturais, ou até mesmo produzidos por intervenção humana (Brasil, 2018). Desse modo, verifica-se que os Centros Históricos das localidades se configuram como atrativos turísticos. Oliveira, S. (2019, p.27) corrobora que:

As áreas históricas presente nas cidades fazem parte do composto da oferta turística, recebem nomenclaturas variadas, como de sítio histórico, centro histórico, centro antigo, dentre outras variações. São locais que possuem a representatividade, em sua maioria, do patrimônio histórico edificado que estão relacionados à origem do lugar.

Os centros antigos constituem-se como importantes elementos para a preservação e manutenção da identidade cultural de uma cidade, bem como para o turismo. Em locais como Salvador, Recife, Rio de Janeiro e Ouro Preto, os centros históricos são importantes atrativos turísticos e palco de atividades culturais e eventos. E, em determinados casos, como em Quito, capital do Equador, são considerados o principal atrativo turístico local, por serem pontos de conexão com a história e a cultura local, e onde se encontram os órgãos públicos e quase toda a atividade comercial (Sosa-Sosa & Thomé-Ortiz, 2021). Os sítios históricos não são apenas museus ao ar livre, como se pode acreditar. São, além disso, o ponto central da atividade econômica, social, política e cultural de muitas cidades.

Há tempo, os sítios urbanos adquiriram o caráter de uso turístico, pois essa forma de uso contempla os interesses econômicos do turismo e das pessoas que dependem dele: empresários locais, gestores, comerciantes do entorno e população. Nesse sentido, foram elaborados planos e medidas estratégicas de reconhecimento patrimonial dos Centros Históricos de locais como Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, tendo o turismo como uma das bases de fomento econômico (Cifelli & Peixoto, 2012).

Conforme o turismo foi colocado como força cada vez mais dominante na economia, em Salvador, por exemplo, o projeto de recuperação do Centro Histórico provocou uma série de desafios e conflitos. O local, outrora marginalizado e esquecido, foi potencializado como um atrativo turístico popular da cidade. Porém, com o fluxo turístico vieram os conflitos sociais, econômicos, culturais e habitacionais. A desordem em virtude do turismo atrapalhou os residentes da área, uma vez que aqueles menos abastados foram retirados do local, segundo Estevéz (2021).

A relação entre turismo, patrimônio e desenvolvimento local é sem dúvida umas das questões mais complexas a serem debatidas. Ao mesmo tempo, é possível identificar os ganhos financeiros que contribuem para o giro da economia, bem como a oportunidade oferecida pelo turismo de preservar os locais por meio da sua atividade, ou seja, são muitas as questões postas em evidência, como culturais e sociais, conforme já citadas. Diante de tal situação conflituosa, reforça-se a necessidade de praticar o exercício de olhar para além das questões econômicas, mesmo que no sistema capitalista essa tarefa não seja nada fácil. Ainda, é inexorável um esforço coletivo entre os gestores locais, residentes, turistas, empresas, profissionais e estudiosos, com a finalidade de encontrar um equilíbrio que proteja e valorize de forma mais efetiva os Centros Históricos.

Nesse sentido, em função de preservar, manter os traços e os aspectos históricos, arquitetônicos, paisagísticos e culturais das cidades históricas e, sobretudo, manter viva a memória e identidade, muitos dos locais históricos foram tombados, preservados e revitalizados ao redor do mundo. O Centro Histórico de Quito, um dos mais bem conservados e com pouca alteração, é considerado um dos primeiros a serem declarados pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade e, conseqüentemente, tombado pela entidade. É igualmente considerado como um dos sítios históricos mais importantes da América Latina (Villarreal et al., 2022).

No Brasil, cidades como Salvador, Recife, Igarassu, Penedo, Paraty, Olinda, Ouro Preto, Rio de Janeiro e Porto Seguro preservam até hoje muitos elementos arquitetônicos e urbanos que refletem a conservação de seus respectivos Centros Históricos. É visível por conta das ruas

estreitas que levam nomes de figuras do período colonial, assim como praças, igrejas barrocas e casarões coloniais. Desse modo, a importância do tombamento reside no fato de ser um instrumento legal que impõe restrições à alteração, destruição ou descaracterização desses bens, garantindo que sejam mantidos da maneira mais autêntica possível ao longo do tempo. Ribeiro (2022) corrobora que essa ação se destina a preservar não apenas a estética e o valor artístico desses elementos, mas a história e a identidade cultural que eles representam e os elementos que fazem parte do patrimônio cultural de uma determinada área.

Desse modo, o tombamento dos sítios históricos contribui para a preservação e salvaguarda dos bens móveis e imóveis que compõem os locais de valor histórico, cultural e identitário. No cenário brasileiro, Ouro Preto foi uma das primeiras cidades tombada pelo IPHAN na década de 1930. Devido ao valor patrimonial, histórico e monumental das construções do período barroco-colonial, tornou-se a primeira cidade brasileira a receber o título de Patrimônio Mundial, concedido pela UNESCO em 1980 (Ferreira & Teixeira-da-Silva, 2023). O reconhecimento pela UNESCO fez com que a cidade fosse reconhecida em âmbito nacional e internacional, e possibilitou forte movimentação econômica em virtude do fluxo de visitação e investimentos locais.

No Nordeste, segundo o IPHAN (2015), dos 31 conjuntos urbanos tombados, 10 estão localizados no estado da Bahia. Essas cidades representam o processo de ocupação do território baiano até o final do século XIX. Dentre as cidades, destaca-se Porto Seguro, histórica e popularmente reconhecido como o berço da nação brasileira. O município teve seu conjunto arquitetônico e paisagístico da Cidade Alta tombado pelo IPHAN em 1968.

Contudo, somente o tombamento, o registro ou a catalogação como os instrumentos legais de salvaguarda não garantem de forma eficaz a preservação desses espaços. Não obstante a existência de leis e órgãos responsáveis pelas questões patrimoniais, são necessários uma atuação fiscal e um monitoramento mais incisivo para acompanhar de perto as dinâmicas dos centros históricos e a presença do fenômeno turístico e os seus efeitos, além de maiores incentivos financeiros para a manutenção e restauração dos sítios quando necessário. Destacam-se ainda a participação e o engajamento da comunidade mediante um planejamento participativo, bem como a sua sensibilização por intermédio da educação e atividades culturais, que possibilitem uma aproximação maior com o patrimônio cultural.

Cabe destacar a necessidade de planejamento e gestão para o uso e a manutenção desses locais por parte dos órgãos responsáveis de cada localidade, tanto no âmbito federal quanto municipal e estadual. Os pensadores Reyes-Aguilar, Rosas-Ferrusca e Pérez-Ramírez (2020) afirmam que existe uma articulação política e intervencionista do turismo nos Centros

Históricos para a promoção dessa atividade. Quando o Turismo é incorporado aos sítios históricos, evidencia-se a possibilidade de diferentes formas de uso desses locais, como o uso comercial, cultural, pedagógico, social e, claro, turístico. Nesta questão, Cifelli e Peixoto (2012) observam a procura por medidas de conciliação entre o desenvolvimento local e a preservação dos Centros Históricos e seus elementos culturais:

[...] em muitos centros históricos de cidades de grande e médio porte, os investimentos destinados à promoção cultural visam elevar o teor de atratividade turística de tais sítios, a fim de dinamizar esta atividade que, em tese, propicia a geração de emprego e de proveitos económicos a partir da valorização e promoção mercadológica das referências materiais e imateriais da cultura (Cifelli & Peixoto, 2012, p.36).

Nesse sentido, é necessário explorar formas para não que não ocorram embates entre a preservação do patrimônio cultural e as demandas turísticas, pois nem sempre é possível resolver tais questões sem que haja conflitos entre as partes, o que desencadeia diversas questões, como a degradação do patrimônio e o aumento do turismo desordenado, resultando em um processo de turistificação e encenação da cultura local.

5.4 Centro Histórico de Porto Seguro: entre passado e presente

Diante da estrutura colonial portuguesa e devido às condições topográficas, ambientais e estratégicas, a implantação do Centro Histórico se desenvolveu na costa, às margens do Rio Buranhém, conforme é possível visualizar na figura (5), que demonstra como era a antiga vila de Porto Seguro no início do século XIX.

Figura 5 -

Antiga vila de Porto Seguro às margens do Rio Buranhém.



Nota: Gravura de Maximilian Von Wied Neuwied, retrato da viagem do príncipe ao Brasil.

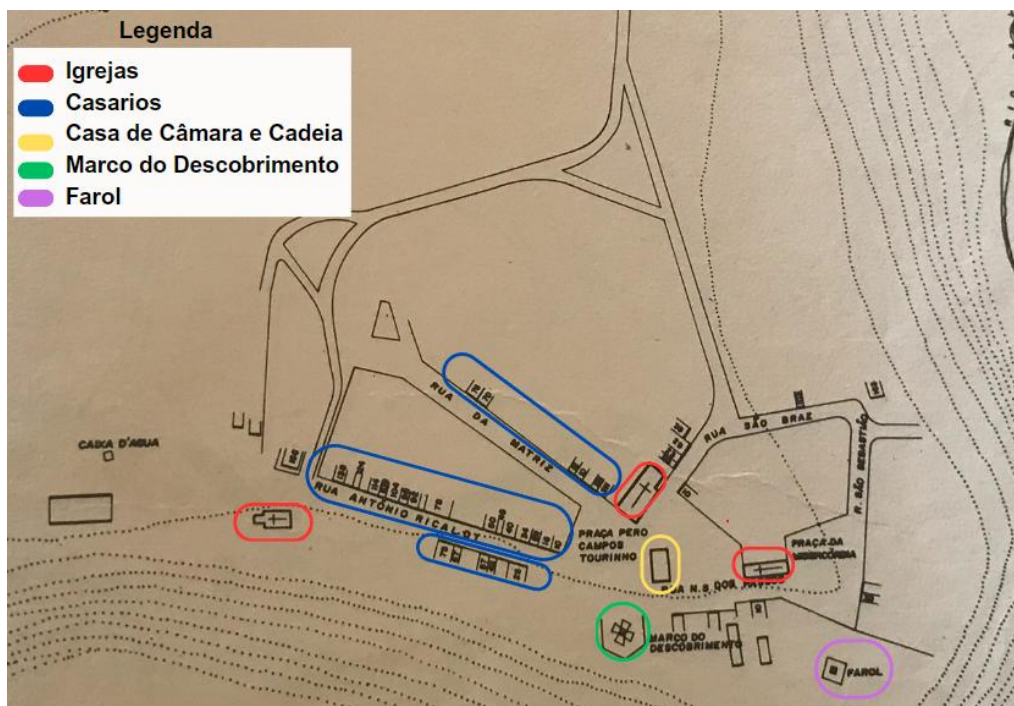
Retirado de: <https://www.veranunesleiloes.com.br/peca.asp?ID=835693&dia=&pesq=>.

A ilustração de Wied retrata a pequena vila de pescadores pouco urbanizada, com poucas construções, diferentemente do cenário atual. Na parte alta, ao fundo das casas e possíveis comércios, está localizado o atual Centro Histórico. A sede municipal está dividida em Cidade Alta e Cidade Baixa. Portanto, a parte baixa se dá às margens do rio, onde funcionava toda parte comercial e portuária. Foram construídas casas, armazéns e um estaleiro utilizado para construção e conserto de embarcações no período das Capitanias (Almeida, 2003). Essas construções arquitetônicas seguiam os moldes portugueses, concentradas nas principais igrejas e nos locais onde estavam estabelecidas as funções administrativas do município.

A figura (6) ilustra a área específica delimitada do Centro Histórico, onde está localizado o conjunto das primeiras habitações, as principais edificações, sendo parte delas do século XVII e XVIII, erguidas sobre as ruínas das antigas edificações do século XVI. A Igreja Nossa Senhora da Pena, a Igreja da Misericórdia, a Capela de São Benedito e as ruínas do antigo Colégio Jesuíta, a Casa de Câmara e Cadeia, o Museu de Arte Sacra, as Ruínas do Fortim e o Farol.

Figura 6 –

Delimitação da área do Centro Histórico.



Nota: Retirado de IPAC –BA (1988), adaptado por Barbosa (2024).

Em 1534, período em que a economia da vila se baseava principalmente na extração do pau-brasil, Pero de Campos Tourinho, o primeiro donatário da antiga capitania, comandou a fundação da Vila de Nossa Senhora da Pena (atual Porto Seguro). A partir de 1535, diversas tentativas foram realizadas para diversificar a economia, como a busca de pedras preciosas e a instalação de engenhos de açúcar. No entanto, em 1546, Campos Tourinho foi preso e removido de sua posição de donatário, acusado de heresia contra a Igreja Católica. Entre o período de transição de donatários, a Vila enfrentou a desordem entre os colonos, e os povos Aimorés tentaram resistir às investidas portuguesas, atacando-os, o que resultou no incêndio da Vila em 1553. A Vila era pobre e pequena, encontrava-se praticamente despovoada e sem sinal de progresso econômico (IPAC, 1988; IPHAN, 2017).

O fracasso econômico, político e social da Vila foi atribuído ao Sistema de Capitanias. Na tentativa de melhorar a situação, o Sistema de Governo Geral foi estabelecido, com sede na Bahia, resultando em várias medidas, como a incorporação da capitania à Coroa Portuguesa, a abertura de estradas e a reconstrução de edifícios públicos e religiosos. A partir dessas mudanças, em 1795, foi criado o distrito de Porto Seguro. A incorporação à Coroa Portuguesa possibilitou uma série de transformações significativas para o interesse dos europeus.

Muitas obras foram realizadas, especialmente na Cidade Alta (atual Centro Histórico), reforçando seu valor (IPHAN, 2017). A Cidade Alta era a área mais importante de Porto Seguro naquele período, de acordo com Ramalho (2014), era a sede do poder público municipal e as casas que ocupavam o local pertenciam às classes dominantes da época. Porém, diante das transformações urbanas, políticas e administrativas, esse contexto se inverteu, e a Cidade Baixa, onde hoje se localiza a Orla Sul e o Centro da cidade, assumiu o protagonismo a partir da metade do século XIX, IPHAN (2017). Como a sede administrativa se deslocou para a Cidade Baixa, em 1891, a antiga Vila de Nossa Senhora da Pena foi elevada à categoria de cidade.

O Centro Histórico é um espaço dinâmico que abrange várias possibilidades de usos, tais como, coletivo, cultural e espaço de lazer. Segundo Ramalho (2014), o Centro Histórico de Porto Seguro possui uso residencial, visto que ainda consta a habitação de poucos moradores, e comercial. Desse modo, além do patrimônio histórico material, o espaço possui lojas de artesanato, de roupas, acessórios, restaurantes, lanchonetes, bares e vendedores ambulantes que comercializam diversos produtos, como cocada, acarajé, sucos de frutas típicas da região, cachaças, pimenta, entre outros.

O local se tornou um importante espaço de apreciação turística. Por isso, foi um dos espaços em que os empresários visualizaram maiores oportunidades de investimento, uma vez que poderia oferecer uma base sólida de clientes em potencial, incluindo uma parcela significativa de turistas que passam pelo local todos os dias, aumentando o fluxo de circulação monetária (Pereira, 2017).

Foto 17 -

Grupo de turista acompanhado pelo guia.



Fonte: Barbosa (2024)

As atividades turísticas movimentam o comércio do Centro Histórico com frequência diária de turistas, os quais, em sua maioria, viajam por meio de agências de viagens, como a CVC, a A.R Turismo, a Taípe Turismo, entre outras (Ramalho, 2014). Durante as visitas, os turistas passam por todo o Centro Histórico conhecendo o patrimônio material e imaterial. No trajeto, os turistas avistam a costa marítima, param nas lojas para tirar fotos e/ou comprar souvenir e artesanato. Um dos momentos marcantes do percurso é a interação do turista com a cultura local, no momento da apresentação de capoeira.

O Centro Histórico também é palco de algumas celebrações, como a Festa da Pena, e de eventos realizados esporadicamente, como o casamento coletivo, promovido pela prefeitura por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social; o São João; a celebração do “descobrimento”, no dia 22 de abril; e também é palco de mostras culturais e gastronômicas, por exemplo, no ano de 2023 ocorreu o 9º Festival Viva Luiz e Música Nordestina (Prefeitura Municipal de Porto Seguro, 2023).

No São João de 2022, houve uma programação de *shows* pelos bairros, distritos, passarela da cultura, locais nos quais ocorre o circuito principal e no Centro Histórico. A programação do Centro Histórico contou com a participação da cantora Elba Ramalho, que, além de cantar os seus sucessos musicais para o público, ajudou a celebrar o casamento coletivo de 122 casais (Prefeitura Municipal de Porto Seguro, 2022). Essa nova prática cultural aconteceu também em janeiro de 2024, e mais casais subiram ao altar, em nova celebração

coletiva. Verifica-se que a realização dos eventos e celebrações são formas de enriquecer a experiência dos visitantes e, acima de tudo, incentivar a aproximação e a participação da comunidade local, manter o espaço ainda mais vivo, com possibilidades de sociabilidade e trocas culturais.

5.5 Os desdobramentos da atividade turística: o processo de turistificação em Porto Seguro

Porto Seguro é consolidado como destino de destaque no cenário turístico brasileiro (Da Costa Leite & Santos, 2020). A cidade possui um conjunto de atrativos que reúne história, cultura, belezas naturais, gastronomia e eventos para diversos públicos. A relação direta com a história do Brasil, desde a invasão dos portugueses, tem sido explorada tanto pelas instâncias de governo quanto pelos agentes do setor privado (Aguiar, 2003). Essa exploração tem impulsionado a imagem do local no cenário turístico desde então.

Muito antes da chegada do Turismo, Porto Seguro e região viveram isolados por séculos, e os poucos habitantes sobreviviam da pesca, pecuária, extração de madeira e agricultura. Depois da abertura da BR - 101 em 1973 e dos investimentos para o fomento do turismo, a economia local experimentou um significativo desenvolvimento (Pereira, 2017), porém, até se consolidar efetivamente como polo turístico, a cidade vivenciou diversas fases em relação ao turismo.

A primeira fase se deu na década de 1970, com a presença esporádica de *hippies* e mochileiros que buscavam a calma e a tranquilidade da região, conforme pontuado por Cerqueira-Neto, Pinheiro e Cunha (2020). Já o segundo momento é marcado pelas tentativas de investimentos na atividade turística, provenientes do Governo do Estado. Os poderes municipal e estadual demonstravam-se atentos às possibilidades de fomentar o turismo. Diante desse cenário, a Prefeitura Municipal criou, em 1974, a Secretaria do Turismo, mesmo sem que estivessem prontos para implementar a atividade na região (Oliveira, 2022). A autora destaca ainda que os gestores locais estavam em busca de um planejamento ideal para o fomento e a gestão da atividade, desse modo, o Instituto de Urbanismo e Administração Municipal (IURAM), elaborou um plano de promoção estratégica do turismo.

No entanto, a implementação do plano não ocorreu conforme o esperado, ao contrário, os problemas de aumento populacional – pessoas que migraram do interior baiano e dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo –, se intensificaram, com a falta de saneamento básico e sistema de abastecimento de água Oliveira (2022). O local, portanto, não dispunha de

infraestrutura urbana adequada para o desenvolvimento da atividade turística, sequer os moradores estavam preparados para atender ao crescimento desordenado de turistas que chegavam, especialmente no verão (Bispo, 2019).

A afastada aldeia de pescadores desenvolvia-se em ritmo lento, entretanto, não deixava de despertar a atenção de migrantes temporários, os quais logo se estabeleciam e fixavam residência, além de empresários que começavam a construir pequenos empreendimentos hoteleiros (Pereira, 2017; Araujo & Abreu, 2022). Desse modo, o fluxo turístico intensificou-se, e a antiga aldeia começou a atrair atenção para potenciais investimentos futuros. O turismo se projetou como um grande promotor de renda e desenvolvimento econômico local, beneficiado pela intensa divulgação da mídia, conforme ilustra a figura (7):

Figura 7 -

Matéria do Jornal da Bahia.



Nota: Jornal da Bahia (1974). Retirado de Araujo e Abreu (2022).

Com o progresso do turismo na década de 1980, novos empreendimentos turísticos foram surgindo para ofertar espaços de lazer, como barracas de praias, hotéis e agências e operadoras de turismo (Bispo, 2019). No início dos anos 1990 até os anos 2000, Porto Seguro viveu momentos históricos no que se refere ao turismo e ao desenvolvimento econômico. Naquele momento, a região Nordeste passou a receber investimentos do PRODETUR/NE (Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste), implementado pelo governo federal, com a integração do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco do Nordeste (BNB), com o objetivo de:

[...] fomentar o turismo na região Nordeste, através de instalação de infraestrutura turística, fortalecimento da gestão pública, qualificação dos serviços e *marketing*. A intenção era atrair atividades turísticas e com isso gerar oportunidades de emprego para a população local, melhorando a situação socioeconômica da região, onde em 1990 metade da população vivia abaixo da linha de pobreza. (Silva, 2022, p.9).

Paiva (2010) afirma que as características climáticas, naturais, culturais, históricas e arquitetônicas favoreceram a projeção turística da região para o turismo receptivo. Tais aspectos contribuíram para que Porto Seguro fosse contemplado com os investimentos oriundos do programa supracitado, além do fato de a:

[...] costa do Descobrimento ser o segundo polo turístico do Estado (atrás somente de Salvador), somado às comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, foi o fator determinante para a escolha desta zona turística como marco inicial para o início dos investimentos do programa (Araujo (2004, p. 80).

Os anos 1990 foram marcados por grandes transformações urbanas, sociais, políticas e econômicas, quando a atividade turística passou a dominar o local, que passou a receber um fluxo crescente de turistas de diversas localidades, favorecendo o processo de turistificação e o desenvolvimento do turismo de massa. Observa-se que esse processo exerce influência sobre a dimensão da representação do espaço. Segundo Lefebvre (2006), o espaço é socialmente produzido, é onde se dão as contradições de usos, modos de produção, consumo e vivência.

Para Frattucci (2000, p.122), o turismo, “enquanto prática socioespacial, vai se apropriando de determinados espaços, transformando-os, a partir disso, produzindo territórios e territorialidades flexíveis e descontínuas, turistificando os lugares”. Assim, esta é compreendida como a apropriação de determinado espaço pelo turismo. Corroborando esse entendimento, Taveira (2016, p.7) afirma ela “é a materialização de espaços eleitos para a produção e consumo turísticos”.

Conforme Knafo (1996), a turistificação se apropria dos espaços geográficos pela sua produção e os tornam territórios turísticos. Nesse sentido, o autor destaca três figuras sociais responsáveis por esse processo: o turista, o mercado e os planejadores e promotores do território. Sobre isso, Taveira (2016) discorda parcialmente e propõe a inclusão de mais um elemento: a população residente. E, conforme as dinâmicas sociais e midiáticas da atualidade, é possível incluir também a figura dos influenciadores digitais, perspectiva apoiada por

pesquisas como as de Araujo (2023), Castro (2021) e Nascimento (2020), que evidenciam o impacto dos influenciadores na percepção pública dos destinos turísticos.

Nos últimos anos, tem-se registrado um aumento significativo no papel dos influenciadores digitais na indústria do turismo (Rabelo, 2023). Diante disso, marcas, agências, operadoras de viagens e órgãos de turismo, em todas as esferas, apostam na influência desses personagens para promover destinos turísticos (Rabelo, 2023; Castro, 2021). Os influenciadores são figuras capazes de alcançar e engajar um público diversificado, além de ajudar a criar e intensificar tendências de visitação e aquisição de produtos. Em virtude desses aspectos, o papel dos influenciadores também pode contribuir para o avanço da turistificação de destinos turísticos. O quadro (6) demonstra o papel de cada ator social em face de suas atribuições:

Quadro 6 -

Responsáveis pelo processo de turistificação.

O turista	Promove, vende e contribui para a criação de lugares turísticos.
O mercado	Representado pelo <i>trade</i> turístico, é um dos seus principais agentes promotores, “que vê no turismo uma forma de produção e reprodução do capital”.
Os agentes planejadores e promotores	Principal ator de planejamento, implementação e gestão dos territórios turísticos.
Residentes – população local	[...] por meio de sua experiência e relação com o espaço de interesse turístico, contribui para a turistificação, pois constrói, modifica e é modificado por esse processo que atinge não apenas quem lida diretamente com o fenômeno turístico, mas que reside em ambientes turísticos.
Influenciadores digitais	Têm a capacidade de influenciar e moldar as percepções e os desejos do público. Ao promover destinos e experiências, ajudam a intensificar o fluxo de turistas, o que pode acentuar o processo em determinados locais.

Nota: Adaptado por Barbosa (2024) a partir de Knafou (1996) e Taveira (2016).

Em Porto Seguro, as alterações decorrentes da expansão do processo de turistificação foram percebidas por meio de vários fatores, destacando-se o aumento excessivo dos preços de serviços e produtos locais; o crescimento populacional desordenado; a degradação ambiental; os conflitos sociais; a perda de identidade, provocada pela comercialização e espetacularização da cultura local; a especulação imobiliária, contribuindo para a gentrificação, pois, com o

aumento dos preços dos imóveis, dos produtos e serviços, os moradores se viram obrigados a deixar determinados locais, como, por exemplo, áreas adjacentes ao centro da cidade (Carvalho, 2008; Bispo, 2019; Carvalho & Santos, 2022; Oliveira, 2022). Diante disso, Bispo informa que:

As pessoas foram progressivamente se transferindo para os novos bairros que surgiam, enquanto o centro da cidade e área litorânea foram sendo ocupados por grandes grupos de investidores vindo sobretudo do sudeste do país (Bispo, 2019, p.41).

Diante das transformações expostas, as pessoas menos abastadas passaram a se concentrar na periferia da cidade, onde posteriormente surgiu o popular bairro conhecido como “Baianão”. Nesse sentido, em relação à produção do espaço em Porto Seguro, percebe-se uma dinâmica mercadológica fortemente criada para ser consumida e comercializada, visando atrair e atender meros consumidores (Carvalho, 2008). A ideia de um lugar “livre” e cheio de possibilidades ou de “um paraíso chamado Porto Seguro”, ficou apenas no imaginário das pessoas, sendo uma realidade quase que exclusiva daqueles que vivenciam a cidade como turistas. “Surge, assim, uma Porto Seguro onde indivíduos, à margem da estrutura montada pelo mercado turístico, encontram na atividade turística o emprego, mas não o direito à cidade” (Bispo, 2019). Tem-se, desse modo, uma cidade produzida para muitos, porém, consumida por poucos.

5.6 Instrumentos institucionais do planejamento e a gestão do patrimônio cultural

O objetivo desta seção é analisar as abordagens em relação às perspectivas decolonias dos instrumentos institucionais de planejamento e gestão, com foco nas implicações para o turismo e o patrimônio cultural. Verificaremos o Plano Diretor Municipal de Porto Seguro; o Plano Nacional de Cultura (PNC); o Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) e o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PTDSS).

O planejamento passou a ter grande importância nas políticas de desenvolvimento urbano, devido à necessidade de decidir e ordenar as ações futuras, buscando minimizar possíveis impactos negativos (Ferreira, 2019). É um instrumento político necessário para estruturar e organizar a tomada de decisões que afetam o futuro das cidades e dos indivíduos. Cabe destacar que “[...] o planejamento é um processo contínuo e renovável, ele ocorre no

período presente, resultante de um aprofundado estudo da realidade, com o intuito de ordenar ações que acontecerão em um momento futuro” (Braga, 2007, p.02).

No turismo, o planejamento é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento sustentável e o equilíbrio das atividades do setor.

O turismo planejado se constitui em uma importante opção para o desenvolvimento sustentável de uma região. As atividades turísticas organizadas em consonância com o respeito ao meio ambiente natural e cultural geram empregos e receitas e, conseqüentemente melhoram a qualidade de vida da comunidade (Ruschmann, 2004, p. 3).

O planejamento turístico, assim, ajuda a gerenciar recursos, preservar o patrimônio cultural e natural, melhorar a qualidade dos serviços e a infraestrutura para os turistas e moradores locais, e impulsionar o desenvolvimento econômico (Barretto, 1991). Em vista disso, o planejamento urbano emerge no Brasil por meio do Plano Diretor, definido como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, obrigatório para os municípios com mais de 20 mil habitantes (Brasil, 1988), que a cada dez anos precisa ser revisto pelos municípios.

O atual Plano Diretor Municipal Participativo de Porto Seguro foi aprovado pela Lei Orgânica do município n.º1511/19, de 20 de agosto de 2019. E tem como diretrizes gerais da política urbana:

- I – reversão do modelo excludente de apropriação e estruturação dos espaços urbanos, que resultou em espaços extremamente segregados nos aspectos sociais, econômicos e urbanísticos na Sede e Distritos onde o turismo se coloca como atividade predominante;
- II – integração social e urbanística das nucleações urbanas precárias;
- III – busca progressiva da inclusão social da população residente nas periferias da cidade, em espaços carentes de infraestrutura e serviços urbanos básicos;
- IV – valorização e proteção do patrimônio cultural;
- V – preservação, valorização e recuperação ambiental;
- VI – compensação pelos danos irreversíveis causados ao meio ambiente;

VII – democratização das instituições e participação social nas decisões sobre as políticas públicas e, sobretudo na gestão urbanística e ambiental, rompendo-se com a prática do clientelismo, do favor e de benesses ao setor privado;

VIII – orientação prioritária dos investimentos públicos para as demandas da população residente, revendo-se a política governamental em curso dirigida prioritariamente às demandas externas dos turistas (Porto Seguro, 2019, p.1-2).

Como fatores condicionantes para o cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana de Porto Seguro, destacam-se:

II – a preservação do patrimônio histórico, paisagístico e ambiental;

V – a reversão da estratégia de investimentos do Estado que privilegia historicamente a demanda externa, priorizando o atendimento da demanda local, na perspectiva de progressiva e continuada integração social e urbanística das áreas segregadas, em especial as localizadas na Cidade Alta (Porto Seguro, 2019, p.2 - 3).

Nota-se o destaque à valorização e proteção do patrimônio cultural e natural e a democratização, por meio da participação social nas decisões sobre as políticas públicas. O Plano também prevê a criação de um Conselho Cidade de Porto Seguro (CONCIDADE/PS), de caráter consultivo e deliberativo, para discutir proposições e projetos de desenvolvimento e acompanhamento da implementação do Plano Diretor e a criação de Conselhos Comunitários. Em relação à atividade turística, o Plano Diretor, no capítulo VII, artigo 21, destaca o eixo do Turismo Sustentável, abordando o turismo com foco na sustentabilidade, integração com a comunidade e no patrimônio cultural e natural; no eixo econômico, busca estimular o ecoturismo, bem como o turismo de natureza, rural, de lazer, religioso, histórico, de eventos, de negócios e de terceira idade. Dentre as diretrizes, evidenciam-se:

II – a promoção, a valorização e o aproveitamento sustentável do patrimônio natural, da paisagem, das Unidades de Conservação, das propriedades rurais, da diversidade cultural, respeitando a capacidade de suporte dos atrativos turísticos;

III – a criação de mecanismos que propiciem aos visitantes de Porto Seguro uma experiência vivencial educativa e de interação sociocultural harmônica;

VII – garantir a participação comunitária no processo de desenvolvimento do turismo, buscando soluções coletivas e pactuadas entre os diversos segmentos da sociedade (Porto Seguro, 2019, p. 21).

No que concerne às ações estratégicas descritas no eixo Turismo sustentável, observam-se alguns pontos-chave:

II – buscar construir uma nova imagem do destino no mercado turístico, por intermédio do *marketing* responsável, realçando seu diferencial de atrativos e sua responsabilidade socioambiental;

III – efetuar o levantamento de todos os atrativos turísticos naturais, históricos e culturais, regulamentar seu uso elaborar planos específicos de rotas, utilização e valorização dos atrativos turísticos;

IV – elaborar estudos sobre a viabilidade do turismo rural e sensibilização dos produtores rurais para o aproveitamento turístico de suas propriedades, como forma de incremento de renda;

X – garantir a dinamização do Museu de Porto Seguro, buscando novos atrativos e renovando as exposições;

XIII – implementação de programas de educação turística da população com a formação de guias e o melhor atendimento ao turista (Porto Seguro, 2019, p. 22).

Quanto ao eixo de povos e comunidades tradicionais, o artigo 23 do Plano estabelece ações estratégicas, como a promoção e a valorização das diferentes manifestações culturais e religiosas dos povos e comunidades tradicionais do município, bem como processos participativos de gestão compartilhada dos núcleos históricos e territórios tradicionais do município, tendo algumas diretrizes principais:

I – fomentar o bem-estar social, econômico e cultural destes povos e comunidades, tendo como base o respeito às diferenças e a seus direitos originários, bem como o direito de permanência e continuidade de ocupação das famílias nativas nos núcleos históricos e territórios tradicionais do município;

II – promover a melhoria das condições de habitabilidade dos povos e comunidades tradicionais em seus territórios, levando em conta as peculiaridades de suas culturas;

III – fomentar processos de gestão compartilhada com os povos indígenas e comunidades tradicionais visando à sustentabilidade e à conservação da sociobiodiversidade dos seus territórios;

IV – promover a redução do impacto das atividades antrópicas nas áreas degradadas e recuperar o passivo ambiental nos territórios tradicionais;

V – garantir a liberdade de culto e de todas as expressões culturais dos povos de terreiro e indígenas no município (Porto Seguro, 2019, p. 26).

O Plano Diretor desponta como uma alternativa de reverter o modelo urbanístico predatório e de exclusão em que o município se desenvolveu ao longo desses anos, privilegiando a atividade turística e os seus interesses em detrimento da população residente (Santos, 2017). Porto Seguro teve seu plano diretor aprovado somente em 2006, pela Lei n.º 651/06 de 17 de novembro de 2006, vigente por 13 anos, até a revisão do Plano em 2019, o qual ainda se encontra em vigor.

A comparação entre os documentos revelou mudanças pontuais na disposição e estrutura, porém a abordagem estratégica para o turismo e o patrimônio permaneceu substancialmente inalterada. A maior mudança do Plano atual em relação ao de 2006 foi a criação do Eixo “Turismo Sustentável”, que, apesar de ser uma das premissas em ambos os planos, o de 2006 não continha esse eixo específico. Além disso, ambos os planos preveem o rígido controle do patrimônio, seguindo a aplicação das normas e recomendações do IPHAN.

Nesse sentido, o atual Plano Diretor Municipal Participativo apresenta uma série de diretrizes e ações estratégicas interessantes e consistentes que são condizentes com as abordagens teóricas da vertente decolonial, conforme reforçam os escritos de Mignolo (2017b) e Walsh (2009), os quais discutem a necessidade de considerar novas formas de conhecimento que levem em consideração a diversidade de perspectivas e experiências, explorando novos paradigmas e abordagens para pensar o turismo.

As propostas indicam uma visão de turismo sustentável, educativa, participativa e colaborativa, que busca não somente promover o desenvolvimento econômico, como também a preservação cultural e ambiental, e o fortalecimento da comunidade, enfatizando a valorização da cultura local e reforçando o respeito à diversidade cultural.

É evidente que ainda há um longo caminho a ser percorrido em relação à perspectiva decolonial nas abordagens e discursos institucionais. Mais do que no discurso teórico, é preciso perceber na prática, no dia a dia do planejamento e desenvolvimento da atividade turística. Conforme observado no decorrer desta pesquisa e nos capítulos referentes ao patrimônio

cultural e aos desdobramentos da atividade turística, pouco se observa, na prática, a execução efetiva das propostas oportunamente citadas. E, a despeito das tentativas de reverter a desigualdade existente no município, resultados efetivos ainda não foram alcançados.

5.6.1 Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) e o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PTDSS)

No que se refere às políticas públicas para o planejamento turístico da Bahia, foi criado, em 2002, o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS). Reformulado em 2016, o documento

[..] visa ao planejamento do turismo de maneira sustentável, a curto, médio e longo prazos. Estabelece as bases para a definição de ações e prioridades após várias rodadas de oficinas públicas de debate e construção coletiva do planejamento, que também tem o objetivo de propor ações de infraestrutura turística e a criação de novos atrativos (Bahia, s.d).

A elaboração do PDITS foi um requisito fundamental para o ingresso do Estado da Bahia e da Costa do Descobrimento na segunda fase do PRODETUR/NE, e para as ações de investimento do programa (Santos, 2017), que prevê:

[...] ações para a melhoria do produto turístico, infraestrutura para avanços na urbanização e tratamento de resíduos sólidos, capacitação de mão de obra, preservação ambiental e estratégias de *marketing* promocionais. Ele deve ser utilizado para captação de recursos junto aos governos federal e estadual e organismos internacionais de desenvolvimento (Bahia, s.d).

A formulação do plano buscou atender às exigências e recomendações do PRODETUR, com propostas de desenvolvimento estratégico para os municípios que compõem as Zonas Turísticas da Bahia. O documento orientou o crescimento do setor de forma sustentável, associado à valorização cultural, preservação ambiental e participação comunitária (Xavier, 2016). Contudo, conforme observa Fazito et al (2017), a sociedade atual deturpou o conceito de desenvolvimento sustentável. Desse modo, o discurso em torno da sustentabilidade e proteção ambiental tornou-se “ambíguo, impreciso e genérico”. É preciso refletir o que de fato seria essa proposta de sustentabilidade.

Diante das análises das abordagens nos documentos institucionais, verifica-se a continuação da lógica colonial. Os discursos coloniais que moldaram a relação entre o capitalismo, o turismo e as comunidades locais continuam a reverberar nas práticas e nas narrativas atuais por meio da colonialidade do poder, saber e do ser (Quijano, 1999). A manutenção dessas abordagens perpetua visões estereotipadas e legitimam discursos que suavizam os reais e irreversíveis impactos causados pela colonização. O quadro (7) aponta as influências da herança colonial manifestada no contexto do PDITS de 2002 e do PTDSS 2016. Os planos reforçam a lógica do “descobrimento do Brasil” e atribuem uma importância e exaltação exagerada a esse fato, acrescentando, inclusive trechos da carta de Pero Vaz de Caminha no documento:

Quadro 7 -

Fragmentos dos conteúdos dos PDITS.

Planos	Fragmentos dos conteúdos
PDITS – 2002	“Polo Costa do Descobrimento”
PDITS – 2002	“A área abrangida pela Costa do Descobrimento apresenta inúmeros recursos e atrativos, tanto naturais como culturais, destacando-se os 165 km de extensão costeira e o <i>patrimônio histórico relacionado ao Descobrimento do Brasil</i> ”. (grifo nosso)
PDITS – 2002	Há de se destacar ainda o fato de os atrativos históricos terem uma grande importância para Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, por ser o <i>local do descobrimento do Brasil. A região se beneficia de uma divulgação permanente, e muito forte, que é realizada através dos livros didáticos e do ensino da História do Brasil</i> , realizado em todo o país, desde o ensino fundamental [...]”. (grifo nosso)
PDITS – 2002	“No município de Porto Seguro identificaram-se 12 atrativos e potencialidades histórico-culturais, <i>relacionados, sobretudo, ao período do Descobrimento do Brasil e aos primeiros séculos da colonização portuguesa no país</i> ”. (grifo nosso)
PDITS – 2002	“Deve-se notar também que, internacionalmente, os três municípios têm grandes oportunidades de projeção, pois, além do turismo de “sol e praia”, o <i>patrimônio histórico-cultural, oriundo do fato de a região ter sido palco do descobrimento do Brasil</i> , apresenta-se como fator de grande atratividade e diferencial na região”. (grifo nosso)
PTDSS – 2016	“O Território de Identidade <i>Costa do Descobrimento, habitualmente conhecido por ser terra mãe do Brasil, na qual sua belíssima paisagem viu a passar a esquadra de Cabral, quando disse a famosa frase “Terra à vista”, ao enxergar o Monte Pascoal, localizado em Porto Seguro</i> ”. (grifo nosso)

PTDSS - 2016	“Quando os <i>portugueses chegaram aqui</i> não encontraram ruas, estradas, pontes e outras construções humanas [...]” (<i>grifo nosso</i>)
PTDSS - 2016	“A partir do início da <i>povoação</i> na metade do século XVI [...]Várias outras explorações ocorreram, a partir daí, <i>chegando</i> lentamente portugueses com interesses nas novas terras”. (<i>grifo nosso</i>)
PTDSS - 2016	“[...] sendo construídos galpões para armazenamento e <i>proteger os portugueses</i> dos ataques indígenas e outros povos europeus, como Franceses e Holandeses que faziam ocupações constantes”. (<i>grifo nosso</i>)
PTDSS - 2016	“[...] <i>ocupação</i> europeia no Brasil [...]”. (<i>grifo nosso</i>)
PTDSS - 2016	“O território é <i>culturalmente diverso em decorrência do processo histórico de ocupação</i> ”. (<i>grifo nosso</i>)

Nota: Adaptado por Barbosa (2024) a partir de PDITS (2002;2016) e Ferreira (2019).

Os fragmentos apontados evidenciam a necessidade de uma “desobediência epistêmica” (Mignolo, 2017b) e de uma abordagem crítica e reflexiva perante o que se é mantido e legitimado enquanto discurso hegemônico nos instrumentos que regem planejamentos, ações e estratégias de planos de turismo e afins. No âmbito nacional, o Plano Nacional de Cultura (PNC) é um instrumento que orienta a formulação de políticas culturais. O plano de 2010, válido até 2024, apesar de propor a descentralização da implementação das políticas públicas de cultura, e ter desempenhado um papel importante na promoção e preservação da cultura, precisa ser reformulado para acompanhar as mudanças e tendências globais e comunitárias, sobretudo, alinhar-se com uma abordagem teórica decolonial e desvencilhar-se de vez de qualquer resquício colonial em sua abordagem.

A proposta do novo Plano Nacional de Cultura Participativo demonstra encaminhar-se para esta direção: “Garantimos a descolonização das políticas de patrimônio e memória do Plano Nacional de Cultura” (Brasil, 2024). E, sem dúvidas, para além disso, é necessário que a gestão em curso esteja de fato alinhada com essa perspectiva. Caso contrário, de nada adianta tais esforços.

5.6.2 Materiais de promoção turística e redes sociais

Com a rápida expansão de serviços de informação no ambiente *on-line*, as mídias sociais tornaram-se importantes ferramentas para a divulgação e promoção de destinos turísticos (Silveira, Pereira & Limberger, 2021). Nesse cenário tecnológico atual onde as mídias sociais

se tornaram companheiras do turismo, o poder público local aproveita para se posicionar na *web* promovendo destinos, divulgando informações, eventos e interagindo com o público através das publicações (Perinotto et al., 2020).

Dentre as principais ferramentas de comunicação utilizadas, analisou-se o *Instagram* da Secretaria Municipal de Turismo, por ter maior engajamento e fluxo de postagens, bem como o *site* oficial Secretaria e o da Prefeitura, verificando os conteúdos mais adequados aos objetivos da pesquisa, bem como a sua padronização e as abordagens utilizadas do ponto de vista colonial e decolonial.

Figura 8 -

Instagram da Secretaria Municipal de Turismo.



Nota: Print screen retirado da página oficial da Secretaria Municipal de Turismo (2024).

O *Instagram* contém publicações diversificadas, desde conteúdos informativos sobre a cidade e os distritos que a compõem até os eventos que celebram alguma data comemorativa. Ao examinar os materiais mais recentes, de 2021 a 2024, período de atuação da atual gestão municipal, destacam-se alguns conteúdos, como este postado no dia 22 de abril de 2024, que “*comemora*” os 524 anos da “*chegada dos portugueses e do encontro com os povos originários*” – figura (9). O conteúdo da postagem reforça essa narrativa como um marco positivo.

Diante desta postagem, logo veio à luz um trecho específico do samba-enredo da escola de Samba Estação Primeira de Mangueira (RJ) de 2019, que traz uma narrativa da cultura brasileira que se contrapõe à tradicional (Dorneles, 2019), a partir de referências que comumente não são aprendidas nas escolas: “*Com versos que o livro apagou, desde 1500, tem mais invasão do que descobrimento*”.

Percebe-se uma abordagem inteiramente colonialista, visto que romantiza e legitima a colonização e seus desdobramentos violentos, ignorando os impactos destrutivos causados, especialmente aos povos originários. Além do mais, “celebrar” 524 anos de Brasil contando a partir da invasão em 1500 implica que o Brasil tenha “nascido” efetivamente com a colonização. É notório que essa narrativa, acentuada com a intensificação do turismo a partir da década de 1970, persiste até hoje, reverberada pelo turismo e pelas instâncias de poder responsáveis pelo planejamento e pela promoção da atividade.

Muito embora algumas publicações utilizem uma linguagem que visem valorizar às contribuições dos povos originários ou destacar a diversidade cultural, elas continuam reproduzindo narrativas romantizadas e enviesadas pelo contexto colonial. Para se desprender dessas amarras, é necessário um exercício diário de reconstrução de diálogos e comportamentos que, há séculos, ajudaram a oprimir e silenciar essa memória. As publicações dos anos anteriores, referentes ao dia 22 de abril também reproduzem o mesmo discurso. E exaltam a invasão de Pedro Álvares Cabral, como é possível observar nas figuras a seguir:

Figura 9 -

Publicação do “aniversário do Brasil” (2024).



Nota: Print screen retirado do Instagram oficial da Secretaria Municipal de Turismo (2024).

Figura 10 -

Publicação do “aniversário do Brasil” (2021).



Nota: Print screen retirado do Instagram oficial da Secretaria Municipal de Turismo (2024).

Figura 11 -

Publicação sobre a Cidade Histórica (2022).

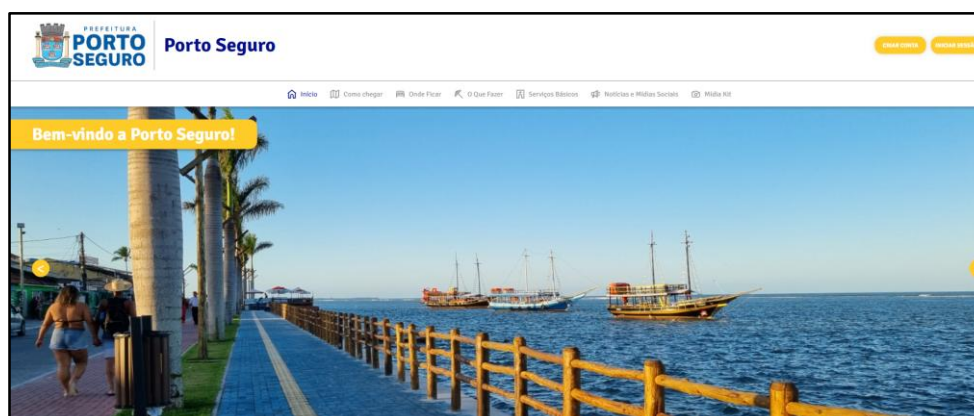


Nota: Print screen retirado do Instagram oficial da Secretaria Municipal de Turismo (2024).

Os materiais de promoção turística apresentam a padronização das abordagens que o setor de comunicação utiliza nos canais das mídias e *sites* oficiais. Analisando o *site* oficial da Secretaria Municipal de Turismo, ainda se percebe a predominância do discurso colonial no conteúdo turístico formatado e comercializado amplamente. Logo no início da página, é possível perceber um compilado de atalhos que fornecem dicas de onde ficar, do que fazer na cidade, notícias da cidade, e programações em geral. No atalho de dicas sobre o que fazer, um deles indica como opção de passeio o “Trevo do Cabral”, na descrição, exaltam Pedro Álvares como “descobridor” (figura 13).

Figura 12 -

Site oficial da Secretaria Municipal de Turismo.



Nota: Print screen retirado do site oficial da Secretaria Municipal de Turismo (2024).

Figura 13 -

Site oficial da Secretaria Municipal de Turismo.



Nota: Print screen retirado do site oficial da Secretaria Municipal de Turismo (2024).

A figura (13) retrata mais um marco explícito do colonialismo que recebe destaque na cidade. Ademais, também foi analisado o *site* da Prefeitura Municipal, o qual dispõe de uma série de informações sobre a cidade, sua história, sobre os serviços e demais assuntos. No *site*, a história da cidade começa a ser contada somente a partir da sua emancipação que, do ponto de vista político, é considerado um marco importante, mas não é, de fato, o ponto de partida inicial. A história de Porto Seguro é complexa e envolve diversos fatores políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais ao longo do tempo.

Coutinho e Nóbrega (2019) discutem sobre os desafios atuais da governança no turismo, enfatizando o papel essencial do Estado e os dilemas de uma governança fragmentada, pouco sistematizada e centrada, dirigida, especialmente, a interesses privados (gestores e empresários), em vez do coletivo (população). Nesse contexto, o que se percebe é a dificuldade de superar abordagens e discursos hegemônicos enraizados que foram utilizados no processo de construção identitária para a divulgação e promoção do destino.

SEÇÃO 6 - ANÁLISE DAS NARRATIVAS DECOLONIAIS NO TURISMO E NO PATRIMÔNIO CULTURAL DE PORTO SEGURO

6.1 Descrição empírica - diários de campo

Para a pesquisa de campo, empregou-se a técnica de coleta de dados por meio da observação participante, com o subsídio de um roteiro semiestruturado e a elaboração de diários de campo. O objetivo consistiu em verificar as dinâmicas diárias do Centro Histórico, com foco nas atividades dos turistas e seu comportamento; organização, limpeza, segurança do espaço; mobilidade; visitação e funcionamento das igrejas e museus, bem como a ocorrência de eventos. Depois da elaboração do roteiro, as visitas foram iniciadas na primeira semana de janeiro, em virtude da alta temporada. Os meses de janeiro e fevereiro foram os mais movimentados. Durante as manhãs, entre 8h30 e 9h, a presença de turistas e visitantes era intensa e o estacionamento era tomado por *vans*, ônibus de excursão e carros particulares. À tarde, o movimento diminui bastante, as barracas fecham, porém, as lojas ficam abertas até 16h/17h.

Quando chegavam, as pessoas se deslocavam entre as barracas presentes na entrada, ao lado do estacionamento. Alguns grupos seguiam acompanhados pelos guias de turismo, que explicavam brevemente sobre o local e os monumentos. Algumas famílias, casais e pequenos grupos de amigos se aventuravam sozinhos, enquanto parte deles adquiria os serviços dos condutores locais, um grupo criado pela Associação de Moradores da Vila da Cidade Histórica.

Foto 18 -

Estacionamento do Centro Histórico.



Fonte: Barbosa (2024).

Foto 19 -

Grupo de turistas em janeiro de 2024.



Fonte: Barbosa (2024).

Durante as primeiras visitas, a pesquisadora buscou observar a interação dos turistas entre si e o seu comportamento durante o passeio. Posteriormente, foi se aproximando dos grupos para tentar ouvir a explanação dos guias e os comentários. Era possível notar o

desconforto e o desinteresse de alguns visitantes, que logo perguntavam quando iriam para a praia. Alguns acabavam se dispersando, procurando sombras enquanto aguardavam o final do passeio para retornar ao ônibus, ou buscando locais “*instagramáveis*”²⁵ para as melhores fotos e registros. Ainda assim, uma pequena parcela demonstrava interesse pelo passeio e pelas explicações dos guias. Por conta do fechamento dos equipamentos históricos e culturais, como os museus e as igrejas, os turistas não tinham a oportunidade de explorar e apreciar os locais.

Alguns guias não explicavam o motivo do fechamento, enquanto outros mencionavam que, desde a pandemia, os equipamentos haviam sido fechados para reforma. Sobre essa questão, a pesquisadora conversou com comerciantes, vendedores ambulantes e alguns condutores para perguntar sobre o fechamento e como isso afetava as visitas. A maioria demonstrava insatisfação e apontava que a situação era um pouco prejudicial, pois reduzia o tempo de permanência das pessoas no local. Além disso, havia aqueles que sequer entravam nas lojas e restaurantes devido ao tempo curto.

Foto 20 -

Casa de Câmara e Cadeia, atual Museu de Porto Seguro.



Fonte: Barbosa (2024).

²⁵ O termo refere-se à caracterização de algo que pode ser postado nas redes sociais, como um objeto ou ambiente, utilizado para criação de conteúdo.

Foto 21 -

Capela de São Benedito.



Fonte: Barbosa (2024).

Foto 22 -

Igreja da Misericórdia e Museu de Arte Sacra.



Fonte: Barbosa (2024).

Com o passar das semanas e o aumento do fluxo de visitantes, a Igreja Nossa Senhora da Pena e a Capela de São Benedito passaram a ser abertas das 9h às 12h, permitindo a visita

durante a semana. Aos domingos, às 10h, a Igreja da Pena abria para a realização da missa, com a presença de fiéis e alguns turistas que se aproximam brevemente.

Sobre as referidas igrejas, é interessante compreender e analisar a influência do período colonial refletido nas fachadas e arquitetura no estilo barroco. Ao mesmo tempo que se identifica o processo colonizador, existe a hibridação cultural (Burke, 2003), manifestada em determinadas práticas e tradições ocorridas em frente às igrejas, que evidenciam a resistência da cultura afrodescendente, como foi na época do Cucumbi dos escravos e como tem sido com a celebração de Cosme e Damião, a distribuição do Caruru e a Lavagem da Escadaria do Centro Histórico.

Em relação à visita, um ponto marcante para os turistas é a degustação do acarajé, cocadas e sucos de frutas locais, como o famoso “morangola” – uma mistura de suco de graviola com morango –, além da tradicional roda de capoeira.

Foto 23 -

Capela de São Benedito aberta para visita.



Fonte: Barbosa (2024).

Foto 24 -

Degustação de Acarajé.



Fonte: Barbosa (2024).

Foto 25 -

Igreja Nossa Senhora da Pena aberta para visitação.



Fonte: Barbosa (2024).

Entre 10h e 11h, os turistas e visitantes eram convidados a assistir a uma apresentação promovida por dois grupos da região: o Grupo de Capoeira Arte Brasil e o Grupo de Capoeira Gunga Iê, que se revezam nos dias de *performance*.

Foto 26 -

Grupo de Capoeira Arte Brasil.



Fonte: Barbosa (2024).

Foto 27 -

Grupo de Capoeira Gunga Iê.



Fonte: Barbosa (2024).

Durante o período inicial de visitação, no fim de janeiro, foi realizada a celebração de casamentos coletivos, uma iniciativa promovida pela Prefeitura do Município. Em fevereiro, destacou-se a Primeira Lavagem da Escadaria do Centro Histórico, um evento que comemorou o dia de Iemanjá, rainha das águas para as religiões de matriz africana. A celebração foi inédita para a sede do município, visto que, tradicionalmente, o foco das celebrações para a orixá sempre esteve no distrito de Arraial D'Ajuda. Em 2023, foi criado o Projeto de Lei n.º 082/2023²⁶, que reconhece a Lavagem da Escadaria do Centro Histórico como patrimônio imaterial de Porto Seguro.

A lavagem foi idealizada pela ONG Semente e contou com o apoio da Prefeitura, das Secretarias de Turismo e de Cultura. Para dar início à celebração, grupos de Samba de Roda se apresentaram para o pequeno público presente, composto por moradores locais e poucos turistas. Em seguida, houve apresentações de grupos afros e, posteriormente, a celebração de uma missa na Capela de São Benedito, onde devotos e candomblecistas se reuniram. Ao final da missa, a maioria dos presentes se dirigiu para a Lavagem, seguida pelo cortejo em homenagem a Iemanjá.

A programação foi divulgada na plataforma *on-line Instagram* em 26 de janeiro, por meio das páginas oficiais da Prefeitura e da Secretaria de Turismo. Embora a participação popular não tenha sido ampla, o evento marcou o início de uma celebração que valoriza a diversidade histórica e cultural local, incentivando o respeito e a interação entre as diferentes comunidades religiosas.

²⁶Ata da Sessão Extraordinária - 13º Sessão Ordinária em 26 de outubro 2º Período Legislativo do ano de 2023. Ver em: <https://www.cmps.ba.gov.br/wp/atas/>.

Pautas da Sessão: <https://www.cmps.ba.gov.br/wp-content/uploads/2023/10/Pauta-da-13a-Sessao-Ordinaria-26-de-outubro.pdf>.

Foto 28 -

Apresentação de Samba de Roda.



Fonte: Barbosa (2024).

Foto 29 -

Missa na Capela de São Benedito.



Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Seguro (2024).

Foto 30 -

Lavagem da escadaria e cortejo.



Fonte: Barbosa (2024).

O decorrer dos meses foi marcado por oscilações no fluxo de turistas, com alguns dias mais movimentados e outros quase vazios. Quanto aos transportes, *vans* e ônibus de excursão chegavam com menos da metade da ocupação, já que muitos turistas optavam por outros passeios, conforme relatos de guias e motoristas. Diferentemente dos meses de alta temporada, a manutenção e a limpeza do Centro Histórico deixaram de ser constantes. Observou-se o crescimento da grama e lixo espalhado no local, evidenciando que a manutenção só seria retomada próximo às datas de feriados.

Nos demais meses, houve oscilações no fluxo turístico, sendo os finais de semana, especialmente os domingos, os dias de maior movimentação no Centro Histórico. Além disso,

destacaram-se eventos e celebrações, como a Festa de Nossa Senhora Pena, Padroeira da Cidade, acompanhada de novenas e uma feira, uma exposição de arte no Museu de Porto Seguro, ocorrida do dia 16 de setembro ao dia 4 de outubro de 2024, a celebração de São Cosme e Damião e o Festival “Viva Luiz”, que ocorreu em novembro, dos dias 15 a 17. O festival é uma homenagem a Luiz Gonzaga, considerado o “Rei do Baião” e celebra a cultura nordestina com apresentações musicais, feira de artesanato e literatura, além de comidas e bebidas típicas. O evento conta com o apoio da Prefeitura, das secretarias municipais de Turismo, de Cultura e da secretaria de Cultura da Bahia.

Depois do festival, o restante do mês de novembro apresentou um movimento mediano, padrão, que permaneceu até meados do mês de dezembro, quando a alta temporada ainda não havia iniciado. Nos fins de semana, no entanto, o movimento aumentava de forma significativa e, além da presença de turistas, era possível observar a presença de moradores locais realizando piqueniques, caminhando ou meditando. Com a chegada do verão, acompanhado do período de alta temporada, o final do mês de dezembro e início de janeiro de 2025 registrou um aumento significativo no fluxo turístico do Centro Histórico, com turistas que visitavam o local e faziam seus registros fotográficos.

Foto 31 -

Exposição de arte – Mestres da Bahia.



Fonte: Barbosa (2024).

Foto 32 -

Festival Viva Luiz.



Fonte: Barbosa (2024).

6.2 City tour - roteiro em grupo

Nesta seção, buscou-se, por meio das observações realizadas durante o roteiro, identificar como ele era apresentado, quais atrativos e elementos eram destacados, as referências utilizadas e os personagens históricos locais mencionados, assim como o comportamento e a fala dos guias e dos turistas. As percepções, práticas e discursos dos guias de turismo, em muitos casos, reproduzem a história contada pelos livros e pelo que é considerado oficial, negligenciando, assim, a trajetória de determinadas populações (Martins, 2022).

O roteiro em grupo com a agência foi realizado no dia 19 de outubro de 2024, às 7h50. O roteiro comercializado inclui transporte ida e volta do hotel, acompanhamento de guia local contratado pela agência e uma visita à praia de Taperapuã depois da visita ao Centro Histórico. O grupo era composto por 16 pessoas, incluindo o guia e o motorista, sendo 8 mulheres e 8

homens. Estavam presentes 3 pessoas pardas, 1 pessoa negra e 12 pessoas brancas. Quanto à origem, os turistas eram oriundos das regiões Sul e Sudeste do Brasil.

O roteiro iniciou-se ainda no estacionamento, com a apresentação de uma caixa d'água que exibe um trecho da carta de Pero Vaz de Caminha. Logo no começo, o guia explicou ao grupo que seus discursos e relatos estavam alinhados a alguns livros de historiadores baianos, além das informações já conhecidas sobre a história de Porto Seguro. Além disso, informou que o passeio não se estenderia por mais de uma hora e que as explicações seriam breves, visto que o grupo ainda iria para a praia depois. Depois desse momento introdutório, o passeio prosseguiu em direção a um dos poucos remanescentes da árvore de pau-brasil no Centro Histórico. Nesse ponto, o guia mencionou a extração da madeira pelos portugueses para fins comerciais, porém, em seguida, corrigiu sua fala, substituindo o termo “extrair” por “pegar emprestado”, justificando de maneira descontraída que poderia haver algum português ou descendente presente no grupo. As pessoas apenas deram risada dessa fala.

Foto 33 -

City tour em grupo.



Fonte: Barbosa (2024).

O *City Tour* tem como foco as histórias dos monumentos dos séculos XVI a XVIII, como as igrejas, o Marco de Posse e o conjunto de casas coloridas. Durante o percurso, são abordados tanto o passado histórico e colonial quanto as informações mais recentes sobre o local. O roteiro também inclui a degustação de cocadas e uma apresentação de capoeira. Entre os atrativos visitados, destacam-se a casa do Ouvidor, que foi residência dos antigos jesuítas na primeira metade do século XVIII (IPAC, 1988). Depois da expulsão dos jesuítas, a casa serviu de residência para os ouvidores, que eram considerados juízes de primeira instância durante o período das capitanias hereditárias; e a casa da família do Doutor Antônio Ricaldi, primeiro médico de Porto Seguro, construída em 1885. Conforme relatos do guia e da comunidade local, o médico era conhecido como um benfeitor, que atendia gratuitamente a população e aceitava apenas alguns agrados, como frutas ou galinhas, em forma de agradecimento. Na cidade, o Doutor Antônio Ricaldi é homenageado como uma figura marcante da história local. Seu nome foi atribuído a uma escola localizada no centro da cidade e também denomina a rua principal do Centro Histórico.

Ao longo do percurso, não houve muitas perguntas ou pausas fora do previsto. De acordo com o guia, ao final do *tour* o grupo seria liberado para tirar fotos, entrar nas igrejas – pois durante o passeio apenas foi possível visualizar apenas a parte externa –, bem como para realizar compras nas barracas e lojas de suvenires. Como última etapa do passeio, o grupo visitou uma barraca de cocadas típicas e de chocolates artesanais produzidos com cacau. Durante essa parada, o guia incentivou os turistas a provar o cacau em suas diferentes formas e a degustar as cocadas. Foi nesse momento que ocorreu a situação mais constrangedora de todo o roteiro, pois no momento da demonstração de como e onde as sementes de cacau eram moídas para mostrar o aroma que exalava depois do processo, o guia fez um pedido inesperado ao grupo: que todos cantassem a música tema da novela “Escrava Isaura”, “Retirante – Vida de Negro”. O grupo riu e cantarolou a letra “lerê, lerê”, acompanhando com palmas e mais risos. Por fim, os turistas foram liberados por 10 minutos para compras, tirarem fotos ou acompanharem uma apresentação de capoeira que estava acontecendo. Depois, seguiram para a praia de Taperapuã, onde o passeio foi finalizado.

Esta situação demonstra como o turismo é parte fundamental de um sistema que reproduz estruturas coloniais de poder (Quijano, 2007) e de saber (Mignolo, 2020), ao passo que abre espaço para uma análise que corrobora decolonizar tais atitudes e práticas. A naturalização destas carregam significados e simbologias históricas que denotam a continuidade da colonialidade e a maneira como são moldadas as relações culturais e sociais no contexto turístico. Faz-se importante questionar atitudes que costumam ser normalizadas, nesse

caso, por guias e turistas. Diante disso, a ótica decolonial emerge como uma ferramenta que possibilita romper com padrões e princípios epistemológicos coloniais.

Foto 34 -

City tour em grupo – degustação.



Fonte: Barbosa (2024).

6.2.1 City tour – roteiro privativo

No dia 27 de outubro de 2024, foi realizado um *city tour* privativo com uma guia nativa de Porto Seguro, que possui 15 anos de experiência e reside no Centro Histórico. O passeio começou às 10h00, no estacionamento, especificamente no mesmo local do roteiro anterior, junto à caixa d'água. Posteriormente, o *tour* prosseguiu em direção à Capela de São Benedito, onde a guia explicou um pouco sobre a história do Santo, as características da igreja e das imagens sacras presentes no altar e o funcionamento atual da Capela, que realiza missas apenas mediante marcação e autorização da paróquia. A guia também abordou as ruínas do antigo colégio jesuíta, localizadas na área externa, ao lado da Capela.

Foto 35 -

City tour privativo.



Fonte: Barbosa (2024).

Foto 36 -

Artesanato local.



Fonte: Barbosa (2024).

No mesmo espaço, é possível avistar os casarios coloridos, que, em sua maioria, ainda são habitados e também utilizados como pontos comerciais. Durante o passeio, a guia mencionou o nome de alguns antigos moradores, como a família Ricaldi. Uma informação específica compartilhada pela guia neste *tour*, e que não foi dita no anterior, é que, há muitos anos, a casa da família Ricaldi já foi aberta à visitação como uma espécie de museu da família. Contudo, segundo o relato, o atual proprietário não demonstra interesse em manter a casa aberta ao público, e o local permanece fechado desde então.

Ao longo do passeio, a guia fazia observações sobre os monumentos e também compartilhava histórias pessoais de sua infância e juventude na antiga vila. Conforme relatado, na juventude, ela chegou a participar de celebrações promovidas pelos moradores, como a puxada de rede, a marujada, os mascarados e a festa dos negros, realizados em janeiro, no dia de São Benedito. Segundo ela, essas tradições se perderam ao longo do tempo, principalmente por questões políticas, já que os gestores locais não ofereciam espaço e nem incentivo para os grupos culturais da cidade. Além disso, o falecimento de alguns organizadores contribuiu para esse declínio, considerando que muitos de seus descendentes não demonstraram interesse em dar continuidade às tradições culturais da família.

Foi possível visitar todos os monumentos que estavam abertos, incluindo a Igreja Nossa Senhora da Pena, que, no dia da visita, estava realizando uma missa, repleta de fiéis e turistas que entravam brevemente para acompanhar. Além disso, foi possível conhecer algumas figuras marcantes do Centro Histórico, como a vendedora de acarajé mais antiga do Centro Histórico, que mantém sua barraca há 30 anos. A guia também compartilhou histórias pessoais, como a do avô, Antônio Tito, um homem muito conhecido e respeitado na cidade pelo seu trabalho e jeito de ser. Ele fabricava sandálias de borracha e, em sua homenagem, há uma rua na cidade que leva seu nome: Rua Antônio Tito. Ao final do roteiro, ainda foi possível assistir uma apresentação de capoeira que estava ocorrendo naquele no momento.

Foto 37 -

Missa na Igreja Nossa Senhora da Pena.



Fonte: Barbosa (2024).

Finalizados os roteiros, o que se percebe é uma diferença entre as vivências em grupo e de maneira privativa. Em relação ao passeio em grupo, é evidente uma postura e um discurso construído para atender aos interesses comerciais. Enquanto o passeio privativo possibilita uma conexão mais profunda e imersiva com a história e cultura local, levando a acessar, muitas vezes, informações que não são encontradas em livros ou na memória e história de Porto Seguro.

Depois dessa etapa, iniciaram-se as entrevistas com os referidos participantes. As entrevistas semiestruturadas complementaram as informações obtidas durante as observações. Dessa forma, as observações participantes foram realizadas durante os meses de janeiro de 2024 a janeiro de 2025, e as entrevistas realizadas entre os meses de fevereiro, março, abril, outubro

e novembro, com aplicação dos roteiros anexos nos apêndices (A, B, C, D, E, F, G). As identidades dos entrevistados não são reveladas, mas identificadas por números de 1 a 10.

Sobre o discurso dos guias: ao final do passeio, foi possível conversar brevemente com o guia contratado pela agência de receptivo responsável pelo *city tour* em grupo. Ele comentou que, nos últimos cinco anos, tem buscado adaptar e modificar sua abordagem para atender às mudanças da demanda turística. No entanto, destacou as dificuldades enfrentadas, especialmente quando os passeios são em grupo, pois, segundo ele, muitos turistas não demonstram o devido interesse pelo passeio cultural, priorizando o término rápido para focar outras atividades na cidade.

Sobre isso, um dos responsáveis pela agência de receptivo (entrevistado 8) apontou que, em geral, as agências não têm como prioridade a promoção de passeios culturais, partindo da percepção de que os visitantes buscam predominantemente “festas, badalação e praia”. Assim, gera dificuldades para comercializar o *city tour* e evidencia o desafio de valorizar e promover a cultura do destino dentro de um modelo turístico amplamente voltado ao lazer e ao entretenimento.

A guia do passeio privado (entrevistada 10) relatou que frequentemente atende grupos do segmento de turismo pedagógico, então necessariamente adapta seu discurso para esse público. Durante suas explicações, busca enfatizar as contribuições e participações dos povos indígenas e negros na história de Porto Seguro, na tentativa de desconstruir a exaltação aos invasores portugueses. Contudo, apesar do esforço para ajustar o discurso, para torná-lo mais alinhado com uma perspectiva atual e decolonial, ainda foi possível identificar falas com fragmentos de narrativas coloniais, como a afirmação de que “a colonização teria trazido coisas boas também”.

Em outro momento das observações, durante a explanação de duas guias para um grupo de turistas, o acarajé, patrimônio imaterial, foi referido como “*Big Mac Baiano*”. Enquanto alguns turistas riram, dois idosos que passavam balançaram a cabeça em uma aparente reprovação à fala. Comentários como esse reforçam a deslegitimação de elementos símbolos da identidade cultural e histórica afro-brasileira. Sobre posturas desse tipo, a coordenadora do curso de guias do SENAC destacou que a instituição busca desconstruir a figura do “guia engraçado”, do contador de histórias e piadas que possam soar pejorativas ou desrespeitosas. Ela enfatizou que essas práticas deturpam e contribuem para espetacularizar a cultura, afastando-a de sua essência e sentido.

[...] até na própria sala de aula, algumas pessoas que achavam normal, né?! Muita gente já está envolvida no turismo. Acha normal porque o guia que trabalha há cinquenta anos sempre passou essa informação, porque os turistas achavam engraçado, e eles sabem hoje que não é dessa forma, que você vai ter muito mais credibilidade ao passar a informação correta (Entrevistada 5, 2024).

Os relatos sobre manifestações culturais que contavam com a participação e organização de negros escravizados e libertos, como a festa de São Benedito e a Marujada, revelam o distanciamento e o silenciamento dessas informações em relação à população. Nesse contexto, os conceitos de colonialidade do poder, do saber e do ser oferecem contribuições importantes para compreender esse distanciamento e os fatores que levaram ao seu enfraquecimento, e, em seguida, à extinção dessas celebrações. O enaltecimento da lógica eurocêntrica, centrada na valorização de saberes e tradições europeias, contribuiu para a subalternização dos conhecimentos e tradições das culturas afro-brasileiras, que foram historicamente marginalizadas por não se alinharem ao ideal colonial (Quijano, 2007; Maldonado-Torres, 2009; Mignolo, 2020).

6.3 - As narrativas das entrevistas: características de Porto Seguro como destino turístico

No decorrer do processo de consolidação do turismo como principal atividade econômica da cidade, o turismo de sol e praia se firmou como a maior motivação de visitação dos turistas. Ao analisar as características da atividade turística ao longo dos últimos 30 anos, Porto Seguro se destaca como um destino predominantemente voltado ao turismo de massa. Essa tipologia é evidenciada pelo expressivo fluxo de visitantes, sustentado por uma infraestrutura que busca atender às demandas de um público amplo e diverso.

O turismo de massa está conectado ao espaço urbano por uma relação de influência mútua: ele transforma e é transformado pelas características da infraestrutura local, molda o desenvolvimento urbano e impacta as dinâmicas sociais, econômicas e culturais onde ocorre (Fonseca et al., 2022). Contudo, um aspecto importante a ser destacado, é que, apesar da presença dominante dos turistas de massa, tem-se observado, aos poucos, a diversificação do perfil e do interesse dos visitantes, ainda que sol e praia sejam os centrais. A entrevistada 2, superintendente da Secretaria de Turismo e guia atuante na região há 26 anos, destaca:

A gente percebeu a mudança do público. Antigamente, Porto Seguro era mais assim, um lugar para o pessoal que vinha para agito, para “noitar”, para festas, né?! E curtir a praia, mas o objetivo principal não era só a praia, né?! Era uma badalação. E hoje a gente tem um público mais família, que engloba, na verdade, todas as idades. A gente tem todos os perfis, e a gente consegue atuar com todas essas pessoas. Então, o turismo se profissionalizou muito nesses quase 30 anos que eu moro aqui (Entrevistada 2, 2024).

O entrevistado 3, superintendente da Secretaria de Cultura, reforça essa percepção ao relatar que houve um processo de modificação significativo do público e sobretudo do turismo. Ele destaca a diversidade e versatilidade do destino, capaz de atender às demandas dos novos perfis de turistas e visitantes e apresentar um alto índice de retorno, de acordo com dados obtidos pelas *On-line Travel Agencies* (OTAs) que atuam na região. Atualmente, a cidade recebe, além do público jovem, famílias, casais, grupos e excursões.

O mais interessante do caso de Porto Seguro é que, por ser um destino extremamente diversificado, é um destino polivalente. Nós temos também uma grande gama e diversidade do próprio turista. Nós temos, por exemplo, o turista que vem em busca do sol e praia, o turista mais jovem da sua primeira viagem, mas nós temos também o turista que vem com a sua família. Então a própria polivalência e destino, nos dita como regra a polivalência do nosso turista. Nós temos também uma grande qualidade, que mais ou menos 80% das pessoas que visitam a gente retorna. Então, isso é uma qualidade excepcional do destino (Entrevistado 3, 2024).

A entrevistada 1, guia de turismo há 10 anos, destacou as mudanças no turismo depois da pandemia da Covid-19, especialmente no perfil do turista que visita o destino, ainda que timidamente. De acordo com Soares, Castro Gabriel e Romo (2020), a pandemia gerou impactos significativos no comportamento do turista brasileiro, revelando o aumento no interesse pela cultura e pelo patrimônio dos lugares visitados.

Nós tivemos uma mudança muito grande depois de ter passado pela pandemia [...] o turismo de sol e praia é o mais forte aqui da nossa região, e nós, com isso, tentamos inserir a história. Num primeiro momento, não é bem a história que eles procuram. São pequenos grupos específicos que procuram, alguns até quase não sabem, ou sabem muito pouco do que é a cidade do descobrimento (Entrevistada 1, 2024).

Cada ano que passa aumenta a quantidade de visitantes. Um tempo atrás a qualidade também das pessoas que visitam melhorou, principalmente as pessoas que procuram o museu, procuram o centro histórico com essa finalidade da cultura (Entrevistado 6, 2024).

A entrevistada 1 relatou que, inicialmente, os turistas demonstram maior interesse pelo segmento de sol e praia. Contudo, ao receberem explicações sobre a história local pelos guias, passam a apreciar mais a experiência, percebendo aspectos interessantes e adquirindo uma nova compreensão sobre o destino. O resultado, geralmente, é uma vivência rica e gratificante, que leva os visitantes a apreciar e valorizar a oportunidade de enxergar o lugar sob “outro olhar” (Entrevistada 1). No entanto, a realidade turística do município reflete a predominância do turismo de massa, com forte ênfase no segmento de sol e praia. “É como é caracterizado. Isso é uma caracterização feita na época pela Bahiatursa e pelo PRODETUR”, comentou o entrevistado 4, guia de turismo há 27 anos.

Durante as observações, foi possível constatar a carência de políticas públicas consistentes para a conservação do patrimônio histórico e cultural. Muito embora tenha sido mencionado o crescente interesse pela cultura e pelo patrimônio local, a realidade dos museus evidencia desafios consideráveis no que diz respeito à sua conservação e manutenção. Os dois museus do Centro Histórico permanecem fechados, um deles voltou a ser reaberto apenas para exposições, conforme já mencionado. O museu de Arte Sacra, por sua vez, passou por reformas estruturais devido às condições inadequadas de preservação. Tais fatores comprometem a experiência do visitante, assim como a valorização da história local.

Sobre o fechamento dos museus, os guias entrevistados lamentaram a situação e destacaram os impactos negativos na dinâmica das visitas. O entrevistado 7, guia desde 2001, relatou que, em alguns casos, a situação se torna constrangedora, especialmente ao atender grupos de turistas interessados em conhecer a história local e explorar os museus e as igrejas. O fechamento desses espaços, portanto, compromete a experiência cultural e histórica do visitante e reduz a possibilidade de conexão mais profunda com o patrimônio.

É bem ruim porque não tem um padrão. A gente nunca sabe quando está aberto. É muito chato e vejo a frustração também do pessoal, muitos que têm interesse em conhecer por dentro e encontrar uma igreja fechada (Entrevistado 7, 2024).

O gestor do Centro Histórico destacou a urgência da reabertura dos museus como uma medida para impulsionar o turismo e aumentar a visitação no local. Segundo ele, “precisa repaginar o contexto do museu, principalmente o do descobrimento; a casa colonial que está reformando agora para reabrir; a Misericórdia que está fechada tem mais de anos e não reabriu” (Entrevistado 6, 2024). Diante do contexto, o superintendente da cultura afirma que todas as medidas para a reabertura dos equipamentos estão sendo implementadas desde o início da atual administração municipal, a qual iniciou o seu mandato em janeiro de 2021.

O superintendente descreveu o estado lamentável dos equipamentos, mencionando que o Museu de Arte Sacra e o antigo Museu do Descobrimento, atual Museu de Porto Seguro, estavam ambos abandonados, deteriorados, com a “museografia e expografia ultrapassadas, sem conceito museológico e com todo seu patrimônio arquitetônico depreciado” (Entrevistado 3, 2024), e enfatizou a necessidade de mantê-los fechados.

O Museu de Arte Sacra era uma vergonha. Uma vergonha não apenas municipal, era uma vergonha nacional, porque nós temos um dos grandes acervos do Brasil totalmente abandonado, jogado de um jeito que eu nem gosto de lembrar [...] então, nós precisávamos fechar, que já estavam fechados. Mantivemos esse fechamento por conta das reformas arquitetônicas. As reformas foram concluídas (Entrevistado 3, 2024).

Para além das reformas estruturais, foi desenvolvido um novo conceito museológico, o qual, segundo o entrevistado 3, incorporou a participação da comunidade local em uma audiência pública, considerado por ele um grande avanço. Em março de 2023, a prefeitura convocou, por meio da secretaria de cultura, uma audiência pública para tratar da reabertura e mudança de nome do atual Museu de Porto Seguro. O objetivo foi ouvir e acolher as demandas da comunidade para o novo planejamento conceitual e expográfico do museu.

[...] quando a gente começa a repensar todo esse universo, a gente também coloca em evidência a reconstrução do conceito museológico, em especial, como o museu de Porto Seguro, que se chamava museu do descobrimento. Uma vez que a gente começa a desfazer na prática esse discurso colonial, a gente convida toda a sociedade para debater conosco os próximos passos do museu, e a gente elimina totalmente esse conceito de descobrimento e passa a investir no conceito da construção do museu de Porto Seguro. Ou seja, é a nossa gente, o nosso povo, falando dos seus conceitos históricos. E isso na prática já é um discurso decolonial, porque a gente elimina toda essa visão Eurocêntrica,

colonizada, sai da coxia do espetáculo e passa a ser o ator principal desse espetáculo. Lógico que a gente jamais vai apagar a realidade e a importância que foi a chegada dos europeus em mil e quinhentos. Mas a gente não pode se calar diante de toda a problemática também causada por eles. Só para você ter ideia, nós não tínhamos nada que se falar sobre o povo pataxó dentro do próprio museu de Porto Seguro (Entrevistado 3, 2024).

O superintendente também destacou os desafios enfrentados no processo de restauração, enfatizando a complexidade e a minúcia para tal, além da demanda de tempo, que muitas vezes é escasso para uma gestão de quatro anos. No entanto, ressaltou que houve avanços significativos. A superintendente da secretaria de turismo corrobora que:

Os dois museus foram revitalizados nesta gestão. Não sei se eles estão abertos à visitação, porque a gente está com um pouco de dificuldade de horário, de funcionários e terminando algumas coisinhas também [...] E o da misericórdia é um museu mais delicado, então a gente precisa garantir o patrimônio, porque as imagens mais valiosas das cidades estão naquele museu. A gente está finalizando essa parte aí, a casa da cultura também fica aqui com o turismo. Então, eu creio que neste ano eles vão normalizar os horários de visitação, mas já está revitalizando, inclusive, te recomendo a ir conhecer se você nunca foi (Entrevistada 2, 2024).

Entretanto, apesar do relato da entrevistada 2, os museus ainda não estão totalmente abertos para visitação. Parte das peças que pertencem ao Museu de Arte Sacra, que ainda permanece fechado, foi realocada para a Igreja Nossa Senhora da Pena. Além disso, houve apenas uma exposição temporária de 3 meses no Museu de Porto Seguro, em seguida, foi fechado novamente, permanecendo assim desde setembro, quando foi reaberto para outra exposição. O fechamento dos museus compromete a integridade dos equipamentos e põe em risco o acervo histórico e cultural. Vale destacar que o período pandêmico intensificou tais problemas (Tolentino, 2020). O gestor do Centro Histórico ressaltou os desafios para gerir o espaço e como eles têm afetado a experiência turística, bem como da burocracia política para a aprovação de leis e captação de recursos.

Em 2018, foi estabelecido um convênio entre a Universidade do Estado da Bahia –Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias do *Campus XVIII* – Eunápolis e a Paróquia Nossa Senhora da Pena, responsável legal pelo equipamento. O objetivo do acordo

era compartilhar a gestão do Museu, que culminou na implementação de ações de pesquisa, documentação, revitalização e preservação do acervo. As atividades foram conduzidas por um projeto de iniciação científica envolvendo bolsistas dos cursos de História e Turismo, responsáveis posteriormente pelas visitas guiadas. O projeto contribuiu para a conservação do acervo e sua revitalização, e também promoveu o aumento das visitas e fortaleceu o envolvimento da comunidade e de estudantes da educação básica e do ensino superior. No entanto, a parceria foi encerrada em 2020, mas deixando resultados positivos.

Com base nos relatos dos entrevistados 2 e 3, os quais destacaram a revitalização dos museus, e diante das observações realizadas, é relevante considerar a viabilidade de retomar a parceria com as universidades locais, UNEB e a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), potencializando ações conjuntas por meio de projetos de extensão. Além disso, sugere-se a criação de editais e cursos voltados à formação de condutores capacitados para atuar no Centro Histórico. As iniciativas podem promover a continuidade das ações de preservação e fortalecer a relação entre a academia e comunidade. Segundo o entrevistado 6, existe uma preocupação para a reabertura dos museus, que é solicitada por todos:

Os guias cobram muito disso, a associação dos guias, os visitantes que vêm, todo mundo cobra, todo mundo faz reclamações e sugestões. A associação de moradores cobra bastante também, porque se você tem esses equipamentos abertos, você aumenta o tempo de permanência de visitante no centro histórico. Um museu desse, se ele estivesse funcionando como ele funcionava todo dia, 40, 50 minutos, em média a visitação, você tinha outro museu que era mais 20 minutos, outro museu que era mais 15 minutos, então você agregava tudo isso e o turista permanecia no Centro Histórico por mais tempo, então isso acaba gerando uma renda para o lojista, para o rapaz que vende uma água, para a moça que vende uma comida. E hoje a gente não tem mais isso (Entrevistado 6, 2024).

A gente falava sobre o museu, falava sobre a importância do museu, inclusive o museu de arte Sacra, que tem imagens maravilhosas [...] ele não pode estar fechado lá com essas coisas [...] dá pena, porque, além disso, tinha algumas exposições interessantes também na casa de Câmara e Cadeia, que nunca mais tiveram, passaram para a Casa da Lenha e, enfim, aí ficou nisso que acaba que até hoje não temos uma estrutura para receber o turista, nem dos aparelhos ali históricos, né? Aí fica somente visualizar o casario (Entrevistada 1, 2024).

Os relatos indicam que há uma demanda significativa pela reabertura e funcionamento dos museus do Centro Histórico, pois, além de prolongar o tempo de permanência dos visitantes, estimula o consumo local. Nesse contexto, a falta de funcionamento é percebida como uma perda de oportunidade cultural e econômica, que compromete a experiência turística, limita o acesso à história e ao patrimônio e impacta negativamente os moradores e trabalhadores que dependem do fluxo de turistas. A ausência desses espaços também reforça a fragilidade na preservação da memória coletiva e impede que a riqueza cultural de Porto Seguro seja verdadeiramente aproveitada, valorizada e promovida.

Atualmente, observa-se que os gestores municipais de turismo têm buscado explorar as potencialidades do destino, incluindo a valorização dos distritos. Do ponto de vista empírico, análises sobre as dinâmicas da atividade turística do município indicaram a promoção de novas práticas e a diversificação de segmentações turísticas. Sobre o tema, a superintendente de Turismo destacou que o local tem promovido o turismo náutico, esportivo, religioso, gastronômico e de eventos, além de reforçar os aspectos culturais do destino.

A gente tem uma mistura de influências muito grande, né?! E, com o passar dos anos, a gente entendeu que isso é o que dá realmente o sentido da visita. A pessoa vem, lógico, curte mar, curte a praia, mas ela também mergulha um pouco na história da cidade, né?! (Entrevistada 2, 2024).

Dentre as segmentações e experiências citadas, destaca-se também o turismo rural, de aventura e natureza. O Superintendente da cultura ressalta ainda o aumento dos turistas culturais. A figura (14) mostra as experiências turísticas que a gestão tem dado ênfase.

Figura - 14

Experiências turísticas.



Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Porto Seguro (2024).

De acordo com a Superintendente de turismo e o Superintendente da cultura, tem sido primordial a promoção de ações de incentivo voltadas para a cultura, com foco na cultura indígena. Segundo dados da Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos da Bahia (SEPLAN), o Estado da Bahia tem a segunda maior população indígena do país. Dos municípios delimitados, Porto Seguro possui 5.117 indígenas (SEPLAN, 2023).

A gente valoriza muito isso. Tanto é que o *slogan* da nossa gestão é o “Brasil nasceu aqui” e o símbolo são três penas. A gente realmente leva o indígena em tudo o que a gente faz, os guias também, né? Me perguntam também sempre, mas não só gestão, mas também os guias valorizam bastante a cultura indígena, é bem entrosado (Entrevistada 2, 2024).

O que desperta mais interesse dos turistas é a cultura indígena, embora, né, tenha todo o peso do descobrimento (Entrevistada 1, 2024).

No campo prático das ações, o relato da entrevistada 2 evidencia lacunas e gera questionamentos ao observar o desenvolvimento de medidas voltadas para a cultura indígena. Apesar das iniciativas pontuais, a valorização cultural e identitária dos povos indígenas ainda precisam avançar de forma substancial, tanto em termos de ações concretas quanto na abordagem e no discurso adotado. A presença indígena, muitas vezes, permanece vinculada à lógica da narrativa eurocêntrica do “descobrimento” do Brasil, perpetuando um imaginário que reforça a subalternização das culturas originárias. Diante desse contexto, para o entrevistado 3 (2024), é fundamental repensar a abordagem histórica e cultural em Porto Seguro:

A gente não pode mais ficar exaltando essa questão do descobrimento, porque a gente sabe muito bem que isso não é um tema absolutamente acadêmico e incólume. É um tema que tem as suas contradições, mas falar do nascimento da Nação Brasileira, isso a gente pode e deve. E o que é mais interessante que eu vejo aqui, aqui em Porto Seguro, são os seus elementos patrimoniais. E por consequência desses elementos patrimoniais, a própria cultura instalada, do entorno, a cultura popular de Porto Seguro, é uma seara que a gente precisa estar cada vez mais desenvolvendo, porque mostra uma cidade que às vezes o próprio turista não consegue enxergar. E quando a gente começa a mostrar esses valores patrimoniais, esses valores culturais, a gente está mostrando a nossa verdadeira essência. E o mais interessante, sobretudo, é que esses valores culturais em Porto Seguro ainda são surpreendentes. Às vezes eles não estão no seu patamar de protagonista. Uma vez a gente fortalecendo toda essa dinâmica, todo esse acervo patrimonial e, dando para eles o que eles realmente merecem, esse protagonismo, a gente vai mostrar, de fato, um teor cultural, a gente inaugura mais um roteiro cultural em uma cidade que já é absolutamente turística, mas um roteiro completamente diferente e que nunca foi pensado para a cidade (Entrevistado 3, 2024).

Desvencilhar-se da história construída a partir desse fato disseminado até os dias atuais é uma tarefa basilar e urgente, embora desafiadora. A presença cultural e histórica dos povos indígenas, muitas vezes, se limita a momentos pontuais e comemorativos. Ter como símbolo as penas utilizadas pelos indígenas, conforme destacado pela entrevistada 2, nesse contexto, pouco contribui, dado o limitado significado atribuído a elas. A ausência de iniciativas de fato efetivas e contínuas por parte do poder público é criticada por líderes locais, como aponta o entrevistado 9:

Os indígenas aqui só são vistos em 22 de abril, quando os gestores municipais querem contar essa narrativa do Descobrimento do Brasil, que precisa da presença indígena, né? Além disso, não se tem mais nada. É por isso que, no decorrer desse tempo, e a falta de iniciativas públicas, que as comunidades tomaram as suas próprias iniciativas de estar mostrando a sua cultura (Entrevistado 9, 2024).

Batistella (2020) relembra a fatídica celebração dos 500 anos do “descobrimento”, marcada por violências e repressão contra os povos indígenas, que se manifestaram em protesto ao descobrimento e na busca por formas de concretização de pautas para o futuro, sobretudo no

que dizia respeito ao direito à terra. O entrevistado 4 relembrou esse acontecimento que marcou a cidade:

Na festa dos quinhentos anos, por exemplo, você chegava no aeroporto, você tinha ali todos os cocares de diversas etnias estampando todo o aeroporto, mas os índios não foram, os indígenas não foram convidados para as festividades. Você tem como representantes colonizadores que vieram explorar e que bancaram essa questão da festividade, e, aí, em um momento de mostrar que existe essa questão da riqueza indígena local, no dia da festa dos quinhentos anos o que a gente teve foi um batalhão da polícia militar na Coroa Vermelha, onde os grupos indígenas foram atacados com bomba de efeito moral e cassetete (Entrevistado 4, 2024).

Todo o ato só deixou ainda mais evidente a marca da colonialidade em Porto Seguro, que forjou toda uma narrativa histórica performática ao encenar indígenas Pataxós como atrações exóticas (Batistella, 2020). A realidade do turismo local desvela a tendência de supervalorizar a narrativa histórica colonial. Diante do panorama, é interessante observar como isso se reflete na visitação dos espaços, dos atrativos turísticos e na relação dos turistas com o patrimônio cultural do município.

6.3.2 - *Análise das narrativas: elementos decoloniais nas práticas turísticas*

Com base nas entrevistas realizadas com os gestores e agentes locais do turismo, identificaram-se, a partir das análises, duas questões centrais: ainda que constem alguns elementos característicos da vertente decolonial no discurso de parte dos entrevistados, ainda são predominantes as bases colonialistas no que diz respeito às práticas e às dinâmicas turísticas atuais do município.

Evidenciou-se a tentativa de integrar aspectos culturais locais como parte do atrativo turístico, na busca de promover um turismo mais representativo. Como, por exemplo, na fala da superintendente de turismo, em que ela destacou iniciativas que buscam valorizar o turismo cultural, incluindo eventos locais, práticas religiosas e festividades tradicionais, as quais refletem a identidade da comunidade, como a festa de Iemanjá. Ademais, observaram-se a preocupação com a inclusão dos distritos e a promoção de atividades que resgatassem práticas locais, como a puxada dos mastros em Trancoso, juntamente com os festejos em celebração de São Sebastião e os roteiros de turismo de base comunitária.

Embora de modo incipiente, identificaram-se os esforços para transmitir narrativas fidedignas, valorizando a perspectiva e a vivência dos moradores locais, em oposição à mera reprodução de histórias baseadas em uma visão colonial. Essa abordagem dialoga com os princípios decoloniais, ao tentar propor a ruptura com as narrativas hegemônicas e mantém a procura contínua pelo equilíbrio entre o turismo comercial e a preservação cultural. O quadro a seguir identifica os fragmentos do discurso alinhados à decolonialidade nas práticas turísticas atuais dos gestores e agentes do turismo:

Quadro 8 -

Análise das narrativas: elementos e evidências decoloniais.

Gestores e agentes locais do turismo	Elementos e evidências decoloniais
Coordenadora do curso de guia de turismo do SENAC – entrevistado (5)	“A gente busca motivar os alunos a vivenciar a nossa cultura, a nossa culinária, patrimônio histórico [...] temos uma história muito rica [...] e a passar uma vivência atual, né? Um tema atual, tá? Sobre o que se produz também, né? Não só no turismo, né? Na agricultura, que se destaca aqui também da nossa região pela diversidade de frutas. Então sai um pouco daquela visão Eurocêntrica, né? A gente traz muitas informações atuais da região, e que tá um pouco distante da ideia Eurocêntrica. É uma coisa que eu acho assim um diferencial muito grande, além de falar, a gente pode mostrar, a gente pode levar para ver, pode degustar. Isso eu acho fantástico”.
Guia de turismo – entrevistado (1)	“Dependendo muito do contexto e do local, você insere a história de vida das pessoas, né? É enriquecedor você ter essa bagagem para passar para eles. Eu acho que enriquece também muito mais a experiência do passageiro, entendeu? Porque ele acaba tendo visões diferentes dos locais, né?”. “Nós falamos inclusive na história de São Benedito, né? Conta um pouco de quem foi e a representação de atividade que ele tinha, né? [...] E tem também a parte do acarajé, que acho que a parte que a gente fala mais da cultura negra na nossa região, né? E nos aprofundamos mais nas características da cultura indígena”.

Guia de turismo – entrevistado (4)	“Os guias mais antigos incentivavam mesmo a participação, hoje ainda incentiva, esse interesse pela questão dos fatos históricos ocorridos, explicando um pouco do que é hoje a religiosidade africana, sincretismo, aí a gente passa isso para eles, eles ficam encantados, porque muitos não sabem sobre esse aprofundamento da história africana no Brasil”. “[...] Dentro desse processo no contexto histórico, a gente passa para eles que não foi descobrimento, foi ‘achamento’ ou invasão, porque a terra já tinha dono, e a gente tenta descaracterizar isso, porque hoje é uma resistência, [...] é um processo mesmo decolonial de você ter essa ciência, essa consciência que a terra já era ocupada, que nessa questão de ocupação trouxe muitos problemas”. “A gente tem esse vínculo com a comunidade, e a gente também promove essa interação”.
Guia de turismo – entrevistado (7)	“Eu acho que, quando eu saio da parte engessada e passo mais para a parte onde surpreendo eles um pouquinho, tirando a parte dos portugueses para que eles vejam um outro lado, acho que são pontos altos. É ali que consigo captar a atenção deles”. “Tudo sempre foi do lado dos portugueses [...] Tem o professor Chico, se chama Francisco Cancela. Já fiz um <i>city tour</i> com ele e ele já fez com os guias. E aí eu me dei conta que tudo o que eu falava não tinha nada a ver, ele falou tudo ao contrário. E isso seria uma forma de câmbio. O caminho seria educar os guias mais novos e ter a chance de escutar Francisco Cancela. Escutar gente que tenha alguma coisa para acrescentar”.
Superintendente da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Patrimônio Histórico – entrevistado (5)	“Uma vez que a gente começa a desfazer na prática esse discurso colonial, a gente convida toda a sociedade para debater conosco os próximos passos do museu, e a gente elimina totalmente esse conceito de descobrimento e passa a investir no conceito da construção do museu de Porto Seguro”.

	“Ou seja, é a nossa gente, o nosso povo, falando dos seus conceitos históricos. E isso na prática já é um discurso decolonial, porque a gente elimina toda essa visão Eurocêntrica, colonizada, sai da coxia do espetáculo e passa a ser o ator principal desse espetáculo”. “A gente não pode mais ficar exaltando essa questão do descobrimento, porque a gente sabe muito bem que isso não é um tema absolutamente acadêmico e incólume”. “O turismo cultural, que está sendo exercitado, analisado, formulado [...] programa lindo de turismo rural, a parceria com as comunidades, isso nos alavanca, fortalece sensivelmente, porque não adianta a gente fazer um programa de condução turística, por exemplo, sem ouvir os anseios e necessidades da comunidade porque é quem fica e sente todo lado positivo e o lado negativo, e a gente sabe que se a gente errar, quem mais vai sofrer é a população. Então a comunidade, a participação da comunidade, mostrando para a gente inclusive os caminhos necessários para uma atitude mais sustentável, mais orgânica, mais cheia de conceitos de responsabilidade, isso é extremamente importante”.
--	--

Fonte: Dados do estudo (2024) com base em Ferreira (2019).

Apesar de parte dos entrevistados compreenderem a importância e a necessidade de superar a colonialidade persistente, destacando ser uma forma de atrair um perfil de público diferenciado, possibilitando novas perspectivas para o turismo e a cultura local, ficou evidente que defendem, de certo modo, que alguns elementos vinculados à lógica da mística em torno do descobrimento devem permanecer no contexto da realidade turística. Afinal, é como a cidade sempre foi conhecida e promovida. Contudo, ratifica-se a necessidade de discutir a construção de outras narrativas que possibilitem novos olhares e saberes não hegemônicos.

O processo decolonial constitui-se em uma questão política complexa, diretamente vinculada à gestão das instituições envolvidas. Nesse contexto, as redes de governança, os agentes endógenos e exógenos do turismo devem atuar de maneira integrada e alinhada a um propósito comum. No entanto, essa conexão ainda não se concretizou de forma eficaz em Porto Seguro. Apesar dos esforços da Secretaria de Cultura na tentativa de adotar uma perspectiva decolonial, a Secretaria de Turismo segue uma direção distinta, o que dificulta o

desenvolvimento de outras possibilidades de turismo. É evidente a relação com a persistência da colonialidade do poder, que se reflete nas estruturas de governança e nas práticas políticas locais.

O turismo é um fenômeno que nasceu com a ascensão do capitalismo e, evidentemente, requer lucratividade. Contudo, o discurso sobre turismo, antes de ser meramente mercadológico, deve assumir uma abordagem pedagógica e sociológica, fundamentada na articulação, escuta e estudo, bem como na compreensão prática do conceito decolonial. Somente a partir desse processo de imersão e reflexão crítica será possível incorporá-lo de maneira eficaz à lógica turística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação se propôs a compreender as percepções e práticas turísticas dos gestores e agentes do turismo local no Centro Histórico de Porto Seguro pela perspectiva decolonial. A pesquisa fundamentou-se no questionamento: **Como se caracterizam as percepções e práticas dos gestores e agentes do turismo local no Centro Histórico de Porto Seguro-Bahia, quando analisadas sob a perspectiva decolonial?** Sob um olhar crítico, foram apresentados, ao longo deste trabalho, elementos que evidenciam o silenciamento e a subalternização do patrimônio cultural da cidade, historicamente colonial, com foco na patrimonialização dada aos patrimônios ligados ao contexto do “descobrimento” do Brasil.

Diante disso, a resposta para tal questionamento revelou uma ausência efetiva de diálogo entre os gestores e os agentes endógenos e exógenos do turismo da cidade. Essa lacuna se manifesta pela divergência entre os discursos, o conteúdo e as práticas adotadas, como por exemplo, pela Secretaria de Turismo e a Secretaria de Cultura. Ao passo que a Secretaria de Cultura demonstra compreender a importância de incorporar perspectivas alinhadas a um discurso decolonial, a Secretaria de Turismo, por meio de suas ações e narrativas, enfatiza que a cidade já possui estratégias de valorização de todas as culturas, promovendo uma imagem de acolhimento que, na prática, não questiona as estruturas coloniais veladas.

Entre os guias de turismo entrevistados, alguns destacaram iniciativas para adaptar suas abordagens, tentando distanciar-se, ainda que de forma parcial, das narrativas hegemônicas enraizadas. Segundo os entrevistados, essas iniciativas visam atender a um novo perfil de público que tem visitado a cidade, especialmente depois da pandemia da COVID-19. Entretanto, essas práxis ainda não são muito difundidas entre os profissionais da área, sendo assim, permanece restrita a ações individuais.

Diante dos objetivos específicos aqui propostos, em relação ao objetivo (a) – Analisar os elementos do patrimônio cultural, tanto materiais quanto imateriais e sua representação em materiais de promoção turística, como redes sociais, além dos marcos físicos do colonialismo e seu reflexo na identidade cultural local –, identificou-se a persistência predominante de um discurso colonial arraigado nos materiais de promoção turística, como nas redes sociais e nos marcos físicos presentes na cidade. Observou-se como essa narrativa exalta, de forma explícita, os símbolos do colonialismo e destaca os invasores como figuras importantes e dignas de patrimonialização. Ao mesmo tempo, foi possível identificar aspectos que demonstram resistência cultural e identitária, os quais se vinculam à decolonialidade evidente na comida, no artesanato e no comércio de elementos que refletem a cultura local.

Contudo, com base nos materiais analisados, verificou-se que os elementos culturais são frequentemente apresentados por uma perspectiva que privilegia a história tida como oficial, contada nos livros, enviesada pela visão eurocêntrica, e mantém em segundo plano a presença e as contribuições dos povos originários e afro-brasileiros. Os marcos físicos do colonialismo, como as igrejas católicas, os nomes de ruas, os monumentos e espaços públicos, reforçam essa lógica ao serem promovidos como principais pontos de relevância e atrativos turísticos, vinculados a uma ideia de “descobrimento” e de “civilização”.

Foi possível inferir que essa abordagem reflete um processo de construção identitária e cultural que ainda é notadamente influenciada por valores coloniais, fato que contribui para a manutenção de uma narrativa que invisibiliza outros agentes históricos. A partir da análise, revelou-se a necessidade de refletir sobre ampliar as formas de representação do patrimônio cultural, de modo a incluir saberes, fazeres, vozes e memórias que valorizem a diversidade cultural local, desafiem e questionem as estruturas coloniais persistentes na forma como Porto Seguro é pensada e promovida como destino turístico.

Quanto ao objetivo (b) – examinar os conteúdos dos documentos institucionais, como o Plano Diretor Municipal, o Plano Nacional de Cultura e o Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável, identificando e analisando as abordagens dessas diretrizes em relação às perspectivas decoloniais, com foco nas implicações para o turismo e o patrimônio cultural –, constatou-se que o Plano Diretor Municipal Participativo de Porto Seguro apresenta um conjunto de ações e diretrizes que, em teoria, têm o potencial de se enquadrar à vertente decolonial, principalmente por considerar a importância de valorizar saberes locais e proteger a identidade cultural. No entanto, do ponto de vista prático, há uma lacuna entre o que efetivamente se concretiza. Embora no documento conste intenções que pressupõem a superação de práxis que se alinham à colonialidade do poder, do saber e do ser, não se observa, de fato, resultados claros no cotidiano da gestão municipal diante do turismo e do patrimônio cultural do ponto de vista decolonial. Por sua vez, o Plano Nacional de Cultura enfrenta desafios políticos e econômicos que se sobrepõem e limitam a concretização de políticas culturais estruturadas a partir de uma perspectiva decolonializada, uma vez que muitas ações ainda corroboram dinâmicas hegemônicas e atendem aos interesses da cultura de mercado que promove a espetacularização e desconsideram, em muitos casos, expressões culturais e tradições que prescindem da lógica não hegemônica. A análise do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável demonstrou a continuação do viés colonial nos documentos, perpetuando estereótipos e legitimando discursos e narrativas coloniais.

Para atender o objetivo (c) – analisar nas narrativas dos gestores municipais e dos agentes locais do turismo que ocupam os papéis de moradores e empresários, elementos e/ou evidências decoloniais presentes nas práticas turísticas atuais –, destacaram-se fragmentos que compreendem a importância de romper com as estruturas de poder e saber impostas pelo colonialismo e a valorização e integração de narrativas e práticas culturais indígenas e afro-brasileiras que foram historicamente marginalizadas. Contudo, não há uma articulação ou diálogo entre os gestores e agentes que efetivamente promova um outro modo de ver o Centro Histórico sob a ótica decolonial.

À luz do exposto nos resultados das análises realizadas, foi possível demonstrar o valor e a importância da decolonialidade como ressignificação do valor do patrimônio cultural de Porto Seguro, atestando, sob uma concepção crítica, a necessidade de promover e garantir maior protagonismo da comunidade, sobretudo das comunidades tradicionais na formulação e implementação das políticas culturais e na incorporação do turismo. Além disso, no âmbito da educação, decolonizar o saber por meio de ações voltadas para a valorização de saberes subalternos, fortalecendo o patrimônio cultural e valorizando tradições culturais indígenas e afro-brasileiras em um território notadamente marcado por narrativas coloniais, onde tais culturas são constantemente relegadas.

Reflexionar, fazer e promover o turismo pela lente decolonial é um desafio complexo e contínuo, uma vez que essa percepção ainda não é uma pauta prioritária para as gestões municipal e estadual. Apesar dos esforços incipientes e individuais observados, as ações voltadas para um discurso e planejamento mais alinhado às características decoloniais são fragmentadas e limitadas. Superar os marcos do colonialismo associadas à colonialidade do poder, do saber e do ser requer um longo debate e caminho a ser percorrido, que carece de uma integração maior entre os diversos agentes, quais sejam, a comunidade, o poder público, o *trade* turístico. É urgente e necessário repensar a formação educacional dos guias de turismo e demais prestadores de serviços turísticos, as políticas públicas multi e intersetoriais, bem como o conteúdo do material promocional do turismo. Ainda, a concretização de um compromisso e diálogo sólido por parte das políticas públicas e do setor turístico local.

Este trabalho investigou a relação entre a vertente decolonial, o patrimônio cultural e o turismo, revelando uma lacuna entre as temáticas estudadas. Nesse sentido, esta dissertação contribui para o avanço e a ampliação dos estudos sobre o tema, além de fortalecer os estudos decoloniais no campo do turismo. Ratifica-se, ainda, que esta pesquisa contribui como fonte de dados para gestores, agentes, a comunidade e outras cidades que se proponham a compreender e incorporar um processo de gestão e planejamento associado a ações e práticas decoloniais no

turismo e no patrimônio. Ademais, é uma possibilidade de ser utilizada por pesquisadores. Para pesquisas futuras, são sugeridas a ampliação das discussões e o exame de outras fontes de escuta que não fizeram parte deste estudo. Por fim, espera-se que os resultados apresentados possam contribuir para o debate sobre o movimento decolonial e para o desenvolvimento das práticas de gestão do turismo por parte dos gestores e agentes locais, a fim de promover novas perspectivas para a atividade turística e o patrimônio cultural local.

REFERÊNCIAS

- Abreu, R. (2015). Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: C. Tardy & V. Dodebei (éds.), *Memória e novos patrimônios* (1). OpenEdition Press. <https://doi.org/10.4000/books.oep.868>.
- Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo - Embratur. (2021). A nossa história. <https://embratur.com.br/historia/#:~:text=Assim%2C%20em%2018%20de%20novem bro,a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Turismo>.
- Aguiar, L. B. (2003). Os Sítios Urbanos como Atração Turística: o Caso de Porto Seguro. *Caderno Virtual de Turismo*, 3 (1), 10-17. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115417954002>.
- Almeida, F. R. (2003). *Descubra Porto Seguro - "Terra Mater do Brasil"*. 2ª Ed. Itabuna: Editora AGORA.
- Almeida Filho, P. G. de. (2104). *"Aqui se faz Gostoso": uma etnografia do turismo em São Miguel do Gostoso/RN*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/20733>.
- Amaral, J. P. P. (2015). *Da colonialidade do patrimônio ao patrimônio decolonial*. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. https://www.academia.edu/download/62090082/AMARAL_J.P.P.Dissertacao20200213-3953-1ycwlp5.pdf.
- Andrade, A. (2023). Entre os “povos degenerados” e a “superioridade técnica”: As atribuições do patrimônio arqueológico. *Revista de Ciências Humanas*, 1(23). <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/15496#:~:text=https%3A//periodicos.ufv.br/RCH/article/view/15496>.
- Anastassakis, Z. (2017). *A cultura como projeto: Aloisio Magalhães e suas ideias para o Iphan*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan 1937–2017, Organização: Andrey Rosenthal Schlee, nº35. http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf.
- Aragão, I. R., & Carvalho, K. D. (2013). Turismo, Cultura e Memória: um estudo sobre dois patrimônios culturais da humanidade no Brasil. *Revista Turismo em Análise*, 24(3), 694-719. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v24i3p694-719>.
- Araújo, G. A. (2021). *A cidade descoberta: proposta de intervenção para as fachadas dos edifícios históricos de uma fração do bairro Cidade Alta, Natal/RN*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/45892>.
- Araujo, C. P. D., & Abreu, L. M. (2022). From fishing villages to international tourist destinations: where are the citizens? The cases of Cabo Frio, Rio de Janeiro and Porto

- Seguro, Bahia-Brazil. *Sociedade & Natureza*, 34, e62140. <https://doi.org/10.14393/SN-v34-2022-62140>.
- Arantes, A. A. (2001). *Museu Aberto do Descobrimento: referências Culturais (projeto piloto)*. Campinas.
- Alves, R. A., Alves, M. I. A., & Santos, J. D dos. (2020). Subalternização e resistência indígena: Cenários a partir do contexto do estado de Rondônia. *Education Policy Analysis Archives*, 28, 168-168. <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/4793>.
- Azevedo, P. O de. (2017). *Patrimônio Cultural e Natural como fator de desenvolvimento: a revolução silenciosa de Renato Soeiro, 1967-1979*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan 1937–2017, Organização: Andrey Rosenthal Schlee, nº35. http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf.
- Bahia. Superintendência de Desenvolvimento do Turismo (SUDETUR). (2002). *Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS)*. <http://www.setur.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=27>.
- Bahia. Secretaria de Planejamento - SEPLAN. (2023). *Bahia tem a segunda maior população indígena do país*. <https://www.seplan.ba.gov.br/noticias/bahia-tem-a-segunda-maior-populacao-indigena-do-pais/>.
- Bahia. Secretaria do Planejamento - SEPLAN. (2016). *Plano Territorial de Desenvolvimento Integrado Sustentável e Solidário (PTDS)*. https://www.seplan.ba.gov.br/wpcontent/uploads/PTDS_TI_Costa_do_Descobrimento.pdf.
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70. <https://ia802902.us.archive.org/8/items/bardin-laurence-analise-de-conteudo/bardin-laurence-analise-de-conteudo.pdf>.
- Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista brasileira de ciência política*, 89-117. <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/?lan>.
- Ballestrin, L. (2017). Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O elo perdido do giro decolonial. *Dados, – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 60, no 2, 2017, pp. 505 a 540. <https://doi.org/10.1590/001152582017127>.
- Barretto, M. (1991). *Planejamento e organização em turismo*. Campinas: Papirus.
- Barbosa, M. C., Alves, M. L. B., & de Oliveira, A. F. B. (2024). Turismo e patrimônio: uma análise do perfil dos visitantes do centro histórico de Porto Seguro, Bahia, Brasil. *Desenvolvimento Socioeconômico em Debate*, 10(1), 105-122. <https://www.periodicos.unesc.net/ojs/index.php/RDSD/issue/view/342>.
- Barroso, J. M. de C. (2020). *O patrimônio cultural nas cidades inteligentes*. Dissertação (Mestrado em Gestão e Organização do Conhecimento) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciências da Informação. <http://hdl.handle.net/1843/55094>.

- Batistella, P. H. (2020). A comemoração como lugar de disputa: um estudo das mobilizações do passado pelos povos indígenas nas Comemorações dos “500 anos do Brasil” (2000). *Revista Discente Ofícios de Clio*, 5(8), 74-74. <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/cli/article/view/1892>.
- Braga, D. C. (2007). *Planejamento turístico: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Campus. <https://repositorio.usp.br/item/001609617>.
- Bernardino-Costa, J., Maldonado-Torres, N., & Grosfoguel, R. (2018). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Autêntica. Ebook. <https://books.google.com.br/books?id=u3lvDwAAQBAJ&lpg=PT7&dq=%20Aim%C3%A9%20C%C3%A9saire%20%20pioneiro%20do%20pensamento%20decolonial&lr&pg=PT7#v=onepage&q&f=true>.
- Bispo, A. S. (2019). *Dimensões da prática do turismo na cidade de Porto Seguro e os reflexos na vida da população residente*. Dissertação (Mestrado em Estado e Sociedade). Universidade Federal do Sul da Bahia. https://sigconteudo.ufsb.edu.br/arquivos/20200080655d56500167b9467c320c04/DISS_ERTAO_ALINE_BISPO_VERSO_FINAL.pdf.
- Bogéa, K. (2019). Apresentação. In: Gestão Turística em sítios patrimoniais: boas práticas internacionais. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* nº 39 / Brito, M (org.) 7-332. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revistadopatrimonio39web.pdf>.
- Boukhris, L., & Peyvel, E. (2019). O Turismo frente aos desafios dos paradigmas pós e decoloniais. *Via. Tourism Review*, (16). <https://doi.org/10.4000/viatourism.4111>.
- Brasil. (1937). *Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm.
- Brasil. (2024). Brasil Participativo. *Novo Plano Nacional de Cultura Participativo*. <https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/planocultura/f/287/proposals/20667>.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil, Artigo n. 216 de 5 de outubro de 1988*. <https://www12.senado.leg.br/hpsenado>.
- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. *Plano Diretor - Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm.
- Brasil. Ministério da Cultura. (2010). *Plano Nacional de Cultura*. Lei nº 12.343. <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12343&ano=2010&ato=2cdUzYq1keVpWTdd1>.
- Brasil. Ministério do turismo. (2024). *Mapa do Turismo Brasileiro*. <https://www.gov.br/secom/pt-br/acesso-a-informacao/comunicabr/mapa-do-turismo-brasileiro>.

- Brasil. Ministério do turismo. (2017). *Regionalização do turismo*. http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=82&Itemid=262.
- Brazão, J. P. G. (2007). *O diário de um diário etnográfico electrónico. A escola sob suspeita*, 289-307. https://www.academia.edu/42458997/O_DI%C3%81RIO_DE_UM_DI%C3%81RIO_ETNOGR%C3%81FICO_ELECTR%C3%93NICO.
- Brito, M. V. (2018). A política de patrimônio francesa: esboçando seu passado e presente. *Revista CPC*, 13(25), 1-26. <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/135621>.
- Burke, Peter. (2003). *Hibridismo Cultural*. 3ªEd. São Leopoldo - RS: Editora Unisinos. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5219582/mod_resource/content/2/BURKE%2C%20Peter.%20Hibridismo%20Cultural.%20Editora%20Unisinos%2C%202010..pdf.
- Calabre, L. (2017). *O Serviço do Patrimônio Artístico Nacional dentro do contexto da construção das políticas públicas de cultura no Brasil*. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Iphan 1937–2017, Organização: Andrey Rosenthal Schlee, nº35. http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf.
- Cancela, F. (2012). *De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro. (1763-1808)* Tese (Doutorado em história) - Universidade Federal da Bahia. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/13311>.
- Cancela, F. (2020). *A devoção a São Benedito e a memória afro-brasileira em Porto Seguro: notas para um novo paradigma interpretativo do patrimônio cultural da "terra mãe" do Brasil*. In: *Estado e sociedade sob olhares in (ter) disciplinares: experiências e perspectivas territoriais no Sul da Bahia*. Pimenta Cultural. Bougleux Bomjardim da Silva Carmo - Organizador. Pimenta Cultural. <https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2020.060>.
- Castriota, L. B. (2011). Conservação e valores: pressupostos teóricos das políticas para o patrimônio. In: *Reconceituações contemporâneas do patrimônio* / Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes, Elyane Lins Corrêa, organizadores. - Salvador: EDUFBA. 254 p. https://books.google.com/books/about/Reconceitua%C3%A7%C3%B5es_contempor%C3%A2neas_do_pat.html?id=yw52CwAAQBAJ.
- Castro, T. da S. (2021). *"Ao som do mar e à luz do céu": dinâmicas das imagens turísticas dos paraísos litorâneos no Brasil*. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/60147>.
- Carrara, A. A. (2020). O Crédito no Brasil no período colonial: uma revisão historiográfica. *Varia história*, 36, 15-51. <https://www.scielo.br/j/vh/a/tgypYNjX46WWKj4D7rxnKXD/>.

- Carvalho, C. R. D. (2008). *Uma abordagem geográfica do turismo em Porto Seguro*. Dissertação (Mestrado). 104f. Programa de Pós-Graduação em Geografia Física. Universidade de São Paulo. <https://doi.org/10.11606/D.8.2008.tde-02032009-164937>.
- Carvalho, R. C. O., & Santos, V. (2022). Análise dos recursos naturais na prática do turismo em Porto Seguro. *Ateliê do Turismo*. Campo Grande / MS, 6(1), 78-98. <https://doi.org/10.55028/at.v6i1.12162>.
- Carvalho, K. D., & Simões, M. D. L. N. (2012). Análise do modelo de preservação do centro histórico de São Luís do Maranhão: uso social e uso turístico. *Turismo-Visão e Ação*, 14(2), 196-213. <https://www.redalyc.org/pdf/2610/261056074005.pdf>.
- Coelho, O. G. P. (2013). Novos atores na preservação do patrimônio: estados, municípios e sociedade civil: *In: Estado e sociedade na preservação do patrimônio* / Paulo Ormino David de Azevedo, Elyane Lins Corrêa (org.); prefácio, Nivaldo Vieira de A. Júnior. - Salvador: EDUFBA: IAB, 2013. 260 p. <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/16772/1/estado-sociedade-na-preservacao-patrimonio.pdf>.
- Coutinho, A. C. A.; Nóbrega, W. R. de M. (2019). Governança em destinos turísticos: desafios na sociedade contemporânea. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 13(3), 55–70. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v13i3.1543>.
- Cevasco, M. E. (2001). Para ler Raymond Williams. *São Paulo, Paz e Terra*. https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/resenharidenti.pdf.
- Cerqueira - Neto, S. P. G. ., Cunha, R. A., & Pinheiro, A. C. S. (2020). Território e identidade na “Terra Mãe do Brasil”: a invisibilidade indígena na cidade de Porto Seguro–Bahia. *Revista Espacialidades*, 16(2), 251-270. <https://doi.org/10.21680/1984-817X.2020v16n2ID19966>.
- Cifelli, G., & Peixoto, P. (2012). Centros históricos e turismo patrimonial: o pelourinho como exemplo de uma relação contraditória. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 24. <http://aleph.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/1406>.
- Chambers, D.; & Buzinde, C. Tourism and decolonisation: Locating research and self. *Annals of Tourism Research*, vol. 51, 2015, p 1-16. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2014.12.002>.
- Choay, F. (2001). *A Alegoria do Patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade / Editora UNESP.
- Choay, F. (2011). *O Patrimônio em questão: antologia para um combate*. Trad. João Gabriel Alves Domingos. Belo Horizonte, MG: Fino Traço.
- Chuva, M. (2012). Por uma história de noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 147-165. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2%20-%20CHUVA.pdf>.

- Chuva, M. (2017). *Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan 1937–2017, Organização: Andrey Rosenthal Schlee, n°35. http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf.
- Chuva, Márcia (2020). Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. In: Alice Duarte (ed.), *Seminários DEP/FLUP*, v.1. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, p. 16-35. <https://doi.org/10.21747/9789898969682/seminariosv1a>.
- Costa, M. B. F., & Alves, M. L. B. (2021). Movimento do residente e a construção da cultura turística: um estudo crítico-dialético a partir de manifestações populares de Salvador-BA. *Ateliê do Turismo*, 5(2), 56-72. <https://periodicos.ufms.br/index.php/adtturismo/article/view/12733>.
- Corá, M. A. J. (2014). Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. *Revista de Administração Pública*, 48, 1093-1112. <https://www.scielo.br/j/rap/a/SMKQcXrNPM3CLfGYXt63fKn/>.
- Da Costa Leite, G., & Santos, C. N. (2020). O caminho a percorrer na evolução de destino turístico consolidado para dti: o caso do município de Porto Seguro - BA. *Revista Mbote*, 1(1), 067-092. <https://doi.org/10.47551/mbote.v1i1.9383>.
- Dencker, A. de F. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. 5 ed. São Paulo: Futura, 2001.
- De Paula, F. R (2021). *A saga pelo desenvolvimento e/ou autonomia na América Latina: A ascensão e queda do Brasil*. 258 – 284. In: *Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em relações internacionais* / Aureo Toledo, organizador. – Ebook. Salvador: EDUFBA. <https://books.google.com.br/books?hl=pt->.
- Dias, R. (2006). *Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades* / Reinaldo Dias. São Paulo: Saraiva.
- Dias, M. H., & de Araújo Gomes, I. (2021). Política pombalina e reformas urbanas em porto seguro (século XVIII). *Revista Mosaico-Revista de História*, 14(2), 308-324. <https://doi.org/10.18224/mos.v14i2.8953>.
- Dorneles, I. A. (2019). *O carnaval como comunicação: uma análise do samba-enredo “Histórias para ninar gente grande”*. Monografia (Graduação em Relações Públicas). 69f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://hdl.handle.net/10183/211954>.
- Dos Reis, R. B., & Resende, T. A. G. (2019). Bandung, 1955: ponto de encontro global. *Esboços: histórias em contextos globais*, 26(42), 309-332. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7010419>.
- Everingham, P., Peters, A. e Higgins-Desbiolles, F. (2021). The (im)possibilities of doing tourism otherwise: The case of settler colonial Australia and the closure of the climb at Uluru. *Annals of Tourism Research*, 88, 103178. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2021.103178>.

- Fazito, M. (2012). Turismo Crítico. *Anais do IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*, 9. <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/9/69.pdf>.
- Fazito, M., Rodrigues, B., Nascimento, E., & Pena, L. C. S. (2017). O papel do turismo no desenvolvimento humano (Paper 372). *Papers do NAEA*, 1(1). <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11075#:~:text=http%3A//dx.doi.org/10.18542/papersnaea.v1i1.11075>.
- Francisco, L. (1995). “Capeta” mantém o reinado na folia baiana. Folha de São Paulo. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/2/19/cotidiano/15.html>.
- Fratucci, A. C. (2000). Os lugares turísticos: territórios do fenômeno turístico. *GEOgraphia*, 2(4), 121-133. https://www.academia.edu/download/46621694/OS_LUGARES_TURSTICOS_TERRITRIOS_DO_FENME20160619-7014-1rlbcdj.pdf.
- Ferreira, E. A. M., & Teixeira-da-Silva, R. H. (2023). Turismo e patrimônio no município de Ouro Preto/MG: desigualdades territoriais e contradições socioespaciais circundantes aos valores histórico-culturais. *Caderno Virtual de Turismo*, 23(1). <https://doi.org/10.18472/cvt.23n1.2023.2065>.
- Ferreira, K. P. de S. (2019). *O Papel do turismo no desenvolvimento urbano: análise discursiva do Plano Diretor de Natal/RN*. Monografia (Graduação em Turismo) - Departamento de Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/37615>.
- Ferreira, M. M. (2020). Congadas: manifestações culturais e os autos de fé um conciso olhar sobre as tradições populares pelo brasil. *Revista galo*, 41. in: *revista galo: arte, sociedade e cultura*. [Versão Eletrônica] Ano 1, n. 2 (julho/dezembro de 2020). Parnamirim-RN. <https://revistagalo.com.br/edi%C3%A7%C3%B5es/edi%C3%A7%C3%A3o-002/galo-ed2.pdf#page=41>.
- Flaksman, C. (2018). Culpa e cuidado no candomblé baiano. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, (69), 307-323. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i69p307-323>.
- Flores, C. D. (2016). *Territórios de Identidade na Bahia: Saúde, Educação, Cultura e Meio Ambiente frente à Dinâmica Territorial*. Dissertação (Mestrado em Geociências.) - Universidade Federal da Bahia. 162f. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19347>.
- Fonseca, J. T. (2022). *O sumiço misterioso do relógio da Praça do Relógio em Porto Seguro*. Jojô Notícias. <https://jojonoticias.com.br/politica/o-sumico-misterioso-dos-relogios-da-praca-do-relogio-em-porto-seguro/>.
- Fonseca, M. C. L. (2000). *Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio*. In: Inventário Nacional de Referências Culturais. Manual de Aplicação. Brasília, IPHAN. http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf.
- Fonseca, M. C. L. (2005). *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro / Brasília: Editora UFRJ / Minc – IPHAN.

- Fonseca, M. C. L (2007). *Patrimônio cultural: por uma abordagem integrada (considerações sobre materialidade e imaterialidade na prática da preservação)*. Portal Iphan, 69-73. <http://cmsportal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Anexo,%20texto%202.pdf>.
- Fonseca, M. C. L. (2012). *Apresentação*. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). (2012). *Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais* / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; texto e revisão de, Natália Guerra Brayner. - 3. ed. -- Brasília, DF. http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha_1__parasabermas_web.pdf.
- Fonseca, F. C. (2021). *Nossa Améfrica Ladina: O pensamento (decolonial) de Lélia Gonzalez*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33728>.
- Foucault, M. (2008). *A arqueologia do saber*. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4070132/mod_resource/content/1/FOUCAULT.pdf.
- Funari, P. P.; & Pelegrini, S. C. (2006). *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Gil, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.
- Grimwood, B. S. (2014). Advancing tourism's moral morphology: Relational metaphors for just and sustainable arctic tourism. *Tourist Studies*, 15(1), 3-26. <https://doi.org/10.1177/1468797614550960>.
- Godinho, E. D. S. P. (2017). A invenção do Centro Histórico de Belém/PA: aspectos institucionais. *Anais ENANPUR*, 17(1). <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2295>.
- Haesbaert, R. (2021). *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina* / Rogério Haesbaert. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO ; Niterói : Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense. <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20210219014514/Territorio-decolonialidade.pdf>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. (2022). *Porto Seguro*. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/porto-seguro/panorama>.
- Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – IPAC. (1988). *Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia. Monumentos e sítios do litoral sul*. Bahia, v. 5.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan. (2012). *Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais* / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; texto e revisão de, Natália Guerra Brayner. -- 3. ed. -- Brasília, DF. http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha_1__parasabermas_web.pdf.

- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. (2014). *Porto Seguro (BA)*. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/117>.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. (2015). *Patrimônio Material – BA*. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/480>.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. (2017). *Monumentos e Espaços. Públicos Tombados - Porto Seguro (BA)*. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1403>.
- Knafou, R. (1996): Turismo e Território. Por uma abordagem científica do turismo. In: Adyr A. B. Rodrigues (org.). *Turismo e Geografia*. Reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: HUCITEC.
- Köhler, A. F. (2019). As cartas patrimoniais e sua relação com o turismo cultural: teorias, práticas e seus desdobramentos no caso brasileiro. *RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo*, 9(2), 138-163. <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/8358>.
- Leal, C. F. B. (2016). Patrimônio e desenvolvimento: as políticas de patrimônio cultural nos anos 1960. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 24, 99-136. <https://doi.org/10.1590/1982-02672016v24n0104>.
- Lefebvre, H. (2006). *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006. https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf.
- Leite, P. M. B. (2012). Variação linguística: análise de como ocorre às variações em nível de estados no gênero histórias em quadrinhos na região Nordeste. *Grupo de Estudos Linguísticos e Literários do Nordeste (GELNE)*. <https://gelne.com.br/arquivos/anais/gelne-2012/Arquivos/%C3%A1reas%20tem%C3%A1ticas/G%C3%AAneros%20textuais/Poliana%20Mireli%20Barbosa%20VARIA%C3%87%C3%83O%20LINGU%C3%8DSTICA%20ANALISE%20DE%20COMO%20OCORRE%20%C3%80S%20VARIA%C3%87%C3%95ES.pdf>.
- Lickorish, L. J., & Jenkins, C. L. (2000). *Introdução ao turismo*. Tradução de Fabíola de Carvalho S. Vascocellos. – Rio de Janeiro: Campus.
- Lima, N. S. T. (2021). Capoeira em diáspora: capturas, insurgências e (re) existências por uma educação decolonial e inclusiva. *Perspectiva*, 39(4), 1-17. <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2021.e67913>.
- Lopes, M. M., & Panosso Netto, A. (2021). Análise das políticas federais de turismo no Brasil (1930 a 2020). *Ateliê do Turismo*, 5(2), 200-224. <https://periodicos.ufms.br/index.php/adturismo/article/view/13205/9387>.
- Lopes, A. D. O. B., Tinôco, D. D. S., & de Araújo, R. M. (2012). Turismo como Vetor de Desenvolvimento Local: um olhar através das ideias de Theodor Adorno e Max

- Horkheimer. *Revista Turismo em Análise*, v. 23, n. 1. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v23i1p104-127>.
- Maldonado-Torres, N. (2009). *A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, Império e Colonialidade*. 337-381. In: Santos, B. De S.; & Meneses, M. P. (2009). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina; CES. http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/epistemologias_do_sul_boaventura.pdf.
- Maia, B. S. R., & Melo, V. D. S de. (2020). A colonialidade do poder e suas subjetividades. *Teoria e Cultura*, 15(2). <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/30132>.
- Malta, G. A. P. (2018). *O turismo como projeto político e sua capacidade de indução ao desenvolvimento econômico: destinos indutores ou concentradores do desenvolvimento turístico regional em Minas Gerais?* Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais. <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-AZXJLG>.
- Marconi, M. A.; Lakatos, E. M. Metodologia do Trabalho Científico, 8ª edição. São Paulo: Grupo GEN, Atlas, 2017.
- Martins, J. L. De O. (2022). *Turismo de base comunitária à luz do pensamento decolonial*. 2022. 127f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Programa de Pós-Graduação em Turismo, Faculdade de Turismo e Hotelaria, Universidade Federal Fluminense, Niterói. <http://app.uff.br/riuff/handle/1/31315>.
- Martins, T. S. (2023). Conceição Evaristo e desobediência epistêmica: contribuições para pensar a escrevivência a partir da decolonialidade. *Revista de Letras Nortamentos*, 16(44). <https://doi.org/10.30681/rln.v16i44.11105>.
- Mignolo, W. D. (2003). *Histórias locais-projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. https://monoskop.org/images/7/7e/Mignolo_Walter_D_Historias_locais_projetos_globais_2003.pdf.
- Mignolo, W. D. (2008). Novas reflexões sobre a "idéia da América Latina": a direita, a esquerda e a opção descolonial. *Caderno CRH*, 21, 237-250. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792008000200004>.
- Mignolo, W. D. (2017a). Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista brasileira de ciências sociais*, 32. Tradução: Marco Oliveira. <https://doi.org/10.17666/329402/2017>.
- Mignolo, W. D. (2017b). Desafios decoloniais hoje. *Revista Epistemologias do Sul*, 1(1), 12-32. <http://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/download/772/645>.
- Mignolo, W. D. (2020). A geopolítica do conhecimento e a diferença colonial. *Revista lusófona de educação*, 48(48). <https://doi.org/10.24140/issn.1645-7250.rle48.12>.

- Melo, M. A. W. S. D. (2015). *Turismo e patrimônio cultural: processo de tombamento e estratégias de utilização turística do Centro Histórico de Natal/RN*. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/21108>.
- Meneguello, C. (2005). O coração da cidade: observações sobre a preservação dos centros históricos. *Revista eletrônica do Iphan*, 1, 1-3. http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/coracao_da_cidade.pdf.
- Moesch, M. (2002). *A produção do saber turístico*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- Moraes, M. (1888). *Festas populares do Brazil*. Tradicionalismo [por] Mello Moraes Filho. <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7146>.
- Müller, D., Hallal, D. R., Ramos, M. D. G. G., & Garcia, T. E. M. (2011). O despertar do turismo no Brasil: A década de 1970. *Tourism & Management Studies*, (1), 692-700. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5018492>.
- Nascimento, A. F. (2020). Lugares Turísticos Instagramáveis: autenticidade através da imagem na era da sociedade midiática. *Anais Brasileiros De Estudos Turísticos*, 10 (1, 2 e 3). <https://doi.org/10.34019/2238-2925.2020.v10.30083>.
- Oliveira, A. F. B. D. (2022). O aprendizado da História por meio do patrimônio cultural. *Interações (Campo Grande)*, 23, 19-33. <https://doi.org/10.20435/inter.v23i1.3159>.
- Oliveira, D. C. A. D. C. (2018). *A perda nos processos de patrimonialização: vila operária como patrimônio cultural*. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1946/>.
- Oliveira, F. dos S. (2019). Turismo sustentável e riqueza social: bases para o desenvolvimento da economia local. *Revista Gestão e Desenvolvimento*, vol. 16, núm. 2, pp. 03-28. <https://www.redalyc.org/journal/5142/514262383001/html/>.
- Oliveira, L. F. D. (2022). Turismo e segregação socioespacial: o caso de Porto Seguro-Bahia. *Geopauta*, 6, e10665. <https://doi.org/10.22481/rg.v6.e2022.e10665>.
- Oliveira, L. V., & Rocca, L. G. (2020). Turismo e patrimônio em pequenos centros históricos: quatro casos sul-brasileiros. *Revista Iberoamericana de Turismo-RITUR*. Alagoas. vol. 10, n. 2, p. 36-60. <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/217165>.
- Oliveira, L. A., & Cancela, F. E. T. (2020). A devoção a são benedito em Porto Seguro -BA: história, memória e esquecimento. *XIII Encontro Estadual de História. História e mídias: narrativas em disputa*. https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1601922159_ARQUIVO_72ff36be2c0610ff77a0c60a82321f64.pdf.
- Oliveira, S. D. S. (2019). *Interpretação do patrimônio: uma análise nos atrativos culturais do Centro Histórico de Manaus/AM*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em

- Turismo) - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus.
<http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/handle/riuea/4907>.
- Orlandi, E. P. (2009). *Análise de discurso – princípios e procedimentos*. Campinas - SP: Pontes.
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5952127/mod_resource/content/1/AD%20-%20Principios%20e%20procedimentos%20.pdf.
- Paes, M. T. D. (2015). As cidades coloniais brasileiras: ideologias espaciais, valores histórico, urbanístico e cultural. *GEOgraphia (UFF)*, 15, 41-68.
<https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=563981&tipoMidia=0>.
- Paiva, M. D. G. D. M. (2010). Análise do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur/NE) na perspectiva do planejamento estratégico. *Revista de Administração Pública*, 44, 197-213.
<https://www.scielo.br/j/rap/a/tgLnTF4hqbrvw4tjk766dB/?format=pdf&lang=pt>.
- Panosso Netto, A. (2013). *O que é turismo*. São Paulo: Brasiliense, 1º reimpressão.
- Panosso Netto, A., & Castillo Nechar, M. (2014). Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica. *Revista Brasileira De Pesquisa Em Turismo*, 8(1), 120–144.
<https://doi.org/10.7784/rbtur.v8i1.719>.
- Porto Seguro. *Plano Diretor de Porto Seguro*. (2006). Lei Orgânica nº 651/2006.
<http://leismunicipa.is/uidf>.
- Porto Seguro. *Plano Diretor Municipal Participativo de Porto Seguro*. (2019). Lei Orgânica nº 1511/19. Diário Oficial do Município.
- Prado, Y. (2022). Dois Irmãos: devoção e identidade baiana no Caruru de Cosme e Damião. *GIS-Gesto, Imagem e Som-Revista de Antropologia*, 7(1), e185831-e185831.
<https://doi.org/10.11606/issn.2525-3123.gis.2022.185831>.
- Pedrazani, V. (2022). Patrimônio cultural no Brasil. *Revista eletrônica humana res*, 4(5).
<https://doi.org/10.29327/2151838.1.5-2>.
- Pereira, A. S. (2017). *Porto Seguro-BA: O cotidiano do trabalhador e a espacialidade da cidade-mercadoria*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
<https://doi.org/10.11606/T.8.2018.tde-12072018-145823>.
- Pereira, S. C. A. (2022). "Pode o Subalterno falar?". In: *Enciclopédia de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. <https://ea.fflch.usp.br/obra/pode-o-subalterno-falar>.
- Perinotto, A. R. C., Alves, C. E. S., da Silva, L. F., & Vieira, V. B. (2020). O espaço turístico de Parnaíba-PI nas fotografias on-line, por meio das hashtags# parnaiba e# deltadoparnaiba: Uma análise na rede social Instagram. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, 14(1), 1-22.
<https://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/raoit/article/download/5570/3136>.

- Pezzi, R. (2020). A trajetória e utilização do conceito de patrimônio ao longo do tempo. *Semina-Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF*, 19(1), 1-14. <https://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/10938>.
- Pimentel, A. (2020). O colonialismo da memória na Costa do Descobrimento. In: *Estado e sociedade sob olhares in(ter)disciplinares: experiências e perspectivas territoriais no Sul da Bahia*. Bougleux Bomjardim da Silva Carmo - organizador. São Paulo: Pimenta Cultural. 188p. https://www.pimentacultural.com/wp-content/uploads/2024/05/eBook_Estado-sociedade.pdf.
- Pinheiro, A. R., & Sousa, J. S. (2024). Patrimônio cultural e decolonialidade. *Revista Memória em Rede*, 16(31), 316-344. <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria>.
- Porsani, J., Lalander, R., Lehtilä, K., Costa, SL, & da Conceição Carvalho, J. (2024). Expressing and enacting decoloniality through indigenous tourism: Experiences from the Pataxo Jaqueira Reserve in Brazil. *Social Sciences & Humanities Open*, 9, 100859. <https://doi.org/10.1016/j.ssaho.2024.100859>.
- Porto-Gonçalves, C. W. (2005). *Apresentação da edição em português*. In: Lander, E. (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLASCO, 2005. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf.
- Pourbahador, P., & Brinkhuijsen, M. (2023). Municipal strategies for protecting the sense of place through public space management in historic cities: A case study of Amsterdam. *Cities*. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2023.104242>.
- Prefeitura Municipal de Porto Seguro. (2024). *Porto Seguro - Experiências*. <https://www.portosegurotur.com/what-to-do/activities>.
- Prefeitura Municipal de Porto Seguro. (2022). *Notícias - Lançamento do São João de Porto Seguro promete impactar economia com turismo regional e nacional*. <https://portoseguro.ba.gov.br/noticia/lançamento-do-sao-joao-de-porto-seguro-promete-impactar-economia-com-turismo-regional-e-nacional>.
- Prefeitura Municipal de Porto Seguro. (2023). *Notícias - Festival Viva Luiz encanta forrozeiros no Centro Histórico*. <https://www.portoseguro.ba.gov.br/noticia/festival-viva-luiz-encanta-forrozeiros-no-centro-historico>.
- Prefeitura Municipal de Porto Seguro. (2023). *Notícias - Porto Seguro estima números recordes de turistas durante verão*. <https://portoseguro.ba.gov.br/post/porto-seguro-estima-numeros-recordes-de-turistas-durante-verao>.
- Queiroz, D. T., Vall, J., Souza, Â. M. A., & Vieira, N. F. C. (2007). Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. *Rev. enferm. UERJ*, 276-283. <https://pesquisa.bvsalud.org/porta/resource/pt/bde-14792>,

- Quijano, A. (1999). Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. *Dispositio*, v. 24, n. 51, p. 137-148. <https://www.jstor.org/stable/41491587>.
- Quijano, A. (2007). *Colonialidad del poder y clasificación social*. In: S. Castro-Gómez & R. Grosfoguel (Orgs.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: siglo del Hombre Editores. Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana. <http://observatorioedhemfoc.hospedagemdesites.ws/observatorio/wpcontent/uploads/2020/09/El-giro-decolonial-1.pdf>.
- Quijano, A. (2014). *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder* / Aníbal Quijano; selección a cargo de Danilo Assis Clímaco; con prólogo de Danilo Assis Clímaco. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO. <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140424014720/Cuestionesyhorizontes.pdf>.
- Rabelo, N. (2023). A imagem do destino turístico como ferramenta dos influenciadores digitais. *Turismo, Sociedade & Território*. Currais Novos/RN. v.5, n. 1, e 32044. <https://periodicos.ufrn.br/revtursoter/article/view/32044>.
- Ramalho, L. F. (2014). *A Casa de Porto Seguro: estudo da morfologia da casa portuguesa no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Artes) - Universidade Federal do Espírito. <https://core.ac.uk/download/pdf/161365282.pdf>.
- Ramos, N. B. (2023). The influence of lambada on tourism in porto seguro in the 80's and 90's-aspects: sociocultural, geographic, tourist and economic. *Revista Gênero e Interdisciplinaridade*, 4(03), 165-184. <https://periodicojs.com.br/index.php/gei/article/view/1426>.
- Rangel, P., & Amaral, J. P. (2017). Patrimônio cultural em disputa: considerações acerca das práticas colonizadoras nos processos de patrimonialização. *Revista Memore*, 4(1), 19-44. <https://doi.org/10.19177/memore.v4e1201719-44>.
- Reis, A. D. Dos. (2020). *Ministério com cultura: gestão Gilberto Gil (2003-2008)*. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://hdl.handle.net/10183/217767>.
- Reis, V. Da S. (2019). *Relação entre turismo e patrimônio cultural: um estudo bibliográfico*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Unidade Santana do Ipanema, Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Alagoas, Santana do Ipanema. <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/5153>.
- Restrepo, E., & Rojas A. (2012). *Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos*. Colombia: Ed. Universidad del Cauca, Popayán. https://www.academia.edu/download/54876176/2010_Inflexion_Coloni_Restrepo.pdf.
- Reyes-Aguilar, A. K., Rosas-Ferrusca, F. J., & Pérez-Ramírez, C. A. (2020). Incidencia de la intervención urbana en el desarrollo turístico del Centro Histórico de Morelia,

- Michoacán. *Revista de urbanismo*, (42), 105-119. <https://doi.org/10.5354/0717-5051.2020.52348>.
- Ribeiro, C. M. F. (2022). *Memória, patrimônio e coleções: um estudo dos acervos das Igrejas Católicas de Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes tombados pelo IPHAN*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Universidade Federal de Pernambuco. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/48612>.
- Ribeiro, C. R. (2013). Patrimônio e cidadania: contradições conceituais do espaço cordial. In: *Estado e sociedade na preservação do patrimônio* / Paulo Ormino David de Azevedo, Elyane Lins Corrêa (org.); prefácio, Nivaldo Vieira de A. Júnior. - Salvador: EDUFBA: IAB, 2013. 260 p. <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/16772/1/estado-sociedade-na-preservacao-patrimonio.pdf>.
- Rocha, F. D. C. (2012). *Patrimônio e turismo cultural: problemas e perspectivas nos centros históricos de João Pessoa e Salvador*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal da Bahia. <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/9041/1/Fernanda%20Daniela%20Chaves%20Rocha.pdf>.
- Rosas, L. (2023). Uma forma decolonial de visitar: visitas guiadas, memória e fetichização em Lisboa. *Lusotopie. Recherches politiques internationales sur les espaces issus de l'histoire et de la colonisation portugaises*, 22(XXII (1)). <https://doi.org/10.4000/lusotopie>.
- Ruschmann, D. (2004). *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus.
- Said, E. W. (1990). *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente* / Edward W. Said ; tradução Tomás Rosa Bueno. - São Paulo : Companhia das Letras, 1990. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1861897/mod_resource/content/1/said%20edward%20w%20-%20orientalismo.pdf.
- Salcedo, R. F. B. (2019). Evolução do pensamento preservacionista através das Cartas Patrimoniais Internacionais. *Cidade, História e Patrimônio*. Tupã: ANAP, 15-40. <https://www.researchgate.net/publication/345980311>.
- Sant'anna, M. (2017). A cidade-patrimônio no Brasil: lições do passado e desafios contemporâneos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 35. Brasília: IPHAN. http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf.
- Santos, B. (2008). Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e outro. *Travessias: Revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa*, Universidade de Coimbra, Edições 6/7. <https://hdl.handle.net/10316/43227>.
- Santos, B. De S.; & Meneses, M. P. (2009). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina; CES. http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/epistemologias_do_sul_boaventura.pdf.

- Santos, C. S., & Lima, R. (2018). A criação do ministério do turismo e as políticas públicas voltadas para o fomento da atividade turística no estado de alagoas. *XX ENGEMA - Encontro Internacional sobre Gestão Ambiental e Meio Ambiente*. <http://engemausp.submissao.com.br/20/anais/arquivos/262.pdf>.
- Santos Filho, J dos. (2008). O turismo na Era Vargas e o Departamento de Imprensa e Propaganda–DIP. *CULTUR-Revista de Cultura e Turismo*, 2(2). <https://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/view/238/247>.
- Santos, J. M dos. (2017). *Turismo e produção do espaço em Porto Seguro a partir da década de 1970*. Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade de São Paulo. https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/f669c9f7-37c1-4b7e-8de2-e9d3499d24ea/2017_JulianaMarinDosSantos.pdf.
- Santos, M. (2006). *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção* / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. - (Coleção Milton Santos; 1). <https://sites.usp.br/fabulacoesdafamiliabrasileira/wp-content/uploads/sites/1073/2022/08/A-natureza-do-Espaco.pdf>.
- Santos, N. L. D. (2017). *Sustentabilidade ambiental na mineração: estratégias para o plano diretor de mineração no município de Boquira/BA*. Dissertação (Mestrado em Geologia) - Universidade Federal da Bahia. <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/21570>.
- Saporette, C. M. (2017). *A gestão de Renato Soeiro na direção da DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) (1967-1979)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora. <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6485>.
- Silva, A. F. (2020). Nacionalismo e preservação: aproximações entre Românticos europeus e Modernistas brasileiros nos estudos da conservação e restauro. In: *Estudos Brasileiros sobre Patrimônio Volume 4*, 64-140. https://www.academia.edu/75064438/Nacionalismo_e_preserva%C3%A7%C3%A3o_aproxima%C3%A7%C3%B5es_entre_Rom%C3%A2nticos_europeus_e_Modernistas_brasileiros_nos_estudos_da_conserva%C3%A7%C3%A3o_e_restauro.
- Silva, K. G., & de Azevedo, S. L. M. (2023). Ecologia da capoeira: origem e ancestralidade. *Revista Contemporânea*, 3(8), 10032-10051. <https://doi.org/10.56083/RCV3N8-007>.
- Silva, M. A. C. D. (2022). *Impacto socioeconômico do turismo em municípios brasileiros: avaliação do PRODETUR/NE I e II*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Fundação Getúlio Vargas. <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/32112>.
- Silva Neto, A. A. (2024). Olhares e conexões culturais sobre o caruru do ODEERE. *Odeere*, 9(2), 343-360. <https://doi.org/10.22481/odeere.v9i2.15019>.
- Silveira, K. K. B., Pereira, L. A., & Limberger, P. F. (2021). Avaliação da padronização das mídias sociais gerenciadas pelo Ministério do Turismo. *Marketing & Tourism Review*, 6(1). <https://pdfs.semanticscholar.org/f6c1/eb267190bc53b48adfa3bc1f61496706bb0a.pdf>.

- Sistema de Informações do Patrimônio Cultural da Bahia - SIPAC. (2012). *Território de identidade - Costa do Descobrimento*. <http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/territorio/costa-do-descobrimento-2/>.
- Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Governo do Estado da Bahia. (s.d). *Regionalizações - Territórios de identidade*. https://sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2650&Itemid=691&lang=pt.
- Soares, A. M. (2016). Porto Seguro–Bahia–turismo predatório e (in) sustentabilidade social. *GeoGraphos*. [En línea]. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, 2 de junio de 2016, vol. 7, nº 87 (22), 25 p. [ISSN: 2173-1276] [DL: A 371-2013]. <http://hdl.handle.net/10045/56734>.
- Soares, J. R. R., Castro Gabriel, L. P. M. C., & Romo, R. S. (2020). Impacto do Covid-19 no comportamento do turista brasileiro. *Fortaleza: Ed. Uece*. https://www.researchgate.net/profile/Jakson-Renner-Soares/publication/341712592_Impacto_da_Covid-19_no_comportamento_do_turista_brasileiro/links/5ecff559299bf1c67d26cb16/Impacto-da-Covid-19-no-comportamento-do-turista-brasileiro.pdf.
- Soares, J.; Souza, W. (2014). Patrimônio aos olhos de quem? Um breve estudo sobre a construção do conceito “Patrimônio Histórico”. *Boletim Historiar* (2), 1-10. <https://periodicos.ufs.br/historiar/article/view/2126/1849>.
- Sosa-Sosa, M. E., & Thomé-Ortiz, H. (2021). Memoria alimentaria, nostalgia y tiempo libre: una aproximación a la oferta culinaria tradicional del Centro Histórico de Quito. *Estudios sociales. Revista de alimentación contemporánea y desarrollo regional*, 31(58). <https://doi.org/10.24836/es.v31i58.1098>.
- Souza, A. C., & Serra, M. A. (2024). O processo de configuração do território turístico baiano de 2004 a 2019. *Revista Econômica do Nordeste*, 55(1), 119-138. <https://doi.org/10.61673/ren.2024.1464>.
- Souza, D. de (2023). A Economia Política do Turismo. *Ateliê do Turismo*. 7 (2). 260 –280. <https://doi.org/10.55028/at.v7i2.18737>.
- Tadei, E. M. (2002). A mestiçagem enquanto um dispositivo de poder e a constituição de nossa identidade nacional. *Psicologia: ciência e profissão*, 22, 2-13. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932002000400002>.
- Taveira, M. S. (2016). A turistificação de São Miguel do Gostoso/RN: a internacionalização da “cidade dos ventos”. In: *Anais do Seminário da ANPTUR*. <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/13/401.pdf>.
- Teixeira, L. Dos S. (2014). O Estado e a preservação do patrimônio cultural: a matriz francesa. In: Leal, Claudia Baeta. *Patrimônio cultural*. V. 1. / Claudia Baeta Leal, Luciano dos Santos Teixeira, Márcia Chuva. - Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ. <https://canal.cecierj.edu.br/012016/f618e15d61fbd7ff978d75927eb718b2.pdf>.

- The Ministry of Foreign Affairs. (1955). *Comunicado Final da Conferência Asiático-Africana*. [on-line]. In: *Ásia-África fala de Bandung*. Jakarta, Indonésia. Ministério das Relações Exteriores. 1955. pp. Consultado em 14-04-2024. http://www.cvce.eu/obj/final_communique_of_the_asian_african_conference_of_bandung_24_april_1955-en-676237bd-72f7-471f-949a-88b6ae513585.html.
- Thobias, T. De O. (2020). *Caminhos para uma Sociologia pós-colonial no Brasil: pressupostos e pistas para um diálogo decolonial com Sérgio Buarque de Holanda, a partir da releitura crítica de “Raízes do Brasil”*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/11501>.
- Toledo, A. (2021). *Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em relações internacionais* / Aureo Toledo, organizador. – Ebook. Salvador: EDUFBA. <https://books.google.com.br/books?hl=pt->.
- Tolentino, A. (2020). Os museus estão fechados! E daí. *Revista Museu*. https://www.academia.edu/download/63347820/Os_museus_estao_fechados_E_dai_20200518-115629-wgt0dk.pdf.
- Trivinos, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais : a pesquisa qualitativa em educação* / Augusto Nivaldo Silva Trivinos. São Paulo : Atlas. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4233509/mod_resource/content/0/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em_Ciencias-Sociais.pdf.
- UNESCO. (1976). *Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea*. Tradução de Flávio Lopes e Miguel Brito Correia. <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/21%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20conjunto%20hist%C3%B3ricos%20-%20UNESCO%201976.pdf>.
- Vargas, J., & Felipe, E. S. (2015). Década de 1980: as crises da economia e do Estado brasileiro, suas ambiguidades institucionais e os movimentos de desconfiguração do mundo do trabalho no país. *Revista de Economia*, 41(3). <https://doi.org/10.5380/re.v41i3.47611>.
- Vianna, A. D. A. (2018). *Turismo, propaganda e patrimônio no Brasil: Um encontro à luz de fragmentos da correspondência política de Oswaldo Aranha durante a Era Vargas (1930-1945)*. 246f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/26208>.
- Villarreal, B., Karolina, D., Calderón Galora, S. B., Calupiña, M. Á., & Fernanda, G. (2022). *La patrimonialización cultural del Centro Histórico de Quito como aporte al desarrollo turístico*. <https://repositorio.espe.edu.ec/bitstream/21000/31761/1/T-ESPE-052413.pdf>.
- Vitorino, D. da C. (2021). A África e a Filosofia da Cultura: *Revista Espaço Acadêmico*, 21(230), 321-332. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/55707>.

- Waisman, M. (2013). *O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos*. Tradução de Anita Di Marco – São Paulo: Perspectiva. (p.199). <https://pt.scribd.com/document/526535439/O-interior-da-historia-Waisman>.
- Walsh, C. (2009). *Interculturalidad, Estado, sociedad. Luchas (de)coloniales de nuestra época*, OTROS, Quito, Universidad Andina Simón Bolívar / Abya-Yala-254 p. https://www.academia.edu/35011983/INTERCULTURALIDAD_ESTADO_SOCIEDAD_LUCHAS_DE_COLONIALES_DE_NUESTRA_%C3%89POCA.
- Xavier, P. W. L. (2016). *O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) Polo Costa dos Arrecifes e a contribuição para Ilha de Fernando de Noronha, Pernambuco, Brasil*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Pernambuco. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/20412>.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de perguntas para o(a) superintendente da Secretaria de Turismo.

Introdução: Apresentação.

Nome:

Ocupação:

Escolaridade:

Idade:

Raça/Cor:

Pergunta de partida: Você já teve alguma exposição ou conhecimento sobre o termo “decolonial” ou “decolonialidade”?

- 1: Quais são as características da prática turística e de visitação de Porto Seguro como destino turístico?
- 2: Quais elementos você considera mais representativos da identidade local do município de Porto Seguro, especialmente dentro do seu centro histórico?
- 3: O que leva os turistas a escolherem Porto Seguro como destino?
- 4: Quais atividades os turistas se envolvem com mais frequência ao visitar Porto Seguro?
- 5: Os turistas demonstram interesse pela cultura local durante a visita?
- 6: Como é possível promover uma ressignificação e desconstrução de narrativas eurocêntricas impostas ao patrimônio cultural do centro histórico de Porto Seguro?
- 7: Existe uma tentativa de diversificar as opções de oferta turística para atrair diferentes tipos de turistas?
- 8: Como o turista interage com a cultura local durante a visita a Porto Seguro?
Existem programas ou atividades que promovam a interação entre turistas e comunidade local?
- 9: Quais são os desafios de gestão na relação turismo e patrimônio cultural no município?
- 10: Na sua visão, a tradicional forma de fazer turismo afeta o modo como Porto Seguro é percebido e visitado?
- 11: Como as narrativas locais são incorporadas na experiência turística em Porto Seguro?
- 12: O destino aborda e incorpora práticas e histórias locais que fogem da lógica eurocêntrica?
De que maneira essas abordagens impactam a experiência dos visitantes?
- 13: Qual é a sua percepção sobre diferentes abordagens culturais, por exemplo, que fogem da lógica eurocêntrica, e sua influência na qualidade da experiência vivida no município?

14: Existem elementos específicos da cultura local que são enfatizados para criar uma experiência de visita mais autêntica?

Final: Você pode fazer comentários sobre o planejamento e a gestão do Centro Histórico, e, em seguida, o que tem observado sobre o processo de decolonialidade em Porto Seguro, especificamente no Centro Histórico?

APÊNDICE B – Roteiro de perguntas para o(a) superintendente da Secretaria de Educação, Cultura e Patrimônio Histórico.

Introdução: Apresentação.

Nome:

Ocupação:

Escolaridade:

Idade:

Raça/Cor:

Pergunta de partida: Você já teve alguma exposição ou conhecimento sobre o termo “decolonial” ou “decolonialidade”?

- 1: Quais são as características da prática turística e de visitação de Porto Seguro como destino turístico?
- 2: Quais elementos você considera mais representativos da identidade local do município de Porto Seguro, especialmente dentro do seu centro histórico?
- 3: É possível promover uma resignificação e desconstrução de narrativas eurocêtricas impostas ao patrimônio cultural do centro histórico de Porto Seguro?
- 4: O que leva os turistas a escolherem Porto Seguro como destino?
- 5: Quais atividades os turistas se envolvem com mais frequência ao visitar Porto Seguro?
- 6: Os turistas demonstram interesse pela cultura local durante a visita?
- 7: Os turistas costumam participar de eventos locais ou festivais? Quais?
- 8: Como as narrativas locais são incorporadas na experiência turística em Porto Seguro?
- 9: De que forma a promoção de narrativas locais pode influenciar a percepção do patrimônio?
- 10: Quais programas culturais são desenvolvidos para enriquecer a experiência dos turistas em Porto Seguro, e como esses programas são adaptados para atender às expectativas dos visitantes e ao mesmo tempo preservar a autenticidade cultural?
- 11: Quais são as narrativas predominantes sobre a história e cultura de Porto Seguro nas práticas turísticas, e como essas narrativas podem ser reinterpretadas à luz de uma abordagem menos eurocêntrica?
- 12: Como a participação da comunidade local é incorporada nas questões que envolvem as narrativas culturais e história do município?
- 13: Qual é a sua percepção sobre diferentes abordagens culturais, por exemplo, que fogem da lógica eurocêntrica, e sua influência na qualidade da experiência vivida no município?

14: De que maneira pode-se efetivamente demonstrar e comunicar o valor e a importância de outras possibilidades de pensar que saem da lógica eurocêntrica para o destino turístico de Porto Seguro?

15: Existe alguma disciplina na grade curricular direcionada a falar da história de Porto Seguro?

Final: Você pode fazer comentários sobre o planejamento e a gestão do Centro Histórico, e, em seguida, o que tem observado sobre o processo de decolonialidade em Porto Seguro, especificamente no Centro Histórico?

APÊNDICE C – Roteiro de perguntas para os(as) guias de turismo.

Introdução: Apresentação.

Nome:

Ocupação:

Escolaridade:

Idade:

Raça/Cor:

Pergunta de partida: Você já teve alguma exposição ou conhecimento sobre o termo “decolonial” ou “decolonialidade”?

- 1: Quais são as características da prática turística e da visitação do destino Porto Seguro?
- 2: Como você percebe o interesse dos visitantes em relação ao patrimônio cultural de Porto Seguro?
- 3: Quais aspectos específicos da cultura local costumam despertar mais curiosidade e interesse nos turistas?
- 4: Quais são os desafios ao comunicar as características culturais de Porto Seguro aos visitantes?
- 5: Na sua perspectiva, como é moldada a experiência dos visitantes durante um passeio pelo Centro Histórico de Porto Seguro?
- 6: Existem elementos específicos da cultura local que são enfatizados para criar uma experiência mais autêntica, que se aproxime da identidade do destino?
- 7: Vocês interagem com a comunidade local pensando em enriquecer as narrativas culturais apresentadas aos turistas?
- 8: Existem desafios enfrentados pelos guias de turismo em Porto Seguro ao lidar com a prática turística na região? Em caso positivo, quais?
- 9: Qual é a sua percepção sobre as diferentes abordagens culturais, por exemplo, que fogem da lógica eurocêntrica, e sua influência na qualidade da experiência vivida no município?
- 10: De que maneira pode-se efetivamente demonstrar e comunicar o valor e a importância de outras possibilidades de pensar que saem da lógica eurocêntrica para o destino turístico de Porto Seguro?

Final: Você pode fazer comentários sobre o planejamento e a gestão do Centro Histórico, e, em seguida o que tem observado sobre o processo de decolonialidade em Porto Seguro, especificamente no Centro Histórico?

APÊNDICE D – Roteiro de perguntas ao supervisor(a) do curso de guia de turismo do SENAC de Porto Seguro.

Introdução: Apresentação.

Nome:

Ocupação:

Escolaridade:

Idade:

Raça/Cor:

Pergunta de partida: Você já teve alguma exposição ou conhecimento sobre o termo “decolonial” ou “decolonialidade”?

1: Quais são os principais temas e habilidades abordados no curso de formação de guias de turismo em Porto Seguro que dialogam com as práticas turísticas e visitação?

2: Como o conteúdo do curso se alinha com as características específicas da prática turística na região?

3: O curso busca enfatizar a importância da compreensão e transmissão da cultura local aos futuros guias de turismo? Como ocorre esse diálogo?

4: Existe algum módulo específico dedicado à história e ao patrimônio cultural de Porto Seguro? Como é abordado?

5: Como é percebido pelos guias as características da prática turística e visitação de Porto Seguro como destino?

6: Como os guias abordam e integram práticas e referências culturais locais para lidar com os aspectos da herança colonial presentes no patrimônio cultural local? Como essas abordagens impactam a narrativa histórica apresentada aos visitantes e a inclusão das comunidades locais na experiência turística?

7: Você acredita que uma abordagem que incorpore práticas e referências locais contribui para a criação de uma experiência turística mais enriquecedora e autêntica em Porto Seguro?

8: Quais são os desafios e as oportunidades percebidas na transição de uma abordagem pensada na lógica eurocêntrica para uma perspectiva que foge dessa lógica no contexto do patrimônio cultural de Porto Seguro?

9: De que maneira pode-se efetivamente demonstrar e comunicar o valor e a importância de outras possibilidades de pensar que saem da lógica eurocêntrica para o destino turístico de Porto Seguro?

Final: Você pode fazer comentários sobre o planejamento e a gestão do Centro Histórico, e em seguida o que tem observado sobre o processo de decolonialidade em Porto Seguro, especificamente no Centro Histórico?

APÊNDICE E – Roteiro de perguntas ao gestor(a) das entidades (museus, igrejas e monumentos) da Cidade Histórica.

Introdução: Apresentação.

Nome:

Ocupação:

Escolaridade:

Idade:

Raça/Cor:

Pergunta de partida: Você já teve alguma exposição ou conhecimento sobre o termo “decolonial” ou “decolonialidade”?

1: Você consegue identificar as características da prática turística e da visitação do destino Porto Seguro?

2: O que os turistas buscam visitar quando estão na Cidade Histórica?

3: Como os museus, igrejas e lojas promovem a interatividade dos visitantes em relação à história e cultura local?

4: Você acredita que esses locais geram algum impacto na experiência do turista?

5: Quais são os principais desafios enfrentados na gestão cultural das instituições no centro histórico de Porto Seguro? Como esses desafios afetam a oferta de experiências turísticas?

6: Como as instituições recebem e utilizam o *feedback* dos visitantes para aprimorar suas ofertas culturais e turísticas?

7: De que maneira pode-se efetivamente demonstrar e comunicar o valor e a importância de outras possibilidades de pensar que saem da lógica eurocêntrica para o destino turístico de Porto Seguro?

8: Você acredita que uma abordagem que incorpore práticas e referências locais contribui para a criação de uma experiência turística mais enriquecedora e autêntica em Porto Seguro?

9: Quais são os desafios e as oportunidades percebidos na transição de uma abordagem pensada na lógica eurocêntrica para uma perspectiva que foge dessa lógica no contexto do patrimônio cultural de Porto Seguro?

10: Quais elementos você considera mais representativos da identidade local do município de Porto Seguro, especialmente dentro do seu centro histórico?

Final: Você pode fazer comentário sobre o planejamento e a gestão do Centro Histórico, e, em seguida o que tem observado sobre o processo de decolonialidade em Porto Seguro, especificamente no Centro Histórico.?

APÊNDICE F – Roteiro de perguntas para o Cacique Pataxó, líder comunitário.

Introdução: Apresentação.

Nome:

Ocupação:

Escolaridade:

Idade:

Raça/Cor:

- 1: Como a história e cultura da comunidade indígena de Porto Seguro são compartilhadas com os turistas que visitam a região?
- 2: Quais são os principais elementos da cultura indígena que são destacados nas experiências turísticas oferecidas em Porto Seguro?
- 3: Como a sua comunidade busca preservar e promover suas tradições e narrativas dentro do contexto turístico de Porto Seguro?
- 4: Quais são os desafios enfrentados pela comunidade indígena ao tentar integrar suas narrativas locais na experiência turística?
- 5: De que forma os visitantes são educados sobre a história e os valores culturais da comunidade indígena ao visitar Porto Seguro?
- 6: Como a comunidade indígena de Porto Seguro se envolve no desenvolvimento e gestão do turismo em sua região?
- 7: Quais são os benefícios e impactos positivos que o turismo tem trazido para a sua comunidade?
- 8: Em que medida o turismo tem contribuído para a preservação e fortalecimento da identidade cultural da comunidade indígena de Porto Seguro?
- 9: Como a sua comunidade trabalha para garantir que as narrativas locais sejam representadas de forma autêntica e respeitosa nas atividades turísticas?
- 10: Quais são as expectativas e aspirações da comunidade indígena em relação ao futuro do turismo em Porto Seguro e à integração das narrativas locais?
- 11: Existe uma vontade da comunidade em estar presente de maneira mais efetiva nas histórias e narrativas que são contadas sobre a história e cultura de vocês? (Ser contada de uma outra forma, que não se restrinja somente à comemoração do dia do “índio”).
- 12: Como é o envolvimento de vocês com o centro histórico de Porto Seguro? Participam de eventos? Estão presentes e representados de alguma forma? Só conta história da colonização portuguesa?

Final: Você pode fazer comentários sobre o planejamento e a gestão do Centro Histórico, e, em seguida o que tem observado sobre o processo de decolonialidade em Porto Seguro, especificamente no Centro Histórico.?

APÊNDICE G – Agência de receptivo local.

Introdução: Apresentação.

Nome:

Ocupação:

Escolaridade:

Idade:

Raça/Cor:

Pergunta de partida: Você já teve alguma exposição ou conhecimento sobre o termo “decolonial” ou “decolonialidade”?

- 1: Quais são as características da prática turística e da visitação do destino Porto Seguro?
- 2: Como você percebe o interesse dos visitantes em relação ao patrimônio cultural de Porto Seguro?
- 3: Quais aspectos específicos da cultura local costumam despertar mais curiosidade e interesse nos turistas?
- 4: Quais são os desafios ao comunicar as características culturais de Porto Seguro aos visitantes?
- 5: Na sua perspectiva, como é moldada a experiência dos visitantes durante um passeio pelo Centro Histórico de Porto Seguro?
- 6: Existem elementos específicos da cultura local que são enfatizados para criar uma experiência mais autêntica e que se aproxime da identidade do destino?
- 7: Vocês interagem com a comunidade local pensando em enriquecer as narrativas culturais apresentadas aos turistas?
- 8: Existem desafios enfrentados ao lidar com a prática turística na região? Em caso positivo, quais?
- 9: De que forma vocês trabalham para evitar a comercialização superficial da cultura local e, ao contrário, promover uma apreciação autêntica e respeitosa do patrimônio cultural?
- 10: Existe alguma diferença na abordagem da agência ao atender grupos de turismo em comparação com passeios personalizados, especialmente em relação à profundidade das narrativas culturais e históricas apresentadas no Centro Histórico de Porto Seguro?

Final: Você fazer comentários sobre o planejamento e a gestão do Centro Histórico, e, em seguida o que tem observado sobre o processo de decolonialidade em Porto Seguro, especificamente no Centro Histórico?

ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada: **Turismo e patrimônio cultural sob a ótica decolonial: um outro modo de ver o centro histórico de Porto Seguro (Bahia - Brasil)**, sob a responsabilidade da pesquisadora **Mirella Costa Barbosa, com a orientação dos professores Maria Lúcia Bastos Alves (Orientadora) e Almir Félix (Coorientador)**. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido está de acordo com o que estabelece o Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande, conforme a Resolução 510:2016 CNS (Critérios Éticos da Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais), a Lei LGPD N.º 13.709/2018 e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) N.º 13.853/2018.

Nesta pesquisa, estamos buscando: **Compreender as percepções e práticas turísticas dos gestores e agentes do turismo local no Centro Histórico de Porto Seguro quando analisadas sob a perspectiva decolonial.**

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Mirella Costa Barbosa. Na sua participação, você será submetido a uma entrevista, e depois da transcrição das gravações para a pesquisa e da coleta dos dados, elas serão excluídas e desarquivadas. Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Você não terá nenhum gasto ou ganho financeiro por participar da pesquisa.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação. Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Mirella Costa Barbosa. (73) 9 9173-6422. E-mail: mirellacosta062@gmail.com. Universidade Federal do Rio grande do Norte.

Porto Seguro _____



Assinatura do pesquisador

Eu aceito participar da pesquisa citada acima, voluntariamente, depois de ter sido devidamente esclarecido.

Participante da pesquisa

ANEXO B – Plano Diretor Municipal – Lei N.º 651/2006

**Plano Diretor
Municipal de Porto Se**

ANEXO C – Plano Diretor Municipal Participativo – Lei N.º 1511/19

Lei n.º 1511-19_Plano
Diretor Municipal Part

ANEXO D – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável da Costa do Descobrimento (PDITS)



PDITSDescobrimento.
pdf

ANEXO E – Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PTDSS)



PTDS_TI_Costa_do_De
scobrimento.pdf

ANEXO F – Plano Nacional de Cultura (PNC)



L12343 - PNC.pdf